

Castelo Branco Agenda XXI



Diagnóstico para a Sustentabilidade

Castelo Branco, Julho 2005



ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	8
1.1. Antes de mais	8
1.2. Origens	9
1.3. Objectivos	10
2. METODOLOGIA	11
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	13
4. BREVE CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA	14
4.1. Caracterização climática	14
4.2. Geologia, geomorfologia e tectónica	14
4.3. Água	16
4.3.1. Recursos Hídricos	16
4.3.2. Albufeiras e Charcos	17
4.3.3. Hidrogeologia	18
4.3.4. Qualidade da Água	19
4.4. SOLO	22
4.5. Vegetação	23
4.6. Fauna	24
4.7. Valores Naturais	25
4.8. Paisagem	25
5. USOS	27
5.1. Uso do Solo	27
5.2. Usos e utilizações da Água	30
5.2.1. Águas de Abastecimento	30
5.2.2. Águas Residuais	37
5.2.3. Agrícola, Indústria, Doméstica	46
6. ENQUADRAMENTO REGIONAL DEMOGRÁFICO	48
6.1. Evolução da população	48
6.2. Indicadores Demográficos	50
6.3. Fluxos Migratórios	51
6.4. População Residente	52

6.5. Estrutura etária	56
7. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA	60
7.1. Sectores de Actividade	60
7.1.1. Turismo	60
7.1.2. Indústria, Construção Civil e Obras Públicas, e Comércio	63
7.1.3. Agricultura, Pecuária e Silvicultura	67
7.1.4. Caça, Apicultura e Pesca Desportiva	71
7.2. Estrutura do Mercado de Trabalho	72
8. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO - CULTURAL, EQUIPAMENTOS E INFRA-ESTRUTURAS	75
8.1. Urbanismo e Habitação	75
8.2. Resíduos Sólidos	76
8.2.1. Enquadramento legislativo	76
8.2.2. Enquadramento estratégico – Planos estratégicos sectoriais	76
8.2.3. Diagnóstico da situação actual	79
8.3. Energia	89
8.3.1. Abastecimento de Gás	89
8.3.2. Rede eléctrica	89
8.4. Segurança Pública	90
8.5. Património	90
8.5.1. Património Histórico	90
8.5.2. Património Arqueológico	92
8.5.3. Património Natural	93
8.5.4. Património Cultural	94
8.6. Rede Escolar	94
8.7. Acessibilidades	97
8.8. Sistemas de transporte	98
8.9. Comunicações	100
8.9.1. Distribuição postal	100
8.9.2. Telecomunicações	101
8.10. Equipamentos Colectivos	101
8.10.1. Equipamentos Desportivos	101
8.10.2. Equipamentos de saúde	102
8.10.3. Equipamentos Culturais	103
8.10.4. Equipamentos de Acção Social	104
8.11. Associações de Desenvolvimento Local	106
9. INCIDÊNCIA DAS ACTIVIDADES HUMANAS NA SUSTENTABILIDADE	110
10. ANÁLISE SWOT	125
11. MODELO DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DA AGENDA 21	156

11.1. Estrutura organizativa da CMCB e comunicação interna	157
11.2. Política ambiental e, informação e comunicação comunitária	159
11.3. Recursos materiais e humanos	161
11.4. Considerações	162
12. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO – ENTREVISTAS AOS ACTORES LOCAIS E INQUÉRITOS AOS CIDADÃOS	163
12.1. Entrevistas aos Actores Locais	163
12.2. Inquéritos aos Cidadãos	166
12.3. Considerações	168
13. ANÁLISE PROSPECTIVA E CONCLUSÕES	170
14. BIBLIOGRAFIA	172

ANEXOS

Anexo I (Qualidade da Água Superficial)

Anexo II (Qualidade da Água para Produção de Água para Consumo Humano)

Anexo III (Qualidade da Água para Rega e Banho)

Anexo IV (Resíduos Sólidos)

Anexo V (Rede Escolar)

Anexo VI (Processo de Participação – Entrevistas aos Actores Locais e Inquéritos aos Cidadãos)

Anexo VII (Guião de Entrevistas aos Actores Locais e Inquéritos aos Cidadãos)

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - CRONOGRAMA DE ACÇÕES TRIFÁSICO.	12
FIGURA 2 -LOCALIZAÇÃO E FREGUESIAS DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO.	13
FIGURA 3 - HIPSOMETRIA DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO.	15
FIGURA 4 - PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO TEJO PRESENTES NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (SEM ESCALA).	19
FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE QUALIDADE SELECIONADAS (SEM ESCALA)...	20
FIGURA 6 - UNIDADES PEDOLÓGICAS DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO	22
FIGURA 7 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO	28
FIGURA 8 - AGLOMERADOS ABASTECIDOS POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA GERIDOS PELOS SMAS DE CASTELO BRANCO	33
FIGURA 9 - AGLOMERADOS ABASTECIDOS POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NÃO GERIDOS PELOS SMAS DE CASTELO BRANCO	34
FIGURA 10 - ESTADO ACTUAL DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO	38
FIGURA 11 - ETAR'S EM FUNCIONAMENTO NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO	39
FIGURA 12 - ETAR'S CONCLUÍDAS MAS QUE AINDA NÃO ENTRARAM EM FUNCIONAMENTO.....	41
FIGURA 13 – ETAR'S QUE SE ENCONTRAM EM FASE DE PROJECTO.	43
FIGURA 14 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA, EM MILHARES DE M ³ , NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR TIPO DE CONSUMIDOR, ENTRE 1997 E 2002	46
FIGURA 15 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA, EM PERCENTAGEM DO TOTAL, NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR TIPO DE CONSUMIDOR, ENTRE 1997 E 2002	47
FIGURA 16 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES, EM ABSOLUTO, NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR TIPO DE CONSUMIDOR, ENTRE 1997 E 2002.	47
FIGURA 17 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES, EM PERCENTAGEM DO TOTAL, NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR TIPO DE CONSUMIDOR, ENTRE 1997E 2002.	48
FIGURA 18 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (1950/2001).	49
FIGURA 19 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR FREGUESIA (1991/2001)	53

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - ESTAÇÕES DE QUALIDADE SELECIONADAS.	20
TABELA 2 - ESTADO TRÓFICO DA ALBUFEIRA DO PISCO.	22
TABELA 3 - UNIDADES BIOGEOGRÁFICAS, DE ACORDO COM COSTA ET L. (1998)	23
TABELA 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO	49
TABELA 5 - VARIAÇÕES DEMOGRÁFICAS NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (1991/2001)	50
TABELA 6 - ÍNDICES RESUMO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (1991/2001)	51
TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	54
TABELA 8 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	54
TABELA 9 - ÍNDICES RESUMO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE CASTELO BRANCO (2001)	56
TABELA 10 - ÍNDICES RESUMO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR ESCALÕES DE DIMENSÃO DOS LUGARES (2001)	57
TABELA 11 - OFERTA DE ALOJAMENTO	61
TABELA 12 - ESTATÍSTICA GERAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA	63
TABELA 13 - EMPREGO POR SECTORES (ANO 2000)	74
TABELA 14 - METAS DO PERSU COMPARADAS COM OS VALORES REAIS	77
TABELA 15 - METAS DO PARSU PARA OS ANOS DE 2006, 2009 E 2016	78
TABELA 16 - EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES DE RSU PRODUZIDAS, ENTRE 2000 E 2005	80
TABELA 17 - QUANTIDADE ANUAL DE MONOS RECOLHIDA DE 2001-2004.	81
TABELA 18 - QUANTIDADES ANUAIS DE RSU'S COMO DESTINO FINAL O ATERRO.	81
TABELA 19 - QUANTIDADES ANUAIS DE RSU'S RECICLÁVEIS.	82
TABELA 20 - INCIDÊNCIA DA INDÚSTRIA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO	111
TABELA 21 - INCIDÊNCIA DO TURISMO NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO	112
TABELA 22 - INCIDÊNCIA DA AGRICULTURA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO	114
TABELA 23 - INCIDÊNCIA DA PECUÁRIA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO	116
TABELA 24 - INCIDÊNCIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO	118
TABELA 25 - INCIDÊNCIA DO COMÉRCIO E SERVIÇOS NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO	120
TABELA 26 - INCIDÊNCIA DA FLORESTA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO	122
TABELA 27 - INCIDÊNCIA DA CAÇA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO	124
TABELA 28 – FORÇAS A NÍVEL DA DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	126
TABELA 29 – FRAQUEZAS A NÍVEL DE DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	128
TABELA 30 - OPORTUNIDADES A NÍVEL DE DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	130
TABELA 31 - AMEAÇAS A NÍVEL DE DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO	132

TABELA 32 - FORÇAS AO NÍVEL DO TERRITÓRIO	133
TABELA 33 - FRAQUEZAS AO NÍVEL DO TERRITÓRIO	135
TABELA 34 - OPORTUNIDADES AO NÍVEL DO TERRITÓRIO	138
TABELA 35 - AMEAÇAS AO NÍVEL DO TERRITÓRIO	139
TABELA 36 - FORÇAS A NÍVEL DOS RECURSOS NATURAIS	140
TABELA 37 - FRAQUEZAS AO NÍVEL DOS RECURSOS NATURAIS	141
TABELA 38 - OPORTUNIDADES AO NÍVEL DOS RECURSOS NATURAIS	142
TABELA 39 - AMEAÇAS AO NÍVEL DOS RECURSOS NATURAIS	143
TABELA 40 - FORÇAS AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E SOCIAL	144
TABELA 41 - FRAQUEZAS AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E SOCIAL	145
TABELA 42 - OPORTUNIDADES AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E SOCIAL	146
TABELA 43 - AMEAÇAS AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E SOCIAL	147
TABELA 44 – MATRIZ SWOT DO AMBIENTE EM CASTELO BRANCO	148
TABELA 45 - MATRIZ SWOT DO TURISMO EM CASTELO BRANCO	149
TABELA 46 - MATRIZ SWOT DA INOVAÇÃO EM CASTELO BRANCO	150
TABELA 47 – MATRIZ SWOT DA SAÚDE EM CASTELO BRANCO	151
TABELA 48 - MATRIZ SWOT DA EDUCAÇÃO EM CASTELO BRANCO	152
TABELA 49 – MATRIZ SWOT DA DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO EM CASTELO BRANCO	153
TABELA 50 – MATRIZ SWOT DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E ASSOCIATIVISMO EM CASTELO BRANCO	154
TABELA 51 - MATRIZ SWOT DO TERRITÓRIO EM CASTELO BRANCO	155

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO.	27
QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO INVESTIMENTO EM 2002, 2003 E 2004.	161
QUADRO 3 - EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DOS PLANOS 2002, 2003 E 2004	162

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CRUZAMENTO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES EFECTUADAS ÀS AMOSTRAS DE ÁGUA SUPERFICIAL COM O DISPOSTO DL Nº 236/98, NA ALBUFEIRA DO PISCO	35
GRÁFICO 2 - CRUZAMENTO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES EFECTUADAS ÀS AMOSTRAS DE ÁGUA SUPERFICIAL COM O DISPOSTO DL Nº 236/98, NA ALBUFEIRA DE SANTA ÁGUEDA	36
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO.	50
GRÁFICO 4 - ESTRUTURA ETÁRIA DO CRESCIMENTO IMIGRATÓRIO NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (1991/2001)	52
GRÁFICO 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS (2001)	58
GRÁFICO 6 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO, POR FREGUESIA E SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS (2001)	59

1. ENQUADRAMENTO

1.1. ANTES DE MAIS

A Câmara Municipal de Castelo Branco entendeu, em boa hora, configurar um plano local para o desenvolvimento sustentável. Esse plano consubstancia-se na Agenda 21 Local que este Diagnóstico para a Sustentabilidade testemunha. O caminho é longo e difícil. Não há prática e experiência que possam servir de guias ao percurso. Quase tudo é novo, dos conceitos às metodologias, dos calendários à realidade, da participação à demissão, da teoria à prática. Trata-se de um grande desafio. Um desafio de persistência, continuidade, monitorização e melhoria contínua.

A sustentabilidade é simples, terrivelmente simples. Na actual complexidade dos sistemas sociais-culturais e económicos reside a grande dificuldade da sustentabilidade.

Como tudo a sustentabilidade tem um tempo. Um tempo muito próprio, muito local, resultante de um complexo sistema de variáveis e condicionantes essencialmente internas. Em Castelo Branco o tempo é de iniciar a caminhada, a longa caminhada da sustentabilidade. Os passos, os pequenos passos, têm de ser concretizados na direcção certa. A identificação, escolha – será que há escolha no actual contexto de grande competitividade territorial e globalização onde os ciclos de geração de bens são temporariamente alheios aos padrões de regulação dos ecossistemas naturais?, clima, disponibilidade de recursos naturais, sazonalidade agrícola, etc.

A principal meta é fazer de Castelo Branco, cada vez mais, um concelho competitivo onde seja apetecível viver. Tal objectivo só é satisfatoriamente alcançável se Castelo Branco caminhar progressivamente para uma comunidade culta e participativa. Ninguém é dispensável. Todos têm de participar. A Agenda Castelo Branco XXI não é um desafio da Câmara Municipal de Castelo Branco, antes deve constituir um propósito colectivo. Cada cidadão, cada associação, cada empresa, cada organização deve assumir a sua parte, a sua responsabilidade. É incontornável que assim seja, só pode ser assim. A Agenda Castelo Branco XXI é de todos para todos. Por isso, assume particular relevância o **processo de participação e co-responsabilização**. É nesta matéria que, quase, tudo se decide. Castelo Branco não é excepção, a participação é essencial. Só assim poderemos configurar uma Agenda onde tendencialmente todos os cidadãos e actores se revejam e que responda ao essencial das aspirações locais. Apesar da globalização os recursos e os meios continuam a ser locais. É nesta dimensão que podemos e devemos fazer muito. Muito está nas nossas mãos. E se mais fosse necessário a crise do petróleo e a seca aí estão de mãos dadas para nos mostrarem que muito tem de ser feito à escala local. É tempo de mudar. Mudar enquanto é tempo. As possibilidades de mudança são muitas: uso da água; modelo e prática agrícola; florestal e pecuária; construção sustentável; energias renováveis; política de resíduos; espaços públicos; associativismo; voluntariado; inovação, etc.

Os tempos são difíceis. Não basta fazer qualquer coisa, temos que fazer bem feito. Todos têm uma parte a fazer que não pode ser delegada. Vamos fazer, Castelo Branco merece.

1.2. ORIGENS

A Cimeira da Terra, no Rio de Janeiro em 1992, adoptou um Plano de Acção para o Desenvolvimento Sustentável (DS), que convida à elaboração de estratégias e um programa de medidas integradas para parar e inverter os efeitos da degradação ambiental, e para promover um desenvolvimento compatível com o ambiente, e sustentável em todos os países. Dez anos depois da Cimeira da Terra, em Joanesburgo, este propósito foi reforçado e registaram-se mais de 5000 Agendas em todo o mundo plenas de sucesso.

Portugal também assumiu este compromisso internacional e, configurou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável que aponta para a necessidade de as comunidades locais assumirem e desenvolverem as suas próprias estratégias de sustentabilidade.

Assim, a Agenda 21 Local consiste num programa configurado para implementar o DS a nível local, comprometendo sistemas e processos locais/regionais na integração do desenvolvimento ambiental, económico e social. Todas as ideias e medidas esboçadas para garantir o desenvolvimento sustentável de “um local” no século XXI são reunidas numa sequência ordenada – Agenda. Como qualquer agenda a “Agenda 21 local” é simples, sintética, única, de fácil leitura e para todos.

A Agenda 21 Local compreende a “reação” aos instrumentos estratégicos nacionais e internacionais que visam a procura de soluções globais, sendo que não são por si só suficientes e eficazes, na medida em que cada vez mais a resolução dos problemas exige a pesquisa de soluções locais. Em matéria de sustentabilidade reconhece-se assim os Governos Locais (Autarquias), pela sua proximidade aos problemas, aos cidadãos e às soluções, e pela sua grande competência.

Assim, a Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB) possui elevadas potencialidades para intervir com sucesso na gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, uma vez que a este nível quando surgem problemas também surgem soluções. O caminho a seguir assenta na estratégia da Agenda 21, isto é, numa base de compromisso colectivo e co-responsabilização.

Castelo Branco Agenda XXI existe fundamentalmente para configurar soluções e estratégias participadas que possam resolver problemas e atingir desígnios e ambições locais. Trata-se da estratégia mais consistente para criar riqueza e bem-estar social sem comprometer a qualidade do ambiente e a sustentabilidade.

A sua eficácia assenta em vários princípios, designadamente:

- Democracia participativa: o processo de criação e implementação de uma Agenda Local 21 implica o desenvolvimento de canais de informação junto dos cidadãos, em todas as suas fases de execução. Exige também o envolvimento de toda a sociedade no desenho concreto do plano e na consequente avaliação. Desta forma é possível existir uma maior participação da cidadania na gestão e na definição do futuro da comunidade politicamente organizada.

- Partilha de responsabilidade: à Agenda 21 Local importa que todos os agentes políticos, sociais, económicos e cidadãos assumam, numa perspectiva integrada, o conjunto das suas responsabilidades.
- Subsidiariedade: como princípio que garante o respeito pela autonomia dos níveis inferiores das instituições políticas, bem como o reconhecimento de que a própria eficácia na obtenção dos objectivos prosseguidos compreende a noção de que a resolução dos problemas deve ser procurada a nível organizativo mais adequado.
- Parcerias – internas e externas: a optimização das diferentes intervenções institucionais e o respeito pela responsabilidade partilhada e a necessária perspectiva integrada do processo da Agenda 21 Local, aconselham o estabelecimento de parcerias alargadas: poder central, autarquias, empresas, escolas, associações de desenvolvimento local, associações da sociedade civil, tais como associações de defesa do ambiente e de defesa dos consumidores.
- Abordagem intersectorial e integrada: a abordagem integrada das diferentes realidades compreendidas na Agenda 21 Local é indispensável. Este pilar assenta na ideia de necessidade do maior número possível de agentes intervenientes e na máxima integração de perspectivas interdisciplinares.
- Cooperação: o processo de criação e desenvolvimento de uma Agenda 21 Local exige o estabelecimento de uma rede de cooperação e informação entre os vários processos de Agenda 21 Locais, que proporcionam a troca de experiências de informação.
- Longo prazo: a Agenda 21 Local constitui-se como um processo de longo prazo, reconhecendo-se que a dimensão e a complexidade das questões abordadas determinam a adopção de políticas, planos, recursos e parcerias duradouros.

Com a adopção da Agenda 21 Local pretende-se ajustar os objectivos gerais da Agenda 21 em planos e acções concretas para sustentabilidade do concelho de Castelo Branco, respeitando as suas especificidades.

1.3. OBJECTIVOS

O presente documento – Diagnóstico para a Sustentabilidade do Concelho de Castelo Branco – tem dois grandes objectivos:

- Apresentar um diagnóstico do Concelho, simples e acessível;
- Apontar para as Áreas Estratégicas, em que assentará **Castelo Branco Agenda XXI**, posteriormente validadas pela comunidade/actores locais.

O Diagnóstico para a Sustentabilidade tem como propósito abranger e integrar num mesmo documento uma descrição actual e representativa dos sistemas ambientais, sociais, económicos e institucionais do Concelho de Castelo Branco, resultando na identificação das suas potencialidades e fragilidades. Deste modo, obtém-se a definição das oportunidades e ameaças do Concelho, de forma a assentar as grandes opções estratégicas do Desenvolvimento Sustentável (DS), através de um modelo – **Castelo Branco Agenda XXI**.

Assim, o Diagnóstico para a Sustentabilidade permitirá avaliar a realidade concelhia e efectuar uma análise prospectiva, nomeadamente no que respeita à identificação de problemas e oportunidades, em consonância com o já planeado pela CMCB, no sentido do DS e da qualidade de vida do Concelho.

Para o efeito contribuirão:

- i. A pesquisa bibliográfica e recolha documental sobre o Concelho de Castelo Branco;
- ii. A Revisão do Plano Director Municipal;
- iii. As reuniões realizadas com o Executivo da CMCB e com o Grupo de Trabalho 21 (GT21);
- iv. Os questionários realizados aos cidadãos e entrevistas aos actores chave.

2. METODOLOGIA

A proposta de trabalhos que a TTerra apresentou à CMCB e pela qual se orienta na implementação deste modelo de DS local ecoevolutivo, segue um completo programa de actuações coerentes, interrelacionadas, multidisciplinares e policêntricas.

A metodologia global proposta rege-se essencialmente pelos seguintes princípios orientadores:

- o consenso das partes envolvidas nas diferentes fases do programa;
- a priorização de acções;
- o avanço da proposta – o agir no terreno;
- o balanço anual;
- a disseminação;
- as Sub - Agendas;
- a participação e co-responsabilização.

(melhoria continua)

A Figura 1 sintetiza este modelo, faseado em três grandes etapas, com um horizonte temporal de 9 meses.



FIGURA 1 - CRONOGRAMA DE ACÇÕES TRIFÁSICO.

Sabemos que o desenvolvimento económico sustentável não acontece por acaso, nem ocorrerá sem que se façam opções claras e firmes nesse sentido. O desenvolvimento sustentável é selectivo e criterioso. Para o alcançar é necessário:

- i. perceber profundamente a realidade;
- ii. ter uma visão de futuro.

Definidas, discutidas e aceites as grandes Áreas de Intervenção Estratégica estas devem consubstanciar-se num PLANO DE ACÇÃO, estruturado em propostas de acção.

Como qualquer Agenda, **Castelo Branco Agenda XXI** deve ser selectiva e criteriosa: torna-se inexequível ambicionar desenvolver uma lista extensa de projectos/acções, pois os recursos são sempre inferiores aos meios. Temos que ser selectivos. Neste sentido, é necessário apostar nas prioridades, e os projectos subsidiários desenvolver-se-ão posteriormente de acordo com as suas oportunidades de acção.

Complementarmente, **Castelo Branco Agenda XXI**, enquanto um modelo económico sustentável, deve ser integradora, cumulativa e evolutiva, seguindo um completo programa de actuações coerentes, interrelacionadas, multidisciplinares e policêntricas. Deste modo, **Castelo Branco Agenda XXI** deve servir-se das opções estratégicas e acções anteriormente levadas a cabo e integrá-las articulando-as num objectivo comum que potencie as sinergias do todo.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

O concelho de Castelo Branco localiza-se no interior centro de Portugal (sub-região da Beira Interior Sul – correspondente à NUT III com a mesma designação), confrontando com os concelhos de Vila Velha de Ródão, Proença-a-Nova, Oleiros, Fundão, Penamacor e Idanha-a-Nova, e com Espanha.

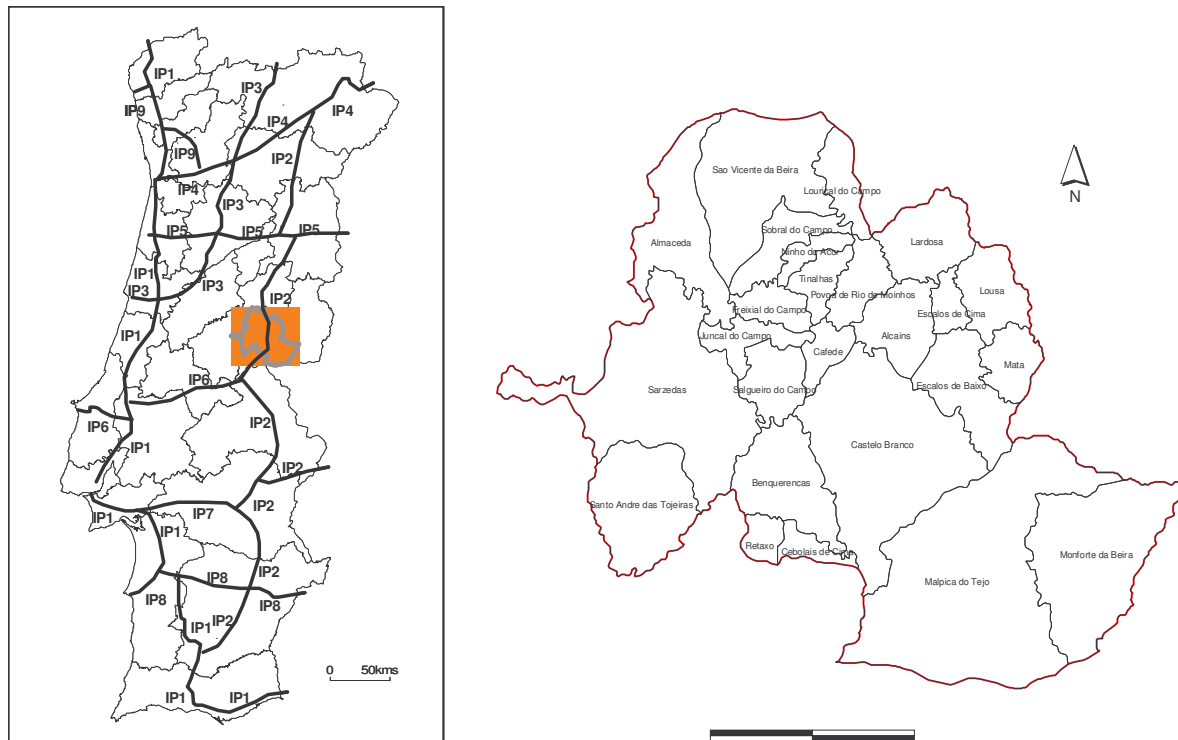


FIGURA 2 -LOCALIZAÇÃO E FREGUESIAS DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO.

Na sub-região da Beira Interior Sul verifica-se um aumento da concentração de pessoas e actividades nos principais aglomerados urbanos (designadamente na cidade de Castelo Branco). Neste contexto, caminha-se para a consolidação de um segundo nível de integração regional, centrado nas articulações inter-urbanas entre as cidades médias do designado Arco Urbano do Centro Interior (Castelo Branco-Fundão-Covilhã-Guarda).

A cidade e o concelho de Castelo Branco assumiram durante a última década um papel de polarização no contexto da região onde se inserem. Para tal tem contribuído a melhoria das condições materiais básicas de conectividade territorial com outras cidades e regiões com que preferencialmente se poderá articular, resultante da execução do Plano Rodoviário Nacional (Planraia, 2004).

4. BREVE CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

4.1. CARACTERIZAÇÃO CLIMÁTICA

O clima em Castelo Branco apresenta características continentais que resultam de forma conjugada, do efeito das formas de relevo, que impedem ou facilitam a circulação de massas de ar cujas características se modificam ao longo do seu trajecto, e da continentalidade que imprime ao clima um forte gradiente W-E que se traduz na diminuição da intensidade da penetração de massas de ar atlânticas. O afastamento do oceano provoca que o sul da Beira mostre contrastes tanto mais fortes quanto mais se caminhe para leste. As chuvas concentram-se e a estiagem aumenta, em deficit hídrico e calor.

Os elementos climáticos analisados correspondem às Normais Climatológicas referentes à estação meteorológica de Castelo Branco para o período 1961-1986 (dados mais recentes disponibilizados pelo Instituto de Meteorologia). Os dois meses mais quentes, Julho e Agosto, têm temperaturas superiores a 24°C, em média, enquanto os Invernos são rigorosos, apresentando os meses de Dezembro, Janeiro, Fevereiro, temperaturas médias inferiores a 10°C. A elevada amplitude térmica é uma marca nítida de forte influência continental. A diferença entre o mês mais quente (Julho) e o mês mais frio (Janeiro) é de 16,2°C.

Outra característica regional importante é a ocorrência episódica de chuvadas fortes, contrastando com um total pluviométrico bastante moderado. O mês de precipitação mais elevada é Fevereiro, seguido de Janeiro e Novembro. Os três meses considerados secos, segundo a relação de Gaussen, são Julho, Agosto e Setembro. O total anual de precipitação para o período em análise é de 780,7 mm.

Assim, o clima de Castelo Branco é Temperado Mediterrâneo, nitidamente influenciado pela continentalidade. Segundo a classificação desenvolvida por Rivaz-Martinez (1985) a área do concelho situa-se no piso bioclimático mesomediterrânico sub-húmido inferior.

4.2. GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E TECTÓNICA

Uma extensa parte do concelho de Castelo Branco insere-se na designada plataforma ou superfície aplanada de Castelo Branco, limitada a Sul pela escarpa de falha do Ponsul, estendendo-se até à Serra da Gardunha ao longo de cerca de 25 km com uma altitude média que ronda os 400 a 450 m (Figura 3). Constituída em grande parte por xistos onde se encontra muito dissecada, e por granitos melhor conservados, apresentando uma grande nitidez de formas de relevo.

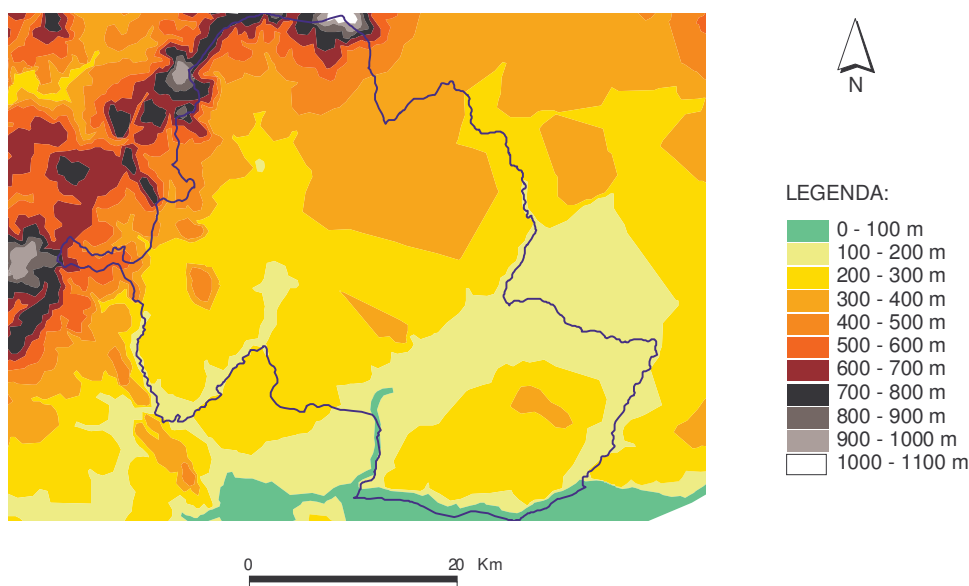


FIGURA 3 - HIPSOMETRIA DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO.

Fonte: Atlas do Ambiente - Instituto do Ambiente.

A zona xistosa predomina na parte ocidental do concelho nas freguesias de Alameda, Sarzedas, Benquerenças, Retaxo e Cebolais estendendo-se por duas “línguas”, uma que acompanha a escarpa de falha do Ponsul entre a cidade de Castelo Branco e a freguesia da Mata, e outra que se estende pelo vale do Tejo e a ribeira do Aravil. Estes terrenos do complexo xisto-grauváquico ocupam a base da escala estratigráfica. A grande uniformidade litológica que apresentam, constituída, sobretudo por xistos argilosos parece indicar que a sedimentação se fez em águas calmas e profundas.

A zona granítica estende-se na parte central do concelho de Castelo Branco, com limite a Sul junto à cidade de Castelo Branco, e prolongando-se, a Norte, pela Serra da Gardunha e pelo Planalto Beirão.

Na zona de contacto entre o xisto e o granito formou-se uma franja onde os xistos se apresentam metamorfizados, muito siliciosos e mosqueados, com fácies corneanas.

A escarpa de falha do Ponsul resultante da orogenia alpina, e que apresenta uma orientação NE-SW, estabelece o limite entre a plataforma de granitos e xistos de Castelo Branco e a zona das arcoses da Beira Baixa.

Um grande lapso de tempo decorreu até à formação dos extensos depósitos de cobertura, constituídos pelas arcoses da Beira Baixa. Durante este período registou-se um aplanamento geral da região. Esta zona estende-se pela freguesia de Monforte da Beira e Malpica, e em Sarzedas e Santo André das Tojeiras é caracterizada por depósitos de argilas e cascalheiras do tipo “raña”.

Distinguem-se ainda, na plataforma de Castelo Branco, as elevações originadas pelos relevos isolados de origem quartzítica de estrutura hercínica que formam cristas que se prolongam por dezenas de quilómetros no concelho, com orientação NO-SE, designadamente nas freguesias de Alameda,

Salgueiro do Campo e Monforte da Beira, e em menor escala na freguesia de Castelo Branco onde formam séries de cerros como o afloramento da ribeira da Líria (Serra da Cardoso 500m) e o monte de São Martinho.

Na estrutura geológica do concelho é ainda de realçar a presença de alguns depósitos, uns modernos e outros paleogénicos e miocénicos.

4.3. ÁGUA

A água não só é o recurso e factor estratégico mais importante no futuro da sustentabilidade e competitividade de um território, como sempre assim foi nas mais diferentes escalas. Castelo Branco não foge à regra. Assim, toda a taxa de esforço que o Concelho fizer nesta matéria poderá assumir-se como muito relevante na sustentabilidade do Concelho. Mais do que em qualquer outra matéria, no que respeita ao ciclo da água, a política que vier a ser assumida terá que ser integradora, transversal e de grande consistência técnica. O tempo das disponibilidades infinitas e da água como um bem gratuito acabou.

4.3.1. Recursos Hídricos

O concelho de Castelo Branco faz parte da bacia hidrográfica do rio Tejo e é drenado por várias sub-bacias, das quais as mais importantes são a bacia do rio Ocreza e a bacia do rio Ponsul que drenam, respectivamente, cerca de 60% e de 35% da área do concelho. A restante área do concelho (cerca de 5%) é drenada por outras pequenas bacias afluentes do rio Tejo, das quais se destacam a ribeira do Açafal, que drena uma parte das freguesias de Cebolais de Cima e do Retaxo, e a ribeira de Boidade que drena uma parte da freguesia de Monforte da Beira.

A densa rede hidrográfica resulta das características do substrato rochoso e do clima. As suas linhas de água caracterizam-se por uma descontinuidade de regime, apresentando a maioria delas um caudal nulo durante os meses de estio.

O rio Ocreza é o único que possui as suas linhas de cabeceira situadas no concelho, sendo o rio Ponsul o único curso de água com caudal permanente sendo este, no entanto, bastante reduzido nos meses de Verão. As outras linhas de água mais importantes são a ribeira do Aravil, o rio Tripeiro e a ribeira do Alvito (afluentes do rio Ocreza), e a ribeira de Alpreade, afluente do rio Ponsul.

A ribeira do Aravil nasce na Serra da Murracha, a uma altitude de cerca de 440m e tem um comprimento de 47,4 km, com uma sinuosidade fraca que se acentua ligeiramente na sua parte terminal. No seu último troço este curso de água limita o concelho de Castelo Branco através da Freguesia de Monforte da Beira.

O rio Ponsul nasce na Serra do Ramiro, em Penamacor, a uma altitude de 650 m e tem um comprimento de 79,8 km. O último troço serve de limite ao concelho na freguesia de Malpica do Tejo.

A ribeira de Alpreade é o afluente mais importante do rio Ponsul, na sua margem direita. Nasce na Serra da Gardunha, concelho do Fundão a uma altitude de 1200m. Esta ribeira tem um comprimento de 34,6 km e uma sinuosidade pouco acentuada. Tal como a maioria dos cursos de água da região a ribeira de Alpreade tem um caudal descontínuo.

O rio Ocreza é o segundo curso de água mais importante, depois do rio Ponsul, embora tenha um caudal não permanente. Nasce na serra da Gardunha, a uma altitude da ordem de 1100 m, e tem um comprimento de 82,2 km, com alguns troços de sinuosidade acentuada. 54,6% da área da sua bacia hidrográfica encontra-se dentro dos limites do concelho; adquirindo assim particular importância no conjunto do sistema hídrico.

No rio Ocreza localiza-se o maior armazenamento hidráulico da superfície do concelho, a Barragem da Marateca. Na sua margem direita apresenta alguns afluentes particularmente importantes como sejam a ribeira da Ribeirinha, na qual foi construída a Barragem do Pisco e o rio Tripeiro, que tem um caudal apreciável, embora seque no Verão nos sectores mais a jusante.

A ribeira do Alvito nasce na Serra do Muradal a uma altitude de cerca de 700 m e tem um comprimento de 28,7 km.

O rio Tripeiro nasce na Serra da Gardunha, a uma altitude da ordem de 1100 m, e faz a junção com o Ocreza junto a Taberna Seca. Possui um caudal apreciável e permanente nos sectores a montante.

4.3.2. Albufeiras e Charcos

Para colmatar o défice de água na rede hidrográfica durante o período de estio e a fraca produtividade dos aquíferos subterrâneos foram construídas duas grandes barragens. A barragem de terra do Pisco para abastecimento público no rio Ramaloso, afluente do Ocreza, com altura de 23 metros, capacidade total de armazenamento de 1400 x 103 m³, com o NPA à cota de 498,6 m e com uma superfície inundável de cerca de 20 ha. A barragem de terra de Santa Águeda para abastecimento público no rio Ocreza, com altura de 24 metros, capacidade total de armazenamento de 37200 x 103 m³, com o Nível de Pleno Armazenamento (NPA) à cota de 385 m e com uma superfície inundável de cerca de 634 ha.

Está em projecto a construção de uma barragem na ribeira do Seixo, afluente do rio Tripeiro (Planraia, 2004).

4.3.3. Hidrogeologia

Toda esta vasta área insere-se no designado Maciço Antigo o que por si só já nos diz muito no que respeita ao sector subterrâneo do ciclo da água.

No concelho podem considerar-se duas situações distintas no que diz respeito à existência de águas subterrâneas:

- i. Formações porosas – depósitos arcóscico-argilosos, cascalheiras e aluviões;
- ii. Formações fissuradas – rochas compactas que reagiram aos movimentos orogénicos com o aparecimento de diaclases, fissuras etc, adquirindo alguma permeabilidade que no entanto nunca é elevada.

Das rochas fissuradas fazem parte os xistos, corneanas, granitos porfiróides e quartzitos. Em qualquer dos casos a produtividade hídrica é baixa devido à permeabilidade ser bastante fraca, embora nas rochas mais fracturadas se verificar maior permeabilidade, pela presença de diaclases mais abertas.

Por outro lado, a presença de argilas colmata as fracturas, impedindo a percolação da água, sendo a sua permeabilidade praticamente nula.

Todavia, mesmo nestas rochas a nível local podem ser encontradas, nalgumas situações geológicas, reservas com bastante interesse e que têm constituído boas origens para os mais diversos fins. Isto é, a sua importância para a sustentabilidade local é determinante.

Nas formações porosas, as arcoses da Beira que normalmente assentam sobre os xistos argilosos, alternam com camadas bem consolidadas, provocando um efeito tampão dificultando, deste modo, a percolação da água.

Além disso, estas formações porosas apresentam níveis argilosos que predominam sobre os outros, pelo que estas formações também são pouco produtivas.

O resultado destas formações geológicas é uma produtividade aquífera que, no seu conjunto, é bastante fraca. De entre as zonas das formações fissuradas que apresentam melhores produtividades, sobressaem as de Salgueiro do Campo e Cebolais de Cima. Nas manchas de formações porosas (arcoses, cascalheiras, etc.) a zona que tem apresentado maiores caudais tem sido a de Santo André das Tojeiras.

Deste modo, as formações geológicas do concelho que apresentam melhor produtividade aquífera são as formações fissuradas e destas os quartzitos e os xistos e em especial as corneanas.

Este quadro geral leva a que na região não sejam identificados quaisquer aquíferos. Todavia as reservas disponíveis não devem ser desprezadas ou ignoradas pois poderão assumir grande relevância local no meio essencialmente rural. Este factor revela-se importante não só a nível económico, na sustentação de

pequenas actividades económicas, como na fixação de pessoas e ainda do ponto de vista ambiental e ecológico.

4.3.4. Qualidade da Água

Os recursos hídricos no concelho de Castelo Branco são essencialmente de origem superficial. As águas subterrâneas têm uma fraca expressão em todo o território, não estando identificado nenhum sistema aquífero. A diminuta importância das águas subterrâneas em termos de disponibilidade e de usos conduz a que não se disponham de dados da sua qualidade. De qualquer forma é muito provável que a existirem alguns problemas de qualidade estes terão apenas uma expressão muito localizada já que a condutividade hidráulica não tem grande continuidade – ausência de sistemas aquíferos. Assim, faz-se apenas a caracterização da qualidade da água superficial drenada no concelho.

4.3.4.1. Qualidade da Água Superficial

O Concelho de Castelo Branco localiza-se integralmente na bacia hidrográfica do Rio Tejo. Este rio internacional limita, a Sul do concelho, a fronteira entre Portugal e Espanha, passando a escoar plenamente em território nacional sensivelmente na fronteira SW entre os concelhos de Castelo Branco e Nisa.

O território concelhio é drenado pelo Rio Tejo e por três dos seus principais afluentes da margem direita: Rio Ponsul, Ribeira de Aravil, e Rio Ocreza.

O Instituto da Água dispõe nestas linhas de água de estações de monitorização da qualidade da água cujos dados foram utilizados neste diagnóstico. As características das estações seleccionadas apresentam-se na Tabela 1

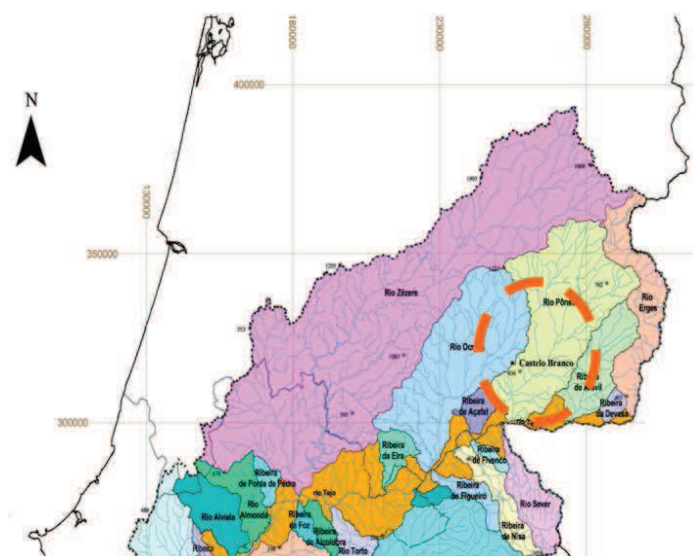


FIGURA 4 - PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO TEJO PRESENTES NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (SEM ESCALA).

Fonte: Instituto da Água – SNIRH.

TABELA 1 - ESTAÇÕES DE QUALIDADE SELECIONADAS.

	Estação					
	Almeirão	Perais	Rosmaninhal	Ponte Munheca	Zebreira	Albufeira do Pisco
Código	15K/01	16L/01	15º/01	14N/02	15O/02	13L/01
Linha de água/Massa de água	Rio Ocreza	Rio Tejo	Rio Tejo	Rio Pônsul	Rio Aravil	Ribeira do Lagar do Meio (BH do Rio Ocreza)
M (m)	232088	250776	294489	268473	283972	249167
P (m)	307502	299819	301057	321519	318528	339277
Cota (m)	200	124	-	200	-	-
Observações	Localiza-se a jusante da confluência com a Rib ^a de Alvito	Localiza-se a jusante do Concelho de Castelo Branco	Localiza-se a cerca de 20km a montante do Concelho de Castelo Branco	Localiza-se na zona de fronteira entre Castelo Branco e Idanha-a-Nova, a montante da sua entrada no concelho de Castelo Branco	Localiza-se a cerca de 4,5 km a montante do Concelho de Castelo Branco, antes da confluência com a Rib ^a da Lameira que atravessa parte do território de Castelo Branco)	Localiza-se a montante da confluência com o Rio Ocreza

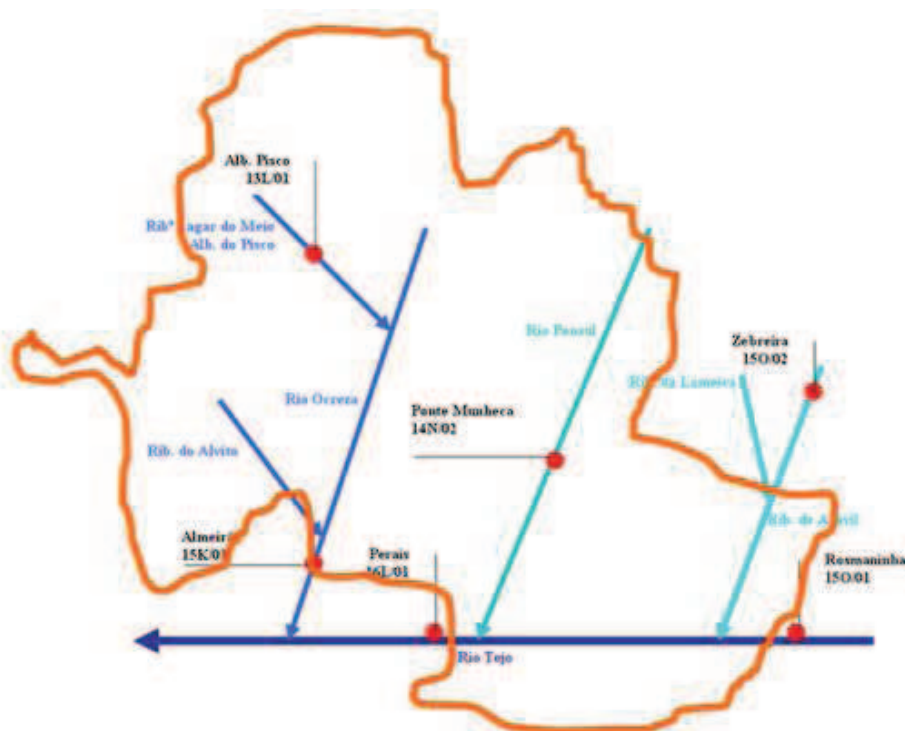


FIGURA 5 - LOCALIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE QUALIDADE SELECIONADAS (SEM ESCALA).

¹Em 1996/98 a qualidade da água na estação de Almeirão deteriorou-se, tendo sofrido uma melhoria significativa nos anos seguintes. Este aspecto é especialmente evidenciado nos parâmetros CBO5, CQO e Oxidabilidade. A razão CBO/CQO registou neste período os máximos observados. Na origem destas variações poderão estar descargas de águas residuais fortemente carregadas com material orgânico.

Em 1999 também na estação de Almeirão se observou um incremento significativo da concentração de Fósforo Total e Fosfatos, situação restabelecida nos anos subsequentes. O parâmetro Fósforo Total até esta data demonstrou uma grande variabilidade, frequentemente com valores muito acima aos 0,4 mg/l correspondente ao limite superior da classe “razoável”. Desconhece-se se após estes picos ocorreram fenómenos de blooms algais.

Em 15 de Dezembro de 1997, na estação de Perais, os Sólidos Suspensos Totais registaram um valor muito elevado de 550 mg/l e que causou um pico. O parâmetro Nitratos também registou nesta mesma data uma concentração de cerca de 6 mg/l o que nos leva a concluir que terá ocorrido um fenómeno de precipitação intensa que terá causado o arraste de material e de fertilizantes para o Rio Tejo e para os seus efluentes.

Em Ponte Munheca, a partir de 1997, a concentração em CBO5 e CQO tem vindo a diminuir progressivamente, tendo registado para este último ano valores muito elevados (42% das análises registaram valores superiores a 30 mg/l).

As estações de Rosmaninhal e Albufeira do Pisco entraram em serviço nos anos de 2001 e 2002, respectivamente, dispondo de poucos registos. Nestas estações a qualidade da água é, para a globalidade dos parâmetros, muito semelhante à que se observa nas outras massas de água a partir de 2001, variando em regra entre as classes “Excelente” e “Boa”.

Relativamente aos metais pesados, os registos são poucos, à excepção da estação de Perais e para grande parte das análises os resultados são gamas de variação. Assim, as conclusões possíveis apenas se referem ao parâmetro Mercúrio que registou concentrações elevadas entre 1994 e 1996 nas estações de Perais e Ponte da Munheca.

Em síntese, embora pontualmente a qualidade das águas superficiais que atravessam o concelho registe problemas de qualidade, de um modo geral a qualidade destas águas tem vindo a melhorar.

Uma avaliação expedita do estado trófico na albufeira do Pisco, de acordo com os critérios de identificação de zonas sensíveis utilizados pelo Instituto da Água, conduziu à Tabela 2. Os valores de concentração de “Clorofila a” relativamente elevados constituem o único indicador de que pontualmente esta albufeira poderá ter problemas com a presença de algas. O Fósforo e o Oxigénio apresentam valores muito satisfatórios.

¹ Ver gráficos em anexo.

TABELA 2 - ESTADO TRÓFICO DA ALBUFEIRA DO PISCO.

Albufeira do Pisco		
Parâmetro	Ano	
	2002	2003
Fósforo Total (mg/l)	0.03	-
Clorofila a (µg/l)	5.72	8.89
Oxigénio Dissolvido (%)	92.75	86.64

Legenda	Oligotrófico	Mesotrófico	Eutrófico
---------	--------------	-------------	-----------

Um complemento da análise da qualidade da água superficial no concelho, nomeadamente a variação espacial dos parâmetros analisados nas estações de qualidade estudadas pode ver-se em anexo.

4.4. SOLO

De acordo com o esquema da FAO para a Carta dos Solos da Europa é possível identificar no concelho manchas de Litossolos êutricos, Cambissolos dístricos (de origem granítica), Cambissolos êutricos (derivados de xistos e quartzitos) e Cambissolos húmicos (de origem xistosa) e Luvisolos órticos (Figura 6). Estes quatro tipos de solos correspondem a graus crescentes de evolução, expressa em termos de espessura e diferenciação do perfil.

Os litossolos êutricos são solos incipientes. Apresentam uma profundidade muito reduzida, nenhuma diferenciação do perfil, sem a presença de horizontes orgânicos ou de qualquer vestígio de processos dinâmicos ao longo do perfil. O seu pH é superior a 5,5 não existindo carbonatos no perfil. Associados a luvisolos abrangem uma área significativa do concelho, sendo originários de xisto, quartzitos e grauaques.

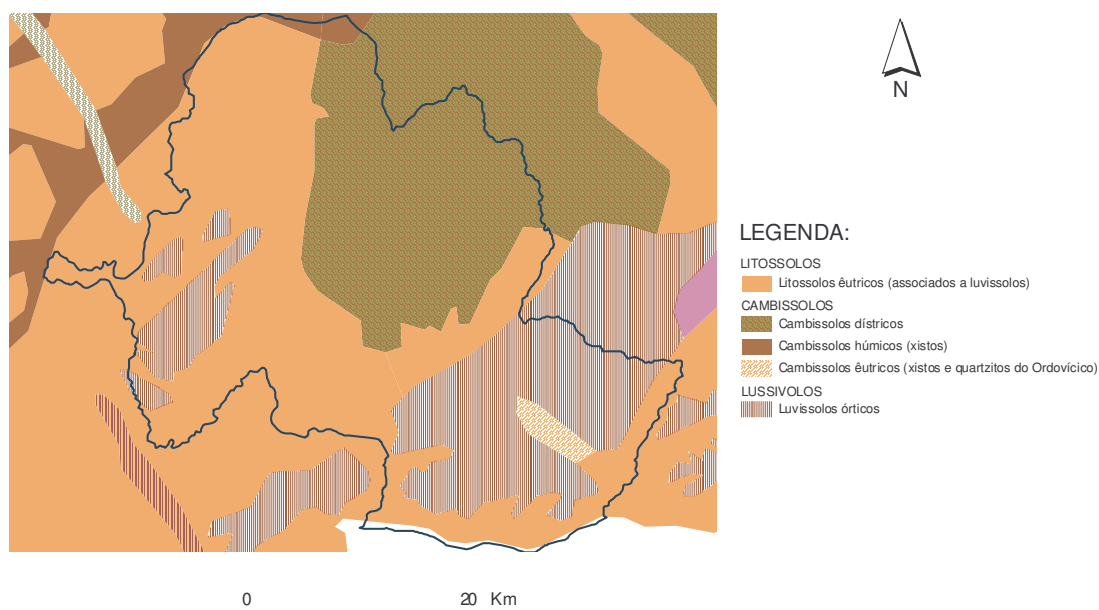


FIGURA 6 - UNIDADES PEDOLÓGICAS DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO

Fonte: Atlas do Ambiente - Instituto do Ambiente

Os cambissolos são solos pouco evoluídos. Apresentam uma ligeira diferenciação de horizontes expressa pela existência de um horizonte superficial (A) com alguma matéria orgânica bastante ácida e uma relação carbono-azoto muito elevada (horizonte úmbrico) e um horizonte B marcado pela ocorrência de uma destruição in situ das características estruturais dos materiais provenientes da rocha mãe, mas sem que ocorram processos dinâmicos verticais (horizonte câmbico).

A mancha de cambissolos dístricos inicia-se na parte norte da freguesia de Castelo Branco, estendendo-se até ao limite N do concelho. Estes solos são originários de granito.

Os cambissolos húmicos aparecem nos extremos mais setentrional e mais ocidental do concelho, tendo uma fraca representatividade. Estes são originários de xistos e grauvaques e xistos metamórficos.

Os luvisolos órticos são solos evoluídos, com uma clara diferenciação de horizontes e denotando importantes processos dinâmicos verticais ao longo do perfil, que conduzem à formação de um horizonte B argílico.

No concelho existem duas áreas onde predominam os luvisolos órticos. Uma compreende a zona SE do concelho, englobando parte das freguesias de Monforte da Beira e Malpica do Tejo. A outra surge nas freguesias de Sarzedas e Santo André das Tojeiras. Em ambas são originários de depósitos arcósico-argilosos.

4.5. VEGETAÇÃO

O concelho de Castelo Branco insere-se nas unidades biogeográficas indicadas na Tabela 3, de acordo com Costa et al. (1998):

TABELA 3 - UNIDADES BIOGEOGRÁFICAS, DE ACORDO COM COSTA ET L. (1998)

Reino	Holártico
Região	Mediterrânica
Sub-região	Mediterrânica Ocidental
Província	Mediterrânica-Iberoatlântica
Subprovíncia	Luso-Extremadurense
Sector	Toledano-Tagano
Subsector	Hurdano-Zezerense
Superdistrito	Cacerense

No Superdistrito Cacerense a vegetação climatófila pertence à série do azinhal *Pyro bourgaenae-Querceto rotundifoliae* S. A sua vegetação característica integra as seguintes comunidades:

- Retamais do *Cytiso multiflori-Retametum sphaerocarphae*, que correm em solos bem conservados.
- Comunidades arbóreas e arbustivas de *Quercus rotundifolia*, *Pyrus bourgaeana*, entre outras, da associação *Pyro bourgaeanae-Quercetum rotundifoliae*. Estas comunidades representam um azinhal alterado.
- Estevais pertencentes à associação *Genisto hirsutae-Cistetum ladaniferi*. Resultam da destruição das condições de fertilidade do solo, acentuada pela erosão.
- A vegetação climácica reparte-se pelas séries mesomediterrânica luso-extremadurense e bética sub-húmida do sobreiro (*Quercus suber*), e mediterrânica luso-extremadurense silicícola da azinheira (*Quercus rotundifolia*). Ocorrem ainda comunidades permanentes como os freixiais (com *Fraxinus angustifolia*), salgueirais (com *Salix* spp.), amiais (com *Alnus glutinosa*) e tamujais (com *Securinega tinctoria*).

4.6. FAUNA

A avifauna assume um destaque particular, principalmente na área do Parque Natural do Tejo Internacional e ZPE - Zona de Protecção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul.

A área caracteriza-se por uma elevada diversidade de espécies, com especial relevância para as tipicamente rupícolas, que nidificam nas encostas escarpadas do vale do rio Tejo e afluentes, e algumas espécies estepárias, nas áreas de planalto contíguas às encostas, assinalando-se a ocorrência de espécies como a Cegonha-preta (*Ciconia nigra*), a Águia-real (*Aquila chrysaetos*), a Águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*), a Águia-de-Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), a Águia-calçada (*Hieraaetus pennatus*), a Águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), a Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), o Abutre-negro (*Aegypius monachus*), o Abutre do Egipto (*Neophron percnopterus*), o Grifo (*Gyps fulvus*), o Bufo real (*Bubo bufo*), o Peneireiro-de-dorso-liso (*Falco naumanni*), a Garça-vermelha (*Ardea purpurea*), o Abibe (*Vanellus vanellus*), o Corvo-marinho de faces brancas (*Phalacrocorax carbo*), o Chasco-preto (*Oenanthe leucura*), o Papa-figos (*Oriolus oriolus*), entre muitas mais.

O abandono das práticas agrícolas tradicionais resultante do despovoamento verificado nas últimas décadas deverá contribuir para uma degradação da qualidade do habitat, constituindo uma ameaça real a alguns valores da avifauna prioritária (por exemplo o Abutre do Egipto, a Águia-de-Bonelli e a Águia-real). Continua igualmente a registar-se a morte de aves de rapina por envenenamento resultante do controlo ilegal de predadores e, pontualmente, o abate a tiro e a pilhagem de ninhos.

Relativamente aos mamíferos merecem referência espécies como a Lontra (*Lutra lutra*), a Gineta (*Genetta genetta*), o Saca-rabo (*Herpestes ichneumon*), o Texugo (*Meles meles*), o Veado (*Cervus elaphus*), e o Javali (*Sus scrofa*).

4.7. VALORES NATURAIS

Parte das freguesias de Castelo Branco, Malpica do Tejo e Monforte da Beira estão integradas no Parque Natural do Tejo Internacional (criado pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2000 de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2004, 12 de Fevereiro) encontrando-se esta zona classificada como ZPE – Zona de Protecção Especial do Tejo Internacional, Erges e Ponsul (Decreto-Lei n.º 141/2002, de 2 de Maio).

O Parque Natural do Tejo Internacional (adiante designado por PNTI) constitui um Biótopo Corine inserido na Rede Nacional de Áreas Protegidas, na Rede Internacional de Conservação como Zona de Protecção Especial (ZPE) e na Rede Natura 2000.

Possui uma grande riqueza florística e faunística, a par de um inegável valor paisagístico ao qual se associa um rico património cultural e arquitectónico. A paisagem do PNTI possui um carácter nitidamente mediterrânico, alternando áreas naturais com áreas rurais. Nele evidenciam-se as culturas extensivas e os sistemas agro-silvo-pastoris nos montados de sobro e azinho.

O conjunto das zonas envolventes ao rio Tejo e seus afluentes têm um importante papel na conservação dos valores faunísticos e vegetais, encontrando-se nestas áreas habitats característicos das paisagens meridionais. As várias linhas de água, com comunidades vegetais ripícolas associadas, constituem igualmente um importante património natural que urge recuperar e conservar.

No concelho está ainda incluída parte da Serra da Gardunha (PTCON00028, segundo a Lista Nacional de Sítios – 1ª fase), localizada na zona de transição entre a Campina de Castelo Branco e a Cova da Beira. Apresenta uma elevada diversidade florística, destacando-se o endemismo *Asphodelus bento-rainhae*.

4.8. PAISAGEM

As unidades de paisagem resultam da conjugação de factores como o relevo, a geologia, o clima, a hidrografia, hidrogeologia e solos e da acção antrópica, ou seja, da forma laboriosa como o homem combina os elementos naturais no desenvolvimento das suas actividades sejam elas económicas, de protecção da natureza, de lazer, etc.

Apesar da estrutura das unidades de paisagem estar ameaçada por factores como o despovoamento humano, o abandono das terras de cultivo e conseqüente progressão das áreas de matos e floresta, os incêndios, a substituição de espécies autóctones e endémicas, entre outros, considera-se que as duas grandes unidades de paisagem no concelho são a “charneca” e o “campo”.

A “Charneca Beiroa”, na zona a ocidente de Castelo Branco, é caracterizada pelas montanhas e terras xistentas de solos esqueléticos e pobres, de relevo mais movimentado, de propriedade mais dividida

onde se pratica a policultura submediterrânea e a espécie dominante é o pinheiro. Dentro do estrato arbustivo predominam espécies como a esteva, a giesta amarela e o rosmaninho.

O “Campo Albicastrense”, surge a oriente, de constituição geológica mais ou menos uniforme, constituído por granito, xistos, arcoses e cascalheiras. O relevo é mais uniforme e o solo mais fértil dando origem a grandes propriedades. O clima é mais continental, predominando a azinheira, o piorno e a giesta branca.

Se se atender ao relevo e adaptação dos solos às diferentes culturas e às condições agro-climáticas, pode dividir-se o concelho em três zonas distintas:

i. “Zona Serrana”, compreende a parte basal das Serras da Gardunha e Muradal. Zona denominada “Charneca”, de aptidão para a floresta, onde predomina o pinhal e possuindo nos vales apertados, zonas férteis de regadio, circundadas ou não de oliveiras, onde se cultivam as culturas hortícolas e algumas arvenses destinadas a auto consumo. O pinhal predomina nas cotas 400 a 1200 m.

Nesta zona inserem-se partes das freguesias do Sobral do Campo e Louriçal do Campo e as freguesias de S. Vicente da Beira, Almaceda, Sarzedas e S. André das Tojeiras.

ii. “Zona Planáltica” também denominada “planalto ou folha da Lardosa” ou “campo” constitui a parte central do concelho, de ondulações suaves e vales largos e pouco profundos, com a cota média próximo dos 350 m.

Esta é uma zona assente em solos derivados do granito onde predominam as culturas cerealíferas em rotação trienal, e o aproveitamento pecuário intensivo, sobretudo por pequenos ruminantes que constituem a base económica principal da zona. Trata-se de uma zona de baixa taxa de florestação.

Nesta zona, inserem-se as freguesias de Lardosa, Mata, Tinalhas, Ninho do Açor, Póvoa de Rio de Moinhos, Escalos de Cima, Lousa, Alcains, Caféde, Juncal, Freixial do Campo, Salgueiro do Campo (parte), Castelo Branco e parte Norte de Escalos de Baixo.

Na freguesia de Louriçal do Campo existe uma pequena depressão, com um micro-clima, onde se encontram numerosos e pequenos pomares de citrinos.

iii. “Zona de topografia Acidentada”, é a zona onde predominam o azinho e o sobro, que vão das cotas de 160 a 450 metros. Nela existem pequenas manchas adaptadas à cultura cerealífera. Em alguns vales frescos aparecem citrinos.

Esta zona está assente nos xistos do câmbrico, miocénico lacustre e com um cabeço silúrico junto a Monforte da Beira. Confinam com o rio Tejo e nela correm os seus afluentes Ponsul e Aravil, estes com margens de grande declive.

Esta zona abrange a parte sul do concelho e compreende as freguesias de Retaxo, Cebolais de Cima, Benquerenças, parte sul de Castelo Branco, SE de Escalos de Baixo, Malpica do Tejo e Monforte da Beira (Planraia, 2004).

5. USOS

5.1. USO DO SOLO

No Quadro 1 apresentam-se os valores referentes às áreas ocupadas pelos diferentes usos, com base na carta actual de uso e ocupação do solo do concelho de Castelo Branco.

QUADRO 1 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO.

Fonte: Planraia (2004)

Usos e Ocupações do solo	Hectares	%
Áreas construídas (urbanas, industriais, comerciais, Infraestruturas e equipamentos)	1723,7	1,2
Improdutivos e áreas de extracção de inertes	378,1	0,3
Áreas agrícolas	32164,2	22,3
Matos e arbustos	15135,1	10,5
Áreas agro-florestais	8911,1	6,2
Áreas florestais	66507,9	46,2
Áreas ardidas (1995-2003)	18083,8	12,6
Áreas húmidas continentais	1104,0	0,8
TOTAL	144007,8	100,0

As áreas urbanas não têm grande expressão no conjunto dos usos e ocupações do solo do concelho (1724 ha) pois ocupam apenas 1,2% da sua superfície, o que confirma o peso da ruralidade que, grosso modo, caracteriza o concelho de Castelo Branco.

As áreas florestais predominam no concelho de Castelo Branco, ocupando uma extensa área de aproximadamente 66.508 ha, quase metade da área total do concelho, a que corresponde a uma taxa de ocupação florestal na ordem dos 46,2%.

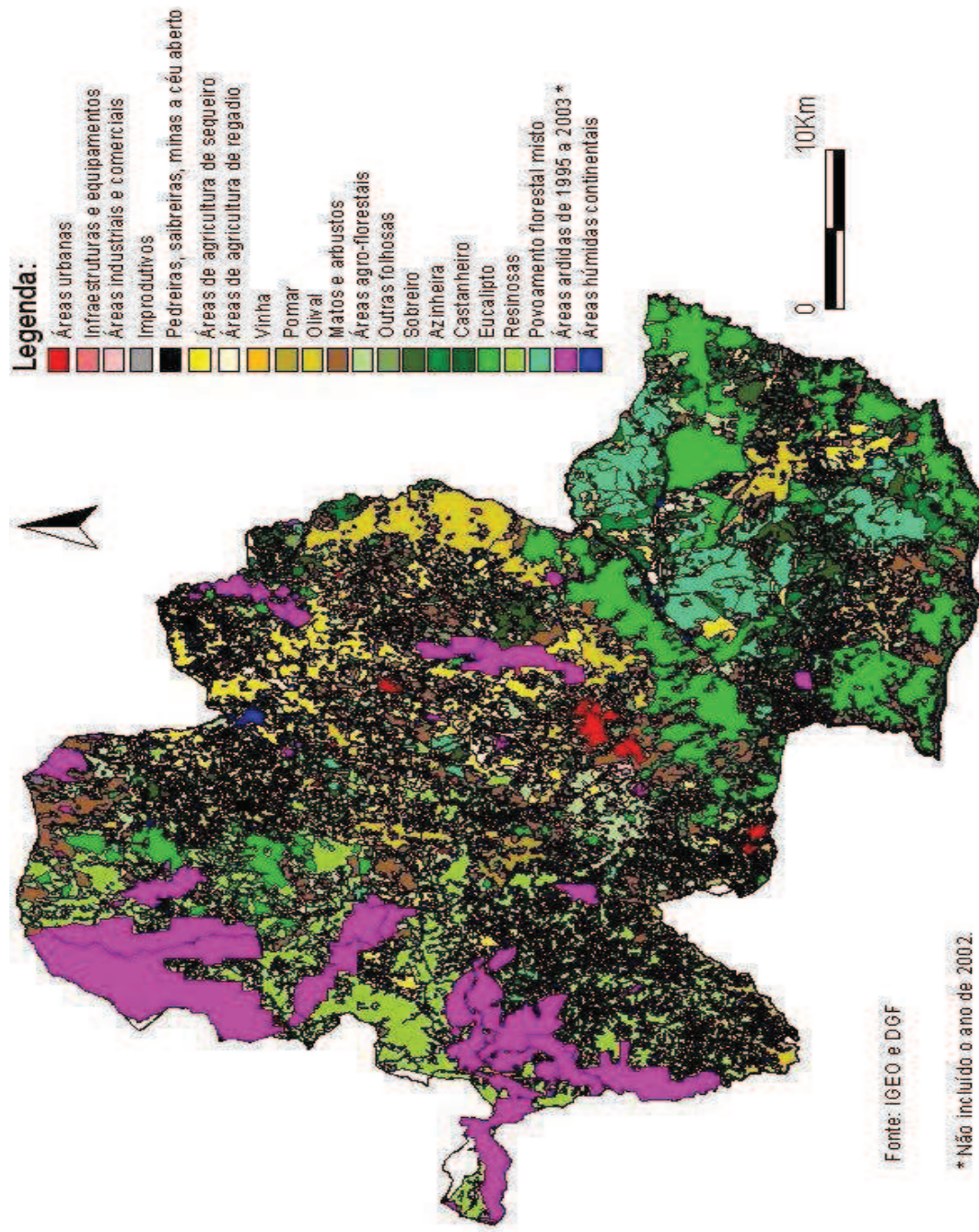


FIGURA 7 - USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO

As resinosas predominam com cerca de 18%, seguindo-se-lhes os eucaliptos (13%) e os povoamentos florestais mistos (7,6%). A área ocupada por azinheira e sobreiro é também significativa (3,8 e 3%, respectivamente).

As resinosas, fundamentalmente pinheiro bravo, predominam nas freguesias de S. Vicente da Beira, Almaceda, Sarzedas e Santo André das Tojeiras. O eucalipto tem maior expressão nas freguesias de Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Castelo Branco e Benquerenças e com menor expressão, embora com manchas com dimensão apreciável, nas freguesias de S. Vicente da Beira, Sobral do Campo e Lardosa.

O sobreiro e a azinheira têm a sua maior expressão nas freguesias do campo sobretudo em Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Castelo Branco, Escalos, Lousa, Póvoa de Rio de Moinhos e S. Vicente da Beira. Os povoamentos mistos surgem com maior expressão nas freguesias de Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Sarzedas e Benquerenças.

Algumas destas áreas florestais estão sujeitas ao regime florestal designadamente o perímetro florestal de Louriçal do Campo com uma superfície de 189,5 ha.

As áreas agrícolas ocupam cerca de 22,3% da superfície do concelho com especial relevância para as culturas de sequeiro (10,6%) e o olival (8,9%). As áreas de regadio ocupam apenas 1,6 %. As áreas de sequeiro apresentam maior expressão nas freguesias de Castelo Branco, Alcains, Lardosa, Salgueiro do Campo, Freixial do Campo e Juncal do Campo. O olival surge por todo o concelho com maior expressão nas freguesias de Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Mata, Lousa, Castelo Branco, Juncal do Campo, Freixial do Campo, Tinalhas, Sobral do Campo, Salgueiro do Campo e Santo André.

As áreas de regadio estão confinadas em especial aos vales dos cursos de água, e nas zonas de terrenos graníticos onde os solos são mais profundos e favoráveis à agricultura e onde podem ser apoiadas pela rega a partir dos rios e ribeiras ou por charcos efectuadas para esse efeito. As manchas de regadio com maior expressão situam-se nas freguesias de Castelo Branco, Alcains, Lardosa, S. Vicente da Beira e Louriçal do Campo.

A vinha e os pomares, embora com pouca expressão no concelho, encontram-se em especial nas freguesias de Castelo Branco, Salgueiro do Campo, Alcains, Escalos, Mata e Ninho do Açor.

As áreas agro-florestais (áreas mistas de agricultura e floresta) têm uma expressão quantitativa apreciável, pois representam 6,2% da superfície total do concelho, e distribui-se com importância semelhante por todas as freguesias.

As áreas de mato e arbustos são muito significativas e ocupam 10,5% da superfície concelhia distribuindo-se por todo o território concelhio, ocupando áreas marginais em especial nas zonas de maior altitude (Almaceda e S. Vicente da Beira).

As áreas ardidadas no período de 1995-2003, ocupam uma superfície bastante extensa que corresponde a cerca de 12,6% da superfície do concelho e com maior expressão na zona do pinhal, com especial incidência nas freguesias de Almededa, Sarzedas e Santo André das Tojeiras onde predominam as resinosas. O sector SE do concelho é a zona menos afectada correspondendo à zona de topografia acidentada.

Os factores que mais contribuem para a transformação do uso e ocupação do solo são o despovoamento dos aglomerados e vilas, os incêndios e o aumento da floresta. O despovoamento conduz ao abandono dos campos, sobretudo das zonas mais afastadas dos aglomerados, e ao aumento progressivo das áreas de floresta e de mato.

Na “charneca” a menor compartimentação da paisagem por abandono dos campos e a sua uniformização em resultado do aumento da área ocupada por resinosas e eucaliptos, constituem condições favoráveis à ocorrência e à propagação dos incêndios.

Os incêndios transformam completamente a paisagem pelo impacto que provocam a médio e longo prazo, designadamente no empobrecimento do solo e na capacidade de regeneração da vegetação.

No “Campo”, na zona central, para além do abandono da actividade agrícola, a paisagem apresenta-se cada vez mais compartimentada e marcada pelo avanço da urbanização e pela edificação difusa que se verifica em torno dos aglomerados e ao longo dos principais eixos de transporte.

Na zona a Sul, que faz parte da “Campina de Idanha”, correspondente à bacia do rio Ponsul, a desertificação progride motivada pela forte regressão demográfica e pela incapacidade em manter os sistemas agro-silvo-pastoris que caracterizavam a paisagem. A área ocupada por montado de sobro e de azinho vem sofrendo uma regressão e o eucalipto avança sendo já dominante em algumas zonas.

5.2. USOS E UTILIZAÇÕES DA ÁGUA

5.2.1. Águas de Abastecimento

5.2.1.1. Enquadramento

A água é um bem escasso, fundamental para a vida e desenvolvimento territorial – é cada vez mais um recurso estratégico. Assim, é objectivo deste sub-capítulo analisar o abastecimento de água no Concelho e, identificar a variabilidade quantitativa e qualitativa da água para abastecimento quer espacialmente, quer temporariamente.

O Sistema de Abastecimento de Água é definido como o conjunto de estruturas e equipamentos destinados, genericamente, à captação, tratamento, adução, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, sob a responsabilidade de uma ou mais entidades gestoras, ou de um particular.

Os sistemas de gestão de águas de abastecimento (multimunicipal ou municipal) são regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro, que estabelece o regime jurídico da gestão das actividades de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público.

O Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro regula a qualidade da água para consumo humano, fixando valores paramétricos e definindo os parâmetros a pesquisar e as frequências mínimas de amostragem e análise.

O concelho de Castelo Branco é servido em termos de abastecimento público de água por dois grandes sistemas principais, Santa Águeda e Pisco, ambos com origem em captações de água superficial, nas albufeiras com o mesmo nome. No entanto, muitos aglomerados apresentam ainda captações de água próprias, subterrâneas, por furos, poços ou minas, recorrendo alguns deles aos grandes sistemas apenas como reforço/recurso.

A maior parte das povoações do concelho encontra-se ligada por adutoras, gravíticas ou elevatórias o que permite o seu abastecimento a partir dos sistemas de captações superficiais das albufeiras.

Actualmente, a gestão dos sistemas encontra-se a cargo dos Sistemas Municipalizados de Água e Saneamento de Castelo Branco (SMAS). No entanto, prevê-se que as componentes “em alta” passem a ficar sob responsabilidade da empresa Águas do Centro S.A., pertencente ao grupo Águas de Portugal.

Existem ainda alguns pequenos sistemas abastecidos por captações de água subterrâneas que são geridos pelas Juntas de Freguesia.

Segundo as informações dos SMAS, a grande maioria dos aglomerados e população do concelho são actualmente servidos por redes de distribuição de água domiciliária, atingindo-se um elevado grau de satisfação em termos de quantidade, pressão e qualidade da água distribuída, não se tendo verificado problemas significativos no abastecimento. No total, estima-se que cerca de 96,1% do total da população residente seja servida por sistemas públicos de abastecimento de água elevando-se este valor para 97,2% se se incluírem os sistemas geridos pelas Juntas de Freguesia acima referidos, o equivalente a 96,3% dos aglomerados do concelho.

5.2.1.2. Sistemas de abastecimento de água geridos pelos SMAS

- Sistema de Santa Águeda

O sistema de Santa Águeda abastece cerca de 61,8% da população residente no concelho a partir da albufeira de Santa Águeda. A água captada é sujeita a um tratamento que consiste num arejamento em cascata, remineralização e adição de reagentes (dióxido de carbono, sais de alumínio, floculante, cal e carvão activado em pó), pré-ozonização, decantação, filtração em areia e correcção de pH com cal,

seguido de um tratamento de afinação constituído por uma pós-ozonização e filtros de carvão activado e finalmente uma desinfecção com cloro líquido. Esta ETA encontra-se dimensionada para tratar 750 m³/h de água, tendo sido recentemente sujeita a obras de ampliação, que praticamente quadruplicam a sua capacidade.

- Sistema do Pisco

Este sistema fornece água a cerca de 29% da população residente no concelho Castelo Branco. A água captada é tratada na ETA do Pisco cujo processo de tratamento consiste numa pré-oxidação, com dióxido de cloro, coagulação/floculação, decantação, filtração em areia e finalmente desinfecção com dióxido de cloro. Esta ETA tem uma capacidade de tratamento de 158 m³/h.

- Sistema de Casal da Serra

O abastecimento ao sistema de Casal da Serra é efectuado através de cinco minas situadas a Norte, na Serra da Gardunha (Castanheiro, Lameiras, Bouças, Barroqueiro e Fontanheiro) e como reforço, sobretudo no Verão, a partir de uma captação superficial na Albufeira do Penedo Redondo.

A água captada nas minas é conduzida graviticamente ao reservatório de Louriçal do Campo sendo sujeita previamente a uma cloragem. Este sistema abastece as povoações situadas entre Casal da Serra e Lardosa, no concelho de Castelo Branco e alguns aglomerados no Concelho de Fundão. No Inverno, este sistema apresenta uma grande disponibilidade de água que lhe permite abastecer parte da cidade de Castelo Branco. O facto de se encontrar interligado aos sistemas de Santa Águeda e Pisco permite que os sentidos de escoamento sejam variáveis e portanto uma maior flexibilidade de abastecimento consoante as necessidades e a capacidade de produção das minas.

A água captada na Albufeira do Penedo Redondo sofre tratamento em filtros de areia e posterior cloragem.

- Sistema de Monforte da Beira

Este sistema serve apenas a povoação com o mesmo nome. A água é captada num poço e elevada para um reservatório onde sofre cloragem com hipoclorito antes de ser distribuída à população. Trata-se de um sistema relativamente recente (menos de dez anos), onde não se têm verificado problemas no abastecimento.

- Sistema de São Vicente da Beira

Este sistema é servido por três minas, localizadas a norte da povoação com o mesmo nome, sendo a água distribuída tratada apenas com hipoclorito de sódio. Este sistema liga ao sistema do Pisco como recurso.

- Sistemas de Valbom, Rochas de Cima, Ribeira de Eira, Pé da Serra e Lisga

Nestes sistemas o abastecimento é efectuado através de minas, sendo a água conduzida graviticamente a reservatórios onde é desinfectada em posto de cloragem com hipoclorito e distribuída às populações dos lugares de igual nome, com excepção do sistema de Valbom que abastece também o aglomerado de Bairro de Boa Esperança.

- Sistema de Almededa

A povoação de Almededa é abastecida através de duas captações subterrâneas, uma mina e um furo. A água proveniente da mina é transportada graviticamente para um reservatório onde é desinfectada com hipoclorito, misturando-se depois com a água proveniente do furo num segundo reservatório.

- Sistema de Violeiro

A água que abastece este sistema é proveniente de dois furos, sendo sujeita a desinfectação no reservatório antes de ser distribuída à população. Em breve entrará em funcionamento a adutora que ligará este sistema ao sistema de abastecimento de água do Pisco (adutora já está construída e está a aguardar entrada em funcionamento).

Na Figura 8 estão representadas as redes dos sistemas de abastecimento geridos pelos SMAS de Castelo Branco, bem como as adutoras principais que as ligam.



FIGURA 8 - AGLOMERADOS ABASTECIDOS POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA GERIDOS PELOS SMAS DE CASTELO BRANCO

5.2.1.3. *Sistemas não geridos pelos SMAS*

Além dos sistemas já referidos, existem ainda oito sistemas públicos de abastecimento de água, cuja gestão e exploração se encontra a cargo das Juntas de Freguesia. A água é captada em minas ou furos e sujeita a um tratamento de desinfeção com hipoclorito de sódio.

Incluem-se neste grupo os sistemas Grade, Pousafoles e Vale de Maria Dona, na freguesia de Sarzedas, Rochas de Baixo, Ingarnal, Martim Branco e Paiágua, na freguesia de Alameda e Vale de Figueiras, na freguesia de São Vicente da Beira. Os três primeiros podem ser servidos, como recurso pelo sistema do Pisco.

Os sistemas de Ingarnal e Paiágua recorrem a captações por furos, sendo os restantes servidos por uma mina.

No seu conjunto estes sistemas abastecem aproximadamente 1,1% da população residente do concelho e os aglomerados servidos encontram-se representados na Figura 9.



FIGURA 9 - AGLOMERADOS ABASTECIDOS POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NÃO GERIDOS PELOS SMAS DE CASTELO BRANCO

5.2.1.4. *Qualidade da água para consumo humano*

Em termos de qualidade da água bruta, só foi possível obter informações relativamente às águas superficiais. Ambas as albufeiras, Santa Águeda e Pisco, apresentam problemas em termos de excesso de nutrientes, o que se traduz em alguma eutrofização, sobretudo na albufeira de Santa Águeda. No entanto, verifica-se que a qualidade da água captada cumpre o preceituado no Decreto-Lei nº 236/98, de

1 de Agosto para uma água da classe A2 e não são encontradas substâncias químicas contaminantes, nomeadamente pesticidas e hidrocarbonetos aromáticos polinucleares.

Segundo informações dos SMAS, na generalidade, são cumpridas as disposições do Decreto-Lei nº 243/2001, de 5 de Setembro em termos de verificação da qualidade da água na rede de distribuição, tanto em termos de parâmetros a analisar como em termos de frequência de análise, sendo que apenas pontualmente se verificam situações de incumprimento.

Os Gráfico 1Gráfico 2 apresentam uma visão global da percentagem de parâmetros analisados para as albufeiras do Pisco e Santa Águeda, tendo em conta a classe A1, A2 e A3.²

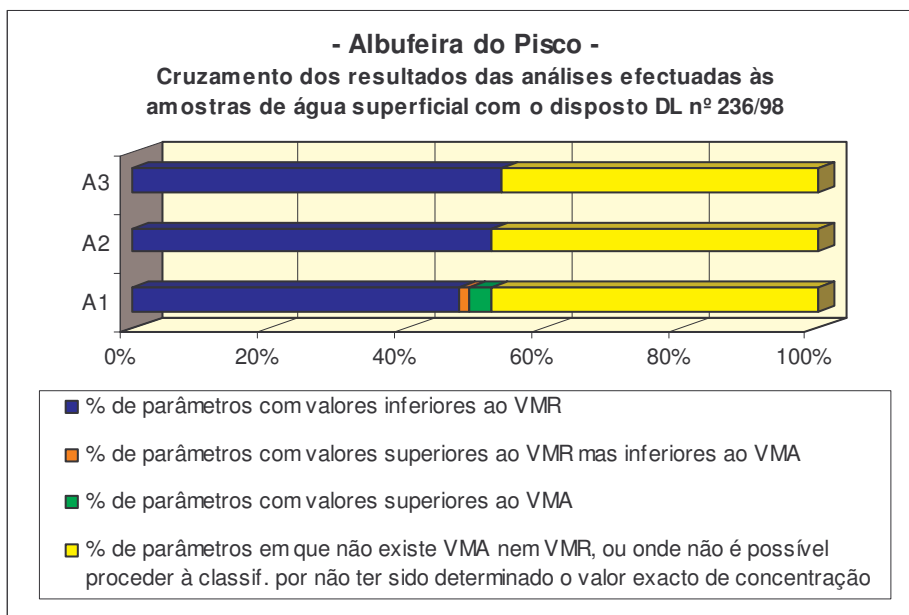


GRÁFICO 1 - CRUZAMENTO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES EFECTUADAS ÀS AMOSTRAS DE ÁGUA SUPERICIAL COM O DISPOSTO DL Nº 236/98, NA ALBUFEIRA DO PISCO

² Ver em anexo os resultados de cada parâmetro analisado.

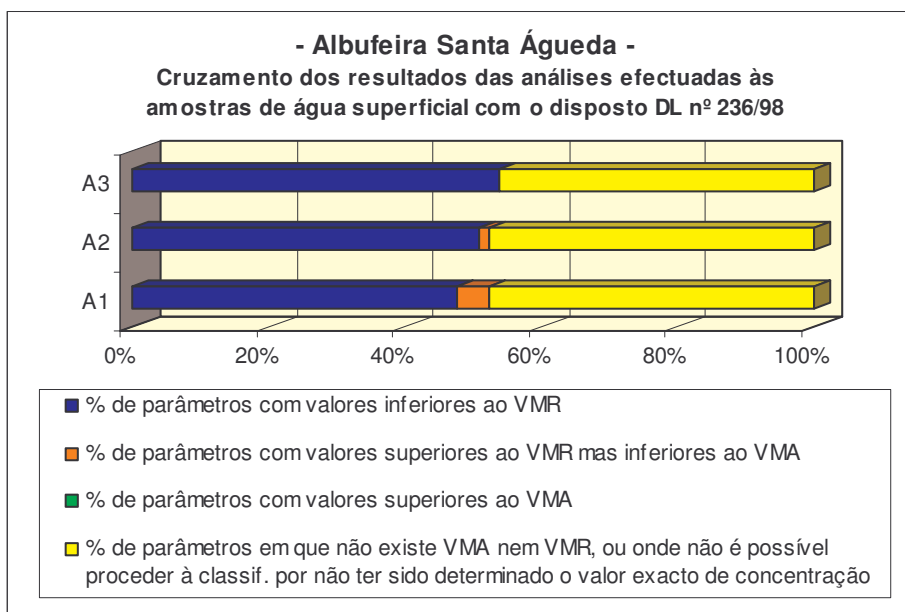


GRÁFICO 2 - CRUZAMENTO DOS RESULTADOS DAS ANÁLISES EFECTUADAS ÀS AMOSTRAS DE ÁGUA SUPERFICIAL COM O DISPOSTO DL Nº 236/98, NA ALBUFEIRA DE SANTA ÁGUEDA

5.2.1.5. *Qualidade da água para rega e banho*

Pese embora as albufeiras do Pisco e de Santa Águeda apenas se destinem à produção de água para consumo humano efectuou-se análise da aptidão das suas águas para rega e para banhos. A análise efectuada não foi completa porque quer para a avaliação da aptidão de água para a rega como para a avaliação da adequação da água para banhos não foram realizadas análises a todos os parâmetros exigidos pela legislação. Contudo, de acordo com os dados existentes, as águas das duas albufeiras são aptas para rega e para banhos.³

Relativamente aos sistemas geridos pelas Juntas de Freguesia, não foi possível obter dados sobre esta matéria.

5.2.1.6. *Consumos de água*

Entre 1997 e 2002 registou-se um aumento significativo dos volumes consumidos no concelho de Castelo Branco – cerca de 30%, correspondendo aproximadamente 65% a consumos domésticos, 15,5% a consumos comerciais e industriais e o restante a outros consumos (Fonte: Revisão do PDM).

Entre 2002 e 2003, verificou-se um ligeiro decréscimo, sendo o volume total de água facturada de 3676951 m³, em que 72244 m³ são transferidos para outros concelhos (Vila Velha de Rodão e Fundão). A capitação do consumo doméstico em 2003 é de 119 l/hab.dia.

³ Ver em anexo os parâmetros analisados.

5.2.2. Águas Residuais

5.2.2.1. Enquadramento

As águas residuais definem-se como sendo as resultantes de actividades domésticas, industriais ou agropecuárias e apresentam características físicas, químicas e bacteriológicas que se traduzem em elevados níveis de poluição, requerendo por isso um tratamento adequado.

A contaminação dos recursos hídricos poderá originar graves problemas ambientais, de saúde pública ou mesmo problemas relacionados com actividades humanas (agricultura, pesca, pecuária, etc). De acordo com as características qualitativas e quantitativas da água residual de determinada região deverá ser equacionado o tipo de tratamento mais eficiente, de modo a ser possível efectuar a descarga da água tratada no meio receptor, sem comprometer a qualidade deste.

Um sistema de saneamento básico eficaz deverá ser constituído por uma rede de drenagem que encaminhe a totalidade dos efluentes produzidos para Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). Estas infra-estruturas possibilitam uma sequência de operações e processos de tratamento em função da água residual afluyente. O efluente final da ETAR poderá ser reutilizado como água de serviço, água para lavagem de equipamentos, água de rega, etc.

O Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho regulamenta a recolha, tratamento e descarga de águas residuais urbanas e o tratamento e descarga de águas residuais de determinados sectores industriais.

No concelho de Castelo Branco o sistema de saneamento básico é actualmente gerido pelos SMAS de Castelo Branco, embora se preveja que futuramente a empresa concessionária Águas do Centro passe a ser responsável por parte da gestão em alta e em baixa.

A Figura 10 apresenta resumidamente o actual estado dos sistemas de águas residuais existentes na região.

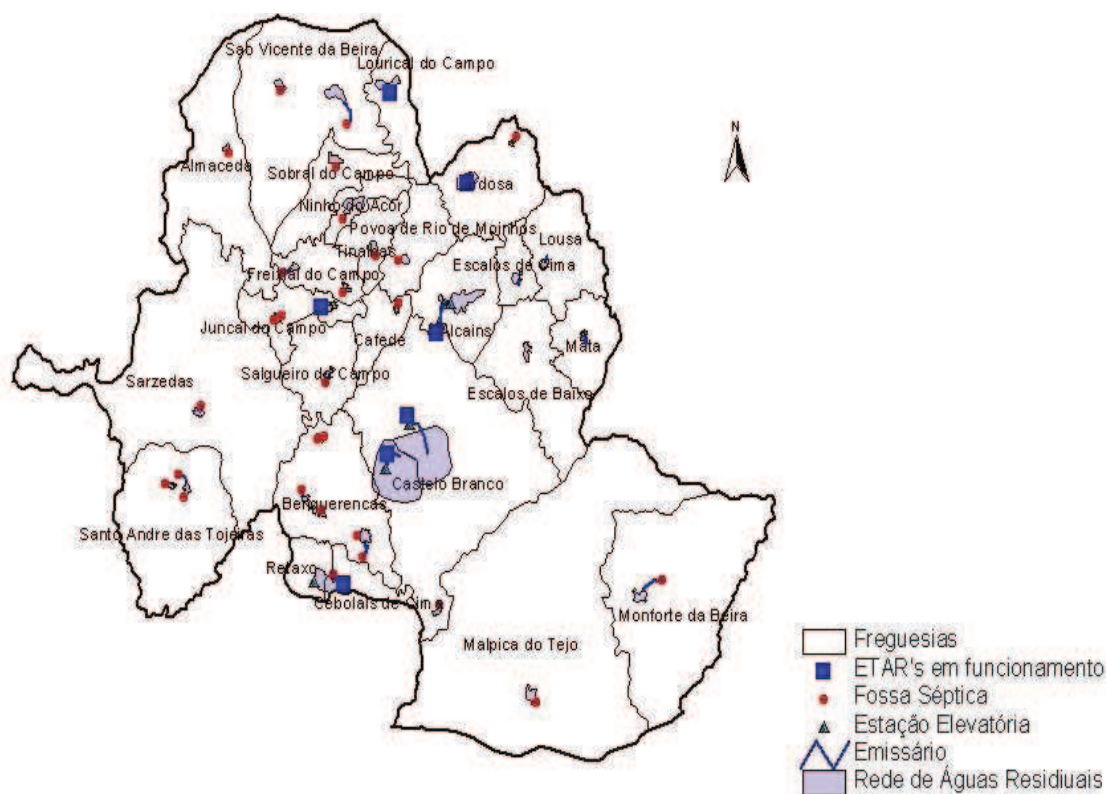


FIGURA 10 - ESTADO ACTUAL DOS SISTEMAS DE ÁGUAS RESIDUAIS DO CONCELHO DE CASTELO BRANCO

5.2.2.2. *Sistemas de drenagem*

As redes de drenagem e os emissários dos sistemas do concelho de Castelo Branco estão praticamente construídos e em funcionamento, sendo que actualmente 91,3 % da população residente no concelho é abrangida pelos sistemas de drenagem implementados. De acordo com informações cedidas pelos SMAS as redes são maioritariamente do tipo unitário, sendo que apenas os loteamentos recentes são providos de sistemas separativos. Nos casos em que existem redes de drenagem separativas as águas pluviais são lançadas directamente em linhas de água próximas.

5.2.2.3. *Sistemas servidos por estações de tratamento de águas residuais*

Existem actualmente no concelho de Castelo Branco seis sistemas de águas residuais servidos por sete Estações de Tratamento de águas residuais (ETAR's) que tratam as águas residuais produzidas nos aglomerados populacionais de Alcains, Castelo Branco, Cebolais de Cima, Retaxo, Juncal do Campo, Lardosa e Louriçal do Campo. A cidade de Castelo Branco é servida por duas estações de tratamento: ETAR Norte e ETAR Sul.

Apesar dos sistemas de drenagem existentes abrangerem cerca de 91,3 % da população do concelho, existem diversos aglomerados que não se encontram abrangidos por infra-estruturas de tratamento de águas residuais (11,7 % da população do concelho). No entanto, a situação tenderá a modificar-se após a entrada em funcionamento das seis ETAR's que se encontram construídas e cujo início de funcionamento se prevê para breve.

Encontram-se em fase de projecto estudos para a implementação de quatro novas ETAR's e a remodelação e ampliação de duas ETAR's já existentes.

As águas residuais tratadas provenientes dos seis sistemas de drenagem existentes drenam para as bacias dos rios Ocreza e Ponsul.

5.2.2.4. ETAR's existentes e em funcionamento

A Figura 11 apresenta as estações de tratamento de águas residuais existentes e em funcionamento no concelho de Castelo Branco.



FIGURA 11 - ETAR'S EM FUNCIONAMENTO NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO

Seguidamente apresenta-se uma descrição dos sistemas de águas residuais servidos por ETAR's no concelho de Castelo Branco, destacando-se pela sua dimensão o sistema de Castelo Branco.

- Sistema de Castelo Branco

A cidade de Castelo Branco é servida pelas ETAR's Norte e Sul, ambas situadas na bacia da Ribeira da Lúria. Parte da cidade localiza-se na bacia do rio Ponsul, pelo que os efluentes daí provenientes são encaminhados através de estações elevatórias para as estações de tratamento existentes.

ETAR Norte

Esta ETAR encontra-se dimensionada para uma população de 28.250 habitantes equivalentes e recebe os efluentes das zonas norte e nascente da cidade. Iniciou o seu funcionamento em 1999. Esta ETAR tem tratamento secundário, através de leitos percoladores de alta carga, e desinfecção.

O efluente tratado é lançado na Ribeira da Lória. Quando necessário a água proveniente da ETAR Norte poderá ser reutilizada para rega.

O tratamento das lamas produzidas é efectuado através de um digestor, seguido de desidratação por filtro prensa ou leitos de secagem.

ETAR Sul

Esta estação de tratamento foi dimensionada para servir uma população de cerca de 28.154 habitantes equivalentes das zonas sul e poente da cidade, incluindo os efluentes da Zona Industrial da cidade que são encaminhados através de uma estação elevatória para esta ETAR. Segundo os SMAS, a generalidade das águas residuais provenientes das indústrias existentes na zona são equiparadas a águas residuais domésticas. A DANONE, maior produtor industrial servido por esta ETAR, possui estação de tratamento própria, onde efectua um pré-tratamento aos efluentes antes de estes serem conduzidos à ETAR Sul.

A ETAR Sul entrou em funcionamento em 1993 e o tratamento preconizado baseia-se num processo de lamas activadas por arejamento convencional.

As lamas produzidas são digeridas e desidratadas através de filtro de banda/leitos de secagem e posteriormente encaminhadas para destino final adequado.

- Sistema de Alcains

O sistema de Alcains é servido por uma ETAR (ETAR de Alcains) que iniciou o seu funcionamento em 2000. Esta ETAR serve uma população de cerca de 5.150 habitantes equivalentes. O tratamento é de nível secundário por lamas activadas. O efluente tratado é depois lançado na Ribeira da Lória.

- Sistema da Lardosa

O sistema da Lardosa entrou em funcionamento em 1980 e é constituído por uma ETAR com o mesmo nome e respectiva rede de drenagem. O tratamento efectuado é de nível secundário por intermédio de um tanque Imhoff seguido de leito percolador de alta carga. O efluente tratado é depois lançado no Ribeiro de Santo António, afluente do Rio Ocreza. Esta ETAR sofreu recentemente alterações a nível de equipamento electromecânico.

- Sistema de Juncal do Campo

Este sistema é servido pela ETAR de Juncal de Campo e respectiva rede de drenagem de águas residuais e iniciou o seu funcionamento em 1980. O tratamento efectuado é a nível secundário através de um tanque Imhoff seguido de leito percolador de alta carga. As águas residuais após tratamento são

descarregadas na Ribeira de Vale de Juncos, afluente do Rio Tripeiro. De acordo com as informações recolhidas esta ETAR encontra-se actualmente em remodelação.

- Sistema de Louriçal do Campo

A ETAR de Louriçal do Campo e respectiva rede de drenagem servem este sistema desde 1980. O tratamento efectuado às águas residuais afluentes é de nível secundário através de um tanque Imhoff seguido de leito percolador de alta carga. Os efluentes depois de tratados são lançados no Rio Ocreza. Esta ETAR encontra-se actualmente em fase de ampliação.

- Sistema de Cebolais de Cima

Este sistema é servido pela ETAR de Cebolais de Cima/Retaxo que trata as águas residuais produzidas nos aglomerados com o mesmo nome. Esta ETAR foi dimensionada para tratar as águas residuais produzidas por aproximadamente 4.200 habitantes. O tratamento efectuado é de nível secundário através de um tanque Imhoff seguido de leito percolador de alta carga. Os efluentes tratados são lançados no Ribeiro Gonçalo Pais, afluente do Rio Ponsul.

5.2.2.5. ETAR's concluídas (a aguardar início de funcionamento)

A Figura 12 permite visualizar a localização das seis estações de tratamento de águas residuais que já se encontram construídas e cujo início do funcionamento se prevê para breve⁴.



FIGURA 12 - ETAR'S CONCLUÍDAS MAS QUE AINDA NÃO ENTRARAM EM FUNCIONAMENTO

⁴ Ainda não se encontram em funcionamento pois aguardam negociações entre os SMAS e as Águas do Centro, SA.

- Sistema de Escalos-Lousa

A ETAR de Escalos de Cima/Escalos de Baixo/Lousa servirá os aglomerados com o mesmo nome e a povoação de Mata. A localização desta ETAR será junto à povoação de Escalos de Baixo. Esta ETAR será ligada à rede de drenagem de águas residuais existente em cada um dos referidos aglomerados.

- Sistema de Cafede

A ETAR de Cafede de servirá o aglomerado com o mesmo nome, permitindo desactivar a fossa séptica colectiva em funcionamento actualmente. A ETAR será ligada à rede de drenagem existente.

- Sistema de S. Vicente da Beira

A ETAR de S. Vicente da Beira servirá os aglomerados de S. Vicente da Beira e de Casal de Fraga, substituindo as fossas sépticas colectivas que servem actualmente estes aglomerados. Esta ETAR será ligada à rede de drenagem existente.

- Sistemas de Póvoa de Rio Moinhos/Tinalhas

A ETAR de Póvoa de Rio Moinhos/Tinalhas servirá os aglomerados com o mesmo nome, permitindo desactivar as fossas sépticas colectivas existentes. A ETAR será ligada à rede de drenagem existente nestes dois aglomerados.

- Sistema de Malpica do Tejo

A ETAR de Malpica do Tejo foi dimensionada para servir uma população de 1.500 habitantes e servirá o aglomerado com o mesmo nome, permitindo desactivar a fossa séptica colectiva em funcionamento. A ETAR será ligada à rede de drenagem existente.

- Sistema de Monforte da Beira

A ETAR de Monforte da Beira foi dimensionada para servir uma população de 1.500 habitantes e servirá o aglomerado com o mesmo nome, permitindo desactivar a fossa séptica colectiva em funcionamento. A ETAR será ligada à rede de drenagem existente.

5.2.2.6. ETAR's em fase de projecto

A Figura 13 apresenta a localização das quatro instalações de tratamento de águas residuais que se encontram em fase de projecto no concelho de Castelo Branco.



FIGURA 13 – ETAR'S QUE SE ENCONTRAM EM FASE DE PROJECTO.

As ETAR's que se encontram em fase de projecto vão contribuir para a desactivação de diversas fossas sépticas colectivas em funcionamento, nomeadamente:

- Sistema de Sobral do Campo

A ETAR de Sobral do Campo irá servir a população de Sobral do Campo, substituindo a fossa séptica colectiva existente neste aglomerado. A ETAR será ligada à rede de drenagem de águas residuais existente.

- Sistema do Ninho do Açor

A ETAR de Ninho do Açor vai permitir desactivar a fossa séptica colectiva existente que serve actualmente este aglomerado. A ETAR será ligada à rede de drenagem de águas residuais existente.

- Sistema de Salgueiro do Campo

A ETAR de Salgueiro do Campo/Palvarinho vai permitir desactivar a fossa séptica existente no Palvarinho. A ETAR será ligada à rede de drenagem de águas residuais existente nestes dois aglomerados.

- Sistema de Benquerenças

A ETAR a construir neste sistema irá servir as populações de Benquerenças de Cima e Benquerenças de Baixo permitindo desactivar as actuais fossas sépticas em funcionamento. A ETAR será ligada à rede de drenagem de águas residuais existente.

- Sistema de Juncal/Freixial

A ETAR de Juncal do Campo encontra-se actualmente em fase de projecto de remodelação passando a permitir o tratamento conjunto dos efluentes produzidos nos aglomerados de Juncal do Campo e Freixial do Campo. A rede de drenagem que permitirá o tratamento conjunto das águas residuais afluentes à ETAR já se encontra completamente construída.

5.2.2.7. Sistemas de drenagem com tratamento por fossas sépticas colectivas

No Concelho, existem ainda cerca de 28 fossas sépticas colectivas a funcionarem como órgão de tratamento de efluentes produzidos no concelho de Castelo Branco. As fossas sépticas existentes servem uma população de aproximadamente 5.000 habitantes, o que representa 9,1 % da população do concelho (INE, Censos 2001).

A situação tende a alterar-se com o início de funcionamento das ETAR's que já se encontram construídas e em fase de projecto. Assim, a médio prazo os efluentes produzidos no concelho de Castelo Branco serão servidos apenas pelas seguintes fossas sépticas colectivas urbanas:

- F. S. de Almaceda (freguesia de Almaceda);
- F. S. de Partida (freguesia de S. Vicente da Beira);
- F. S. de Vale da Torre (freguesia de Lardosa);
- F. S. de Lentiscais (freguesia de Castelo Branco);
- F. S. de Norte de Cebolais (freguesia de Cebolais de Cima);
- F. S. de Maxiais, F. S. de Maxiais Sul, F. S. de Taberna Seca, F. S. de Taberna Seca Sul (freguesia de Benquerenças);
- F. S. de Tojeiras, F. S. de S. André das Tojeiras Norte, F. S. de S. André das Tojeiras (freguesia de S. André das Tojeiras);
- F. S. de Sarzedas (freguesia das Sarzedas);
- F. S. de Barbaido (freguesia de Freixial do Campo);
- F. S. de Chão de Vã, F. S. de Chão de Vã 1 (freguesia de Juncal do Campo).

As fossas sépticas colectivas enumeradas anteriormente servem os aglomerados populacionais e pertencem aos sistemas de águas residuais com nome igual. As lamas provenientes são encaminhadas para as ETAR's do concelho. Os efluentes são posteriormente infiltrados pelo solo.

5.2.2.8. Aglomerados sem sistemas de tratamento de águas residuais

Existem actualmente dez sistemas de drenagem de águas residuais cuja descarga no meio receptor ocorre sem se verificar qualquer tratamento. No entanto, com o início do funcionamento das ETAR's construídas e em projecto todos estes sistemas passarão a ser servidos pelas referidas ETAR's.

No concelho de Castelo Branco existem ainda 80 aglomerados sem qualquer sistema de drenagem e tratamento de águas residuais públicos, correspondentes a lugares de pequena dimensão populacional. As populações residentes nestes aglomerados (cerca de 8,7% da população do concelho) necessitam de recorrer a sistemas autónomos, como as fossas sépticas individuais.

5.2.2.9. Qualidade das águas residuais

Segundo os SMAS, as águas residuais provenientes das ETAR's em funcionamento no concelho de Castelo Branco encontram-se em conformidade com a legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de Junho).

No entanto, observando as análises efectuadas ao afluente e efluente de cada ETAR importa referir: nomeadamente:

- O parâmetro Carência Bioquímica de Oxigénio cumpre em todas as ETAR's a percentagem de remoção estipulada na legislação referida, com excepção da ETAR de Castelo Branco Norte, apresentando no entanto um valor muito aproximado;
- Em relação aos restantes parâmetros (Carência Química de Oxigénio e Sólidos Suspensos Totais) todas as ETAR's cumprem as percentagens de remoção definidas, com excepção da ETAR de Lardosa, ETAR de Alcains e ETAR de Castelo Branco Norte. Em relação à ETAR de Lardosa sabe-se que posteriormente à análise a que se teve acesso sofreu melhorias e alterações a nível do equipamento electromecânico prevendo-se uma qualidade do efluente tratado bastante superior.

Salienta-se que os dados obtidos e analisados referentes à qualidade das águas residuais tratadas pelas ETAR's de Castelo Branco correspondem a apenas uma análise pontual, por isso a análise feita deve ser considerada com as necessárias reservas.

5.2.2.10. Destino das lamas

As lamas de depuração provenientes das ETAR's do concelho são disponibilizadas para espalhamento em terrenos agrícolas da região.

Em relação às fossas sépticas existentes a recolha das lamas depositadas é efectuada através de camiões limpa-fossas, cuja periodicidade de recolha é definida de acordo com a capacidade de cada fossa, sendo posteriormente lançadas na rede de drenagem e encaminhadas para estações de tratamento de águas residuais.

5.2.3. Agrícola, Indústria, Doméstica

Tendo por base a população recenseada em 2001 (Censos de 2001) verifica-se que, actualmente, 53.537 habitantes e 33.096 fogos são servidos por sistema público de abastecimento de água gerido pela Águas do Centro S.A. e pelos SMAS, o que corresponde a cerca de 96,1% do total da população residente e a 94,7 % do total de alojamentos do concelho de Castelo Branco.

Se a estes valores forem acrescidos a população e os fogos servidos por sistemas autónomos então este valor rondará os 97,2% da população residente e 96,3% dos fogos existentes, excluindo a população e os fogos isolados (que correspondem a cerca de 2,8% da população residente e a 3,7% dos alojamentos) e, em alguns casos, fogos inseridos nos perímetros urbanos mas não ligados à rede pública⁵.

O consumo de água no concelho de Castelo Branco tem registado um aumento significativo. Entre 1997 e 2002 registou-se um aumento de cerca de 886.505 m³ (mais 30,1%). Os consumos domésticos representam em média 65% dos consumos totais, os consumos comerciais e industriais cerca de 15,5% e os outros consumos representam cerca de 19,5% do total de água consumida.

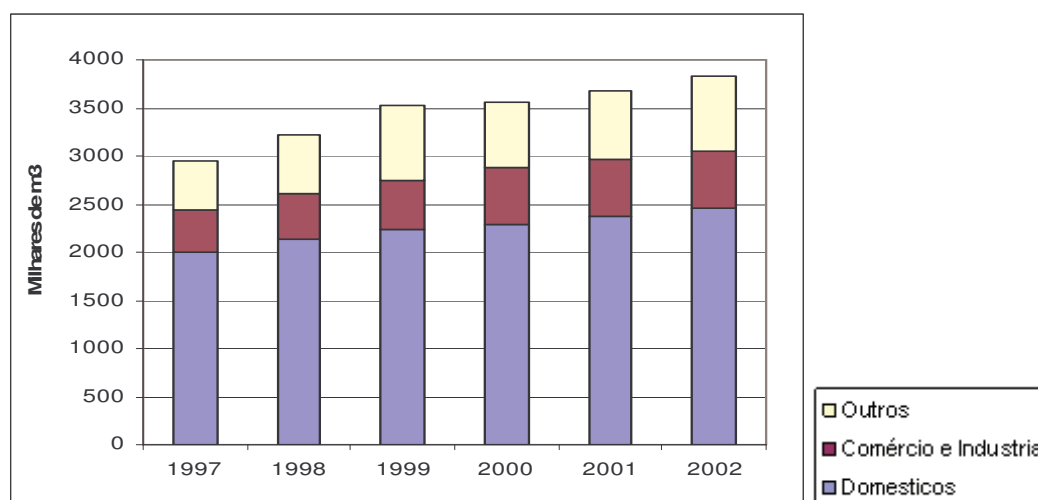


FIGURA 14 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA, EM MILHARES DE M³, NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR TIPO DE CONSUMIDOR, ENTRE 1997 E 2002

Fonte: SMAS

⁵ Estes valores não são comparáveis com os apresentados nos pontos que se seguem por existirem aglomerados que são simultaneamente abastecidos pelo Pisco e por captações subterrâneas.

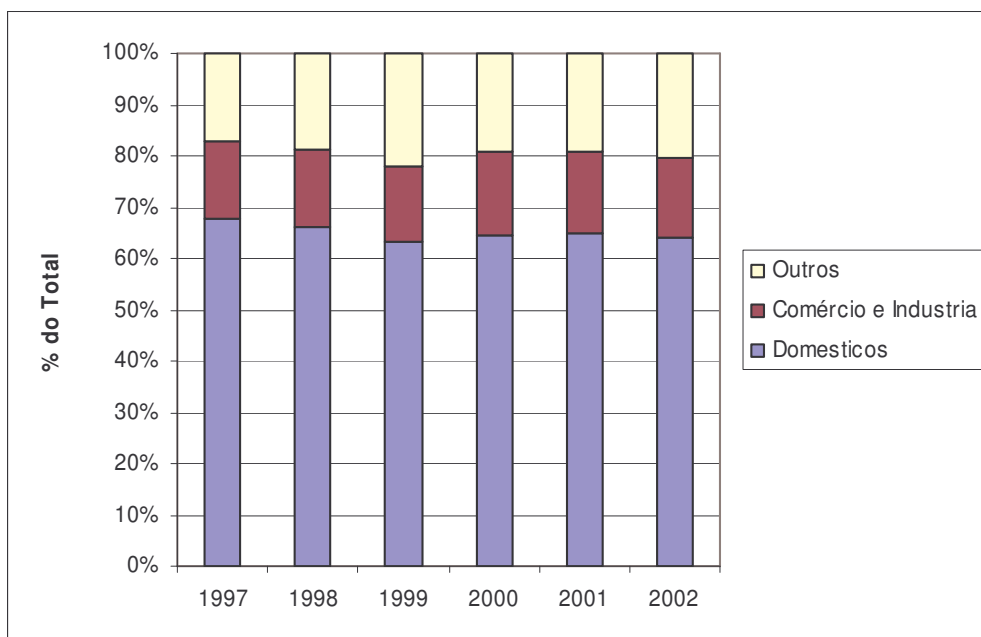


FIGURA 15 - EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA, EM PORCENTAGEM DO TOTAL, NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR TIPO DE CONSUMIDOR, ENTRE 1997 E 2002

Fonte: SMAS

No mesmo período foram registados mais 3.108 consumidores no concelho de Castelo Branco (cerca de 9,9%). Os consumidores domésticos representam em média 91,2%, o comércio e indústria 6,8% e os outros consumidores representam 1,9% do total de consumidores.

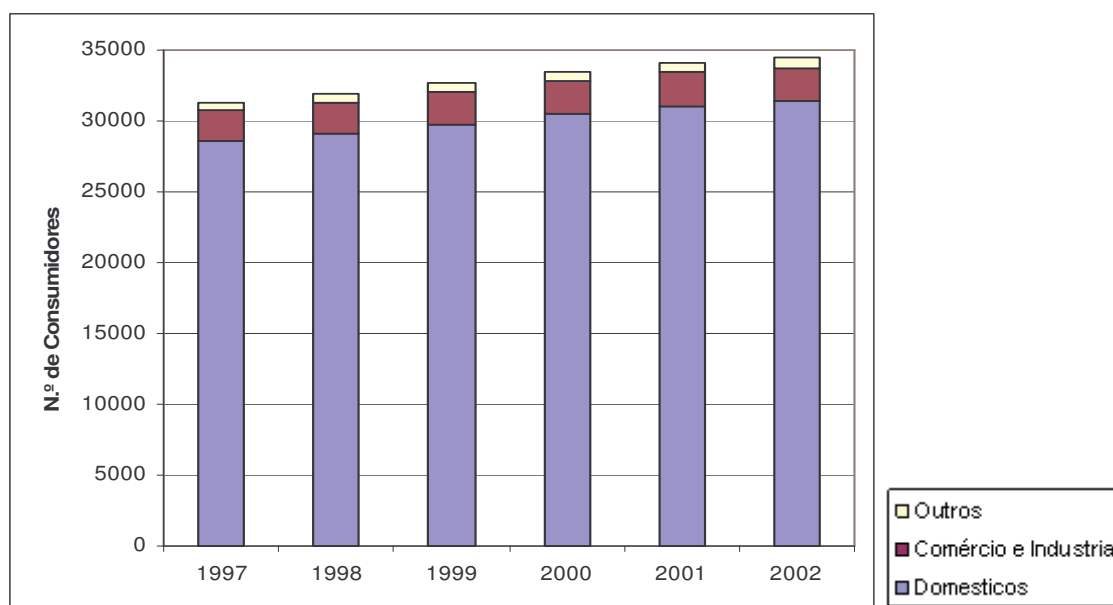


FIGURA 16 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES, EM ABSOLUTO, NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR TIPO DE CONSUMIDOR, ENTRE 1997 E 2002.

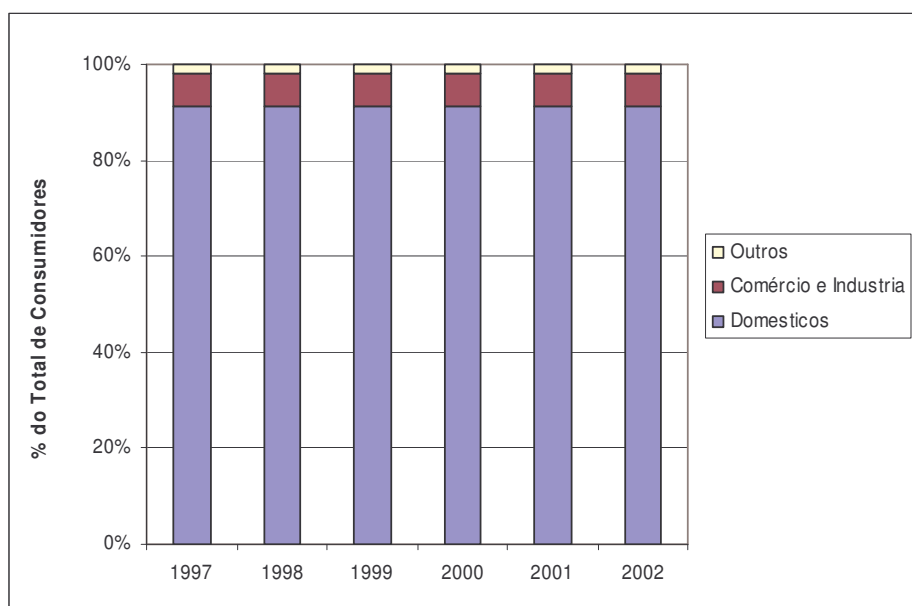


FIGURA 17 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES, EM PORCENTAGEM DO TOTAL, NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR TIPO DE CONSUMIDOR, ENTRE 1997E 2002.

Tendo por base o consumo total de água fornecido pelos SMAS de Castelo Branco em 2002 – 3.836.289 m³ – e a sua distribuição por tipo de consumidor:

- a) Consumos domésticos – 2.452.926 m³;
- b) Consumos do comércio e indústria – 606.002 m³;
- c) Outros consumos – 777.361 m³.

Apesar de a agricultura ser uma das actividades que mais água consome em Portugal, analisou-se apenas a água tratada por serem os únicos dados disponíveis.

6. ENQUADRAMENTO REGIONAL DEMOGRÁFICO

6.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

A dinâmica global de crescimento da população residente no concelho de Castelo Branco ao longo das últimas décadas é fundamentalmente caracterizada pela relativa estabilidade patenteada pelo efectivo populacional. Efectivamente, os 55708 habitantes residentes no concelho em 2001 traduzem um acréscimo pouco significativo em relação ao efectivo recenseado quer em 1981 (1,5%), quer em 1991 (2,6%).

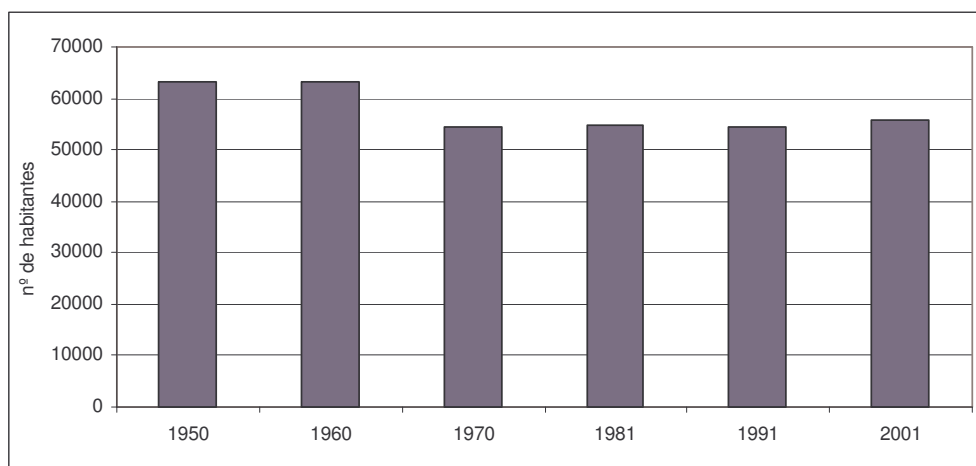


FIGURA 18 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (1950/2001).

A evolução da população residente e da densidade populacional no concelho de Castelo Branco, segundo dados retirados dos Censos, encontra-se patente na Tabela 4.

TABELA 4 - POPULAÇÃO RESIDENTE E DENSIDADE POPULACIONAL NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO

Fonte: INE 2001

Anos	População Residente (Nº habitantes)	Densidade Populacional (Nº habitantes/Km ²)
1950	63.305	43,8
1960	63.091	43,7
1970	54.535	37,8
1981	54.908	38,0
1991	54.310	37,6
2001	55.708	38,6

A análise dos dados permite constatar uma perda populacional entre 1950 e 1970, comportamento em tudo idêntico ao que se verificou no país, devido aos fortes movimentos emigratórios que se registaram nestas décadas, sobretudo na década de 60. A partir de 1970 regista-se uma relativa estabilidade e, o último censo, mostra um ganho populacional de 2,6%, o que indica que o concelho está a atrair população.

De salientar que este crescimento ocorre num enquadramento regional claramente desfavorável uma vez que o distrito de Castelo Branco registou uma quebra de 33% na população entre 1961 e 2001.

Deste modo podemos considerar que o concelho de Castelo Branco possui potencialidades de atracção de população claramente superiores às do distrito.

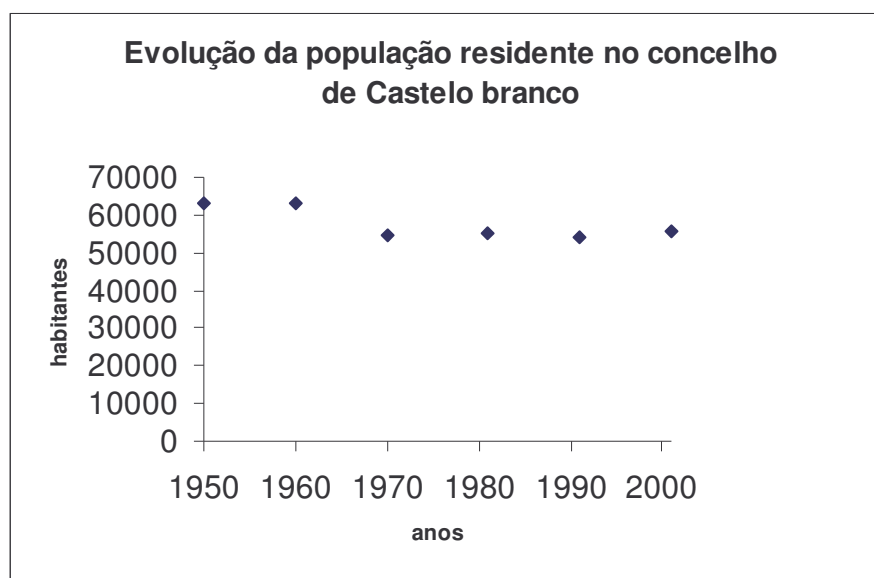


GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO.

6.2. INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Considerando apenas os dois últimos censos e fazendo uma análise comparativa de alguns indicadores demográficos verificamos que o ganho populacional de 2,6% reflecte-se de maneira distinta nas várias classes etárias, tal como se pode constatar na Tabela 5: um claro decréscimo nos escalões mais jovens, sobretudo na faixa 0-14 anos (-17,6%), acréscimo acentuado na população idosa (17,8%), e acréscimo mais ligeiro (6,1%) na faixa etária 24-65 anos o que constitui um factor positivo uma vez que aumenta a população activa, podendo constituir uma força motora de desenvolvimento. Este dado indica que o concelho está a receber população migrante que aqui vem procurar melhores condições de vida e trabalho.

TABELA 5 - VARIAÇÕES DEMOGRÁFICAS NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (1991/2001)

	Faixa Etária	Nº habitantes
População residente (2001)	0-14	7.369 (13,2%)
	15-24	7.066 (12,7%)
	25-64	28.863 (51,9%)
	65 ou mais	12.308 (22,2%)
Variação entre 1991 e 2001 (%)	0-14	-17,6
	15-24	-7,2
	25-64	6,1
	65 ou mais	17,8

Conforme se pode constatar o processo de envelhecimento pode ser descrito numa dupla dimensão, que se traduz num forte agravamento da relação idosos / jovens, a qual passou de 117 idosos para 168 idosos por cada 100 jovens (Tabela 6).

TABELA 6 - ÍNDICES RESUMO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (1991/2001)

Fonte: INE

Índice – Resumo	1991	2001
Índice de Envelhecimento Demográfico	117,6	168,0
Índice de Dependência dos Jovens	25,6	20,5
Índice de Dependência dos Idosos	30,2	34,4
Índice de Dependência Total	55,8	54,9
Taxa de actividade	64,2	64,5
Índice de Rejuvenescimento da População Activa	99,3	118,4

Neste contexto, pode concluir-se que a evolução da estrutura etária da população residente no concelho de Castelo Branco indicia uma trajectória preocupante em matéria de equilíbrio inter – gerações, sendo por isso possuidora de impactes económicos e sociais complexos que importará antecipar em sede própria.

6.3. FLUXOS MIGRATÓRIOS

De acordo com a estimativa efectuada, os fluxos migratórios dirigidos ao concelho abrangeram uma população relativamente idosa, sendo os escalões etários superiores a 60 anos de idade responsáveis por mais de 40% do saldo calculado. No extremo oposto, há a realçar a fraca expressão dos escalões etários mais baixos (até 29 anos de idade) no âmbito desta dinâmica, contribuindo para apenas 20% desse saldo. Tais resultados deixam antever um fraco peso dos factores puramente económicos na estrutura dos fluxos migratórios dirigidos ao concelho.

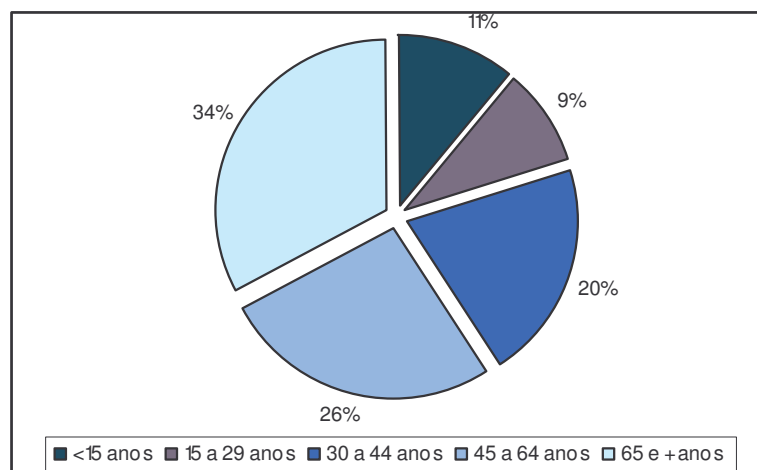


GRÁFICO 4 - ESTRUTURA ETÁRIA DO CRESCIMENTO IMIGRATÓRIO NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO (1991/2001)

Como síntese, pode concluir-se que a dinâmica recente de crescimento populacional no concelho de Castelo Branco enferma de limitações endógenas que se traduzem na incapacidade de reposição do efectivo demográfico.

A expressão que os fluxos migratórios vieram a exhibir ao longo da última década é, contudo, demonstrativa da capacidade local de atracção de população. No entanto, a composição etária da população parece minimizar o peso que os factores de natureza estritamente económica (p.ex. acesso a oportunidades de emprego) poderiam assumir na sua explicação e, concomitantemente, o carácter de migração de retorno assumia particular relevância.

6.4. POPULAÇÃO RESIDENTE

A análise populacional por freguesias permite constatar algumas diferenças significativas verificando-se uma acentuada dicotomia urbano/rural. Com efeito, apenas existe crescimento populacional nas freguesias de Castelo Branco (16%), Alcains (9%) e Lardosa (17%). Nas restantes freguesias registam-se decréscimos demográficos particularmente acentuados nas freguesias de Benquerenças (-30%), Monforte da Beira (-28%), Santo André das Tojeiras (-7%) e Sarzedas (-24%).

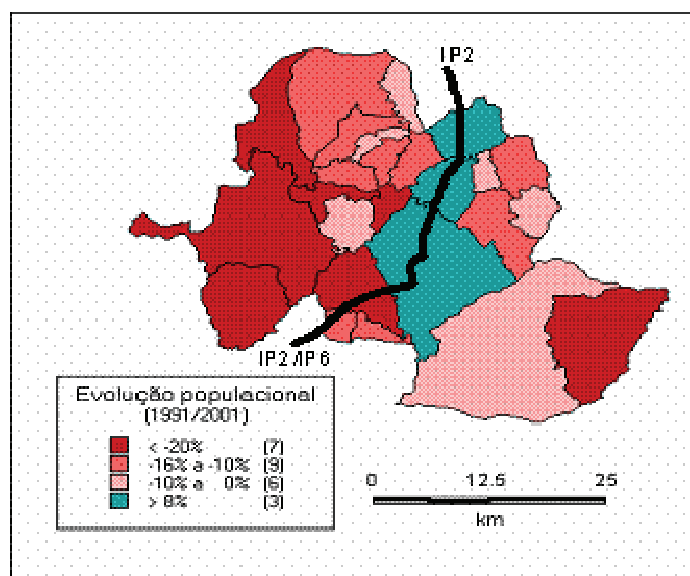


FIGURA 19 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR FREGUESIA (1991/2001)

Fonte: INE

Podemos concluir que as áreas mais urbanas (Castelo Branco e Alcains) estão a atrair população vinda das zonas rurais. Uma explicação para o crescimento da freguesia de Lardosa pode residir na sua boa acessibilidade à A23 e relativa proximidade das sedes de concelho de Castelo Branco e Fundão.

As freguesias rurais têm sofrido um despovoamento acentuado principalmente nas faixas etárias mais jovens e em idade activa. Consequentemente os índices de envelhecimento apresentam valores extremamente elevados: 2251,9 em Santo André das Tojeiras, 927,3 em Monforte da Beira e 917 em Malpica do Tejo.

Na grande maioria das freguesias regista-se um envelhecimento na base (resultante da elevada proporção de idosos) e no topo (resultante da diminuição em termos percentuais e absolutos dos estratos populacionais mais jovens) das pirâmides etárias, o que condiciona fortemente o rejuvenescimento populacional e as actividades económicas uma vez que a maioria da população já ultrapassou a idade activa.

A repartição da população por níveis de escolaridade mostra que a percentagem da população sem qualificação académica atinge um valor bastante alto (28,2%); apenas 8% da população tem níveis de escolaridade média ou superior.

Apesar do peso da população idosa (não activa) nas baixas qualificações, estes dados não deixam de ser preocupantes, pois indiciam uma baixa qualificação da mão-de-obra podendo traduzir-se num factor limitativo para a instalação de empresas de base tecnológica.

TABELA 7 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

Fonte – Planraia 2004.

Nível de qualificação	Nº de Habitantes	%
População Residente	55.708	100
Sem qualificação académica	15.709	28,2
Com qualificação académica	39.999	71,8
Ensino Básico	29.808	53,6
1º ciclo	15.710	28,2
2º ciclo	6.658	12,0
3º ciclo	7.440	13,4
Ensino secundário	5.995	10,8
Ensino médio	66	0,7
Ensino superior	3.830	6,9

A título comparativo a Tabela 8 apresenta a população residente em Portugal, por níveis de escolaridade.

TABELA 8 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

Fonte – INE

Nível de qualificação	Nº de Habitantes	%
População Residente	10356117	100
Sem qualificação académica	2732254	26,4
Com qualificação académica	7623863	73,63
Ensino Básico	5739356	55,4
1º ciclo	2882955	27,8
2º ciclo	1430146	13,8
3º ciclo	1426255	13,8
Ensino secundário	1143448	11
Ensino médio	66965	0,64
Ensino superior	674094	6,5

Como principais conclusões podemos salientar que o crescimento populacional do concelho de Castelo Branco não tem resultado de um crescimento natural da população mas sim da atracção de população

migrante. Existe um desequilíbrio intra concelhio acentuado no que respeita a população residente e respectiva estrutura etária.

O crescimento concelhio centra-se, fundamentalmente na freguesia urbana de Castelo Branco. As freguesias rurais perdem população sobretudo nas faixas etárias mais jovens o que condiciona fortemente o seu desenvolvimento. Ou seja, o que poderia parecer um bom indicador para o concelho – crescimento demográfico – pode antes evidenciar alguma fragilidade em matéria de sustentabilidade.

6.5. ESTRUTURA ETÁRIA

Como exemplo da dinâmica de crescimento populacional, constata-se igualmente que a desagregação dos valores médios obtidos para a estrutura etária da população do concelho por classes de lugares e por freguesias (Tabela 9) é largamente demonstrativa da grande amplitude dos contrastes internos.

TABELA 9 - ÍNDICES RESUMO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS DE CASTELO BRANCO (2001)

Fonte: INE

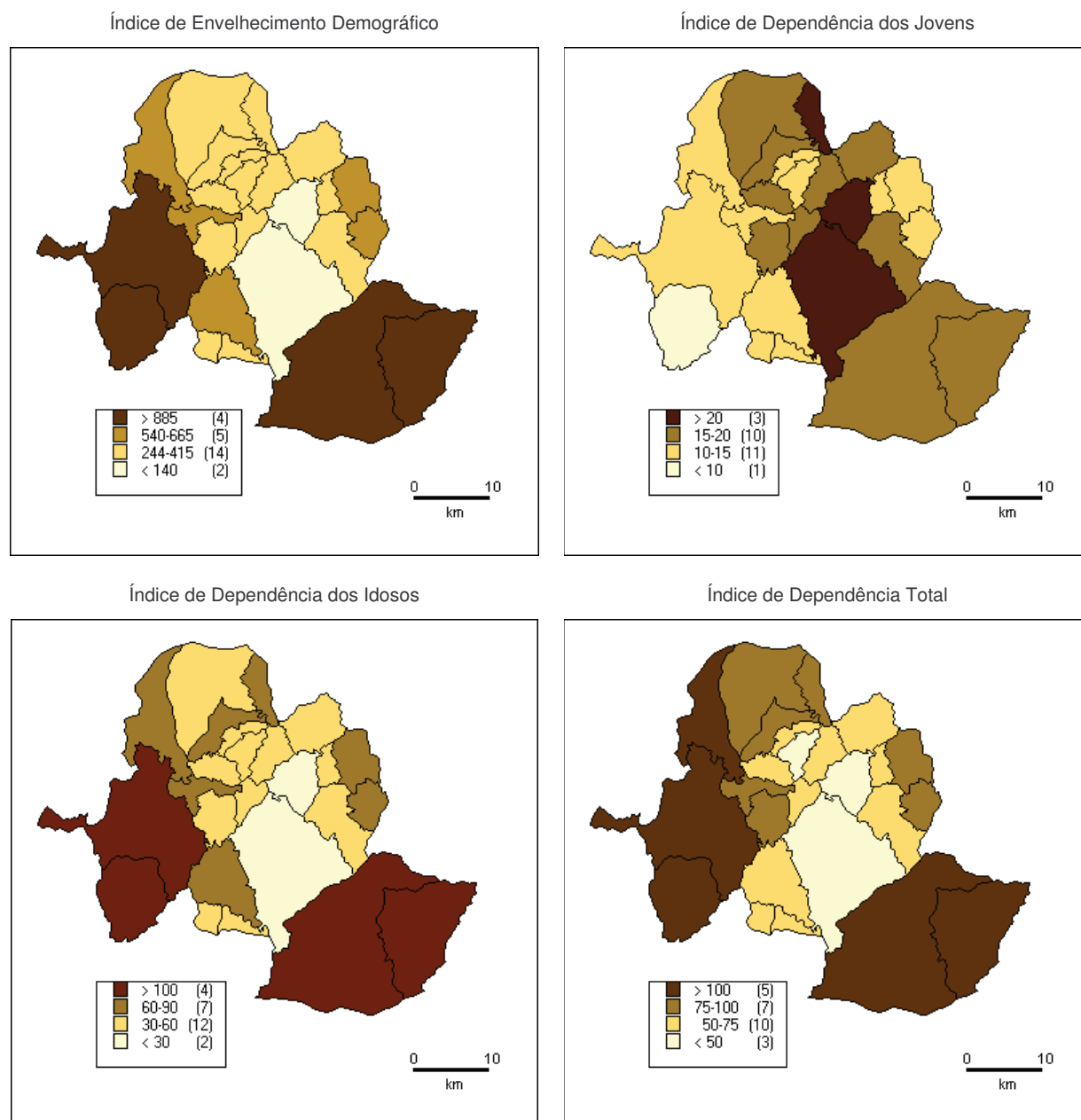


TABELA 10 - ÍNDICES RESUMO DA ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO POR ESCALÕES DE DIMENSÃO DOS LUGARES (2001)

Índice-Resumo	Dimensão dos Lugares (nº de habitantes)			
	Lugares até 2000 hab.	Alcaíns	Castelo Branco	Total do Concelho
Índice de Envelhecimento Demográfico	465,9	146,4	82,3	168,0
Índice de Dependência dos Jovens	14,4	20,2	23,2	20,5
Índice de Dependência dos Idosos	67,2	29,5	19,1	34,4
Índice de Dependência Total	81,7	49,7	42,4	54,9
Taxa de actividade	55,0	66,8	70,2	64,5
Índice de Rejuvenescimento da População Activa	72,0	129,6	159,5	118,4

Tanto num caso como noutro é perfeitamente visível o empolamento estatístico dos dados que decorre do peso assumido pela cidade de Castelo Branco e, em menor escala, por Alcaíns no concelho. Tal situação permite afirmar que a maior parte do território concelhio apresenta desequilíbrios estruturais extremamente graves por relação com os valores médios apresentados, constituindo as freguesias de Sarzedas, Sto André das Tojeiras, Malpica do Tejo, Monforte da Beira e Alameda os exemplos onde esses fenómenos se afirmam com maior expressão.

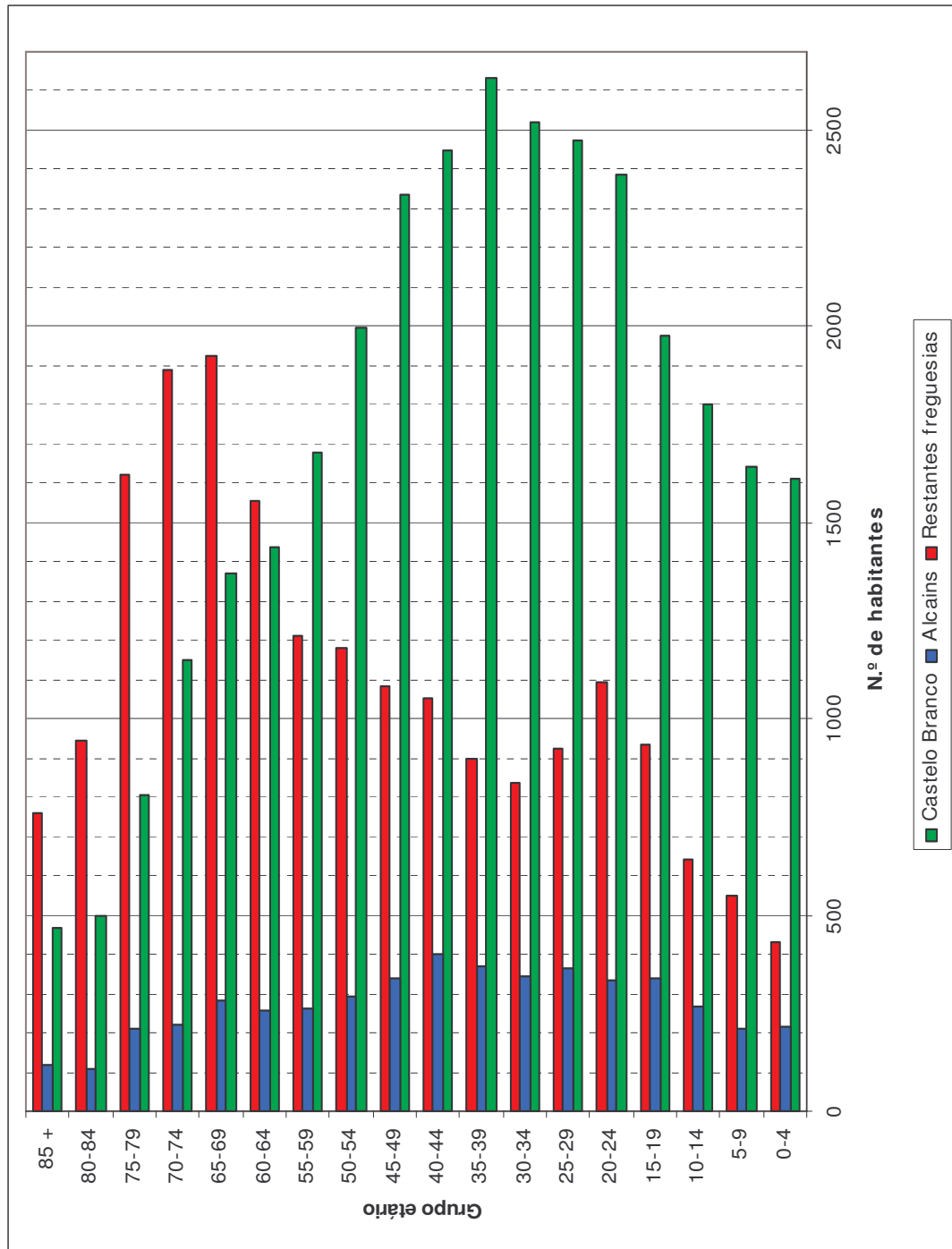


GRÁFICO 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS (2001)

Fonte: INE

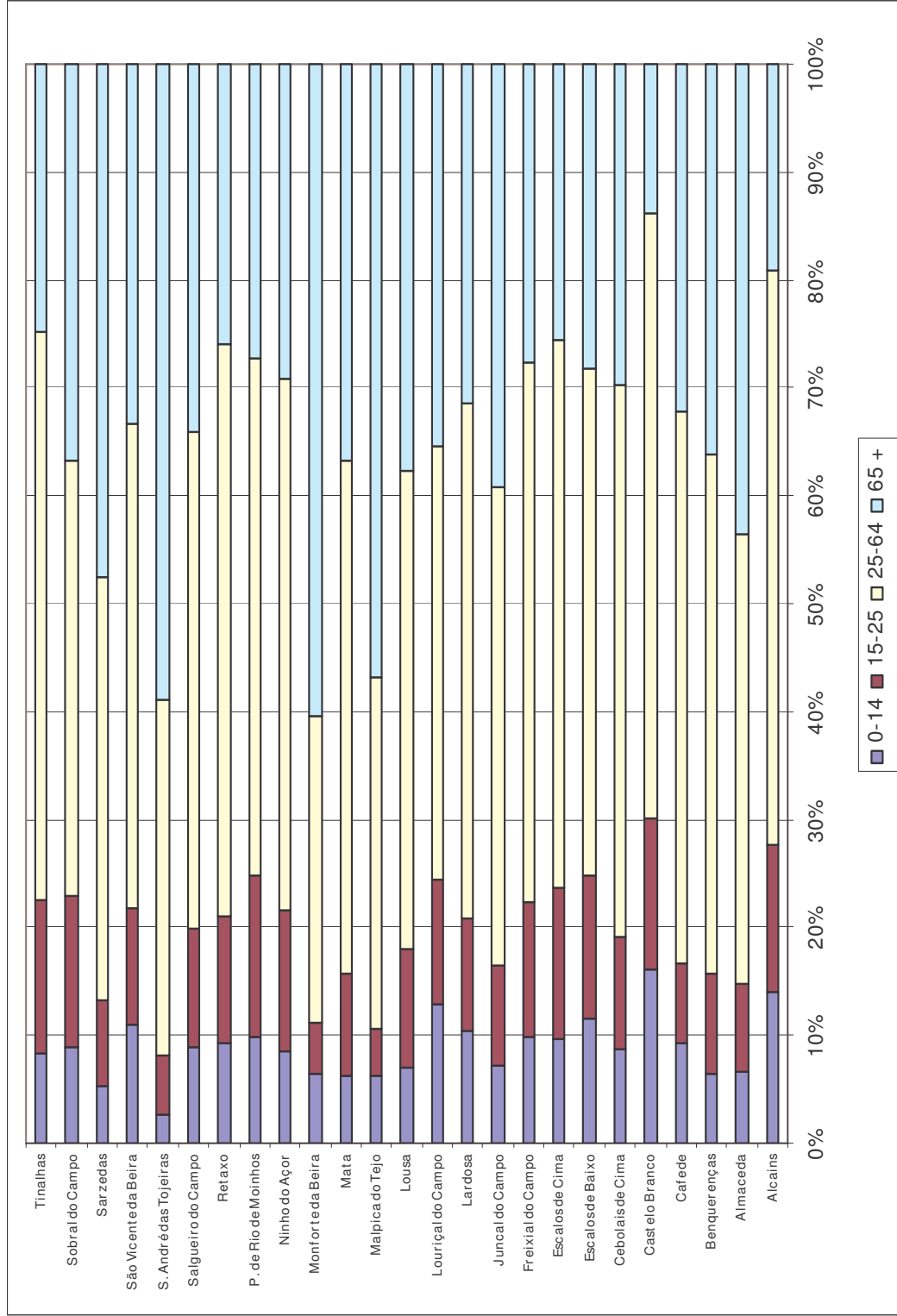


GRÁFICO 6 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE CASTELO BRANCO, POR FREGUESIA E SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS (2001)

Fonte: INE

Em síntese, pode concluir-se que a dimensão espacial da dinâmica de crescimento populacional em Castelo Branco ao longo da última década é fundamentalmente marcada pela concentração acrescida na sede de concelho (e de algum modo no eixo formado pelo IP2), prosseguindo em simultâneo o processo de despovoamento do restante território. Este processo tem sido acompanhado por uma profunda desvitalização socio-económica de extensas parcelas do espaço concelhio, constituindo o extremo agravamento do processo de envelhecimento populacional a principal limitação à sua recuperação futura e uma fonte de preocupação acrescida no plano das políticas sociais.

7. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

O contexto geográfico, as características biofísicas, o uso dos recursos e as características demográficas do território são determinantes no resultado da natureza e dimensão da actividade económica concelhia e da estrutura do seu mercado de trabalho.

7.1. SECTORES DE ACTIVIDADE

Classicamente, a economia é dividida nos sectores primário, secundário e terciário. No presente caso, adopta-se outro tipo de divisão, em que se destaca o sector do turismo, mantendo-se da divisão clássica o sector primário e associando o terciário com o secundário. O destaque do turismo justifica-se pela sua distribuição nos três sectores clássicos e pelas expectativas que suscita. Por seu lado, o sector primário é intrínseco à ruralidade e tradicionalmente importante na região.

7.1.1. Turismo

Pelos potenciais efeitos de atracção de novas actividades, mobilização de pessoas, criação de sinergias com outros sectores, nomeadamente o artesanato e gastronomia, e de uso de recursos endógenos, o turismo constitui hoje uma opção de desenvolvimento de importância estratégica para muitas áreas urbanas ou rurais.

No entanto, na actividade económica do concelho de Castelo Branco, o sector do turismo tem um peso relativamente modesto. O alojamento e a restauração representavam, em 2000, cerca de 10% do número de estabelecimentos empresariais existentes, empregando perto de 6% do pessoal ao serviço. As sociedades destes ramos mais directamente ligados ao turismo sedeadas no concelho representavam pouco mais de 2% do volume de negócios do mesmo.

A dotação do concelho em infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio ao turismo reflecte essa situação, sendo simultaneamente causa e efeito da mesma.

Começando pelos estabelecimentos hoteleiros e outros tipos de alojamento destinados aos turistas, Castelo Branco dispõe de um conjunto de unidades cuja tipologia e capacidade se descreve na Tabela 11, num total de 13 unidades, com capacidade para 1049 pessoas. Até 2002, não havia nenhuma unidade inscrita como “ecoagroturismo” junto do *European Center for EcoAgrotourism*, sendo de crer que tal situação se mantém.

TABELA 11 - OFERTA DE ALOJAMENTO

Fontes: Naturtejo (2005), INE (2004), Movijovem (2005), comunicações pessoais

	Hotéis	Pensões e residências	TER	Parque de campismo	Outros	Total
Nº de estabelecimentos	2	7	2	1	2	14
Quartos	167	196	14	-	50	427
Capacidade de alojamento	331	353	23	250	102	1059

Relativamente à restauração, Castelo Branco dispõe de um parque de 86 unidades (Naturtejo, 2005). Entre estes estabelecimentos, encontram-se alguns que procuram difundir gastronomia de cariz regional e elevada qualidade, mas a presença de uma população estudantil bastante elevada leva também à expansão de restaurantes de gama mais baixa como *snack-bars* e pizzarias. Além de inúmeros cafés, é de salientar a presença de diversos bares e de duas discotecas.

Quanto a serviços, no domínio do turismo activo, existe um clube em Castelo Branco, com actividades de *paintball* e uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) que providencia serviços de acompanhamento de passeios na natureza, mas de forma muito informal e casuística: experiências passadas levam a crer que com outra postura poderiam ter actividades mais regulares com interessantes proveitos.

Quanto a actividades equestres, apesar da existência de diversas quintas com cavalos e equipamentos, só uma faculta serviço de aluguer de cavalos para passeios. Um centro equestre providencia também actividades com cavalos mas não aluga animais para passeios.

Nos concelhos próximos existem cerca de uma dezena de empresas de animação turística. Algumas propõem actividades no concelho de Castelo Branco. O Aero clube pode proporcionar actividades neste domínio, embora esteja mais vocacionado para uso pelos associados, residentes locais.

Quanto à informação turística, existe um posto na sede de concelho. Curiosamente, fecha ao fim de semana. Algumas entidades têm procurado, em *sites* criados para o efeito, como o da Naturtejo, ou em *sites* com fins múltiplos, como acontece com a Câmara Municipal de Castelo Branco, proporcionar informação aos turistas. Têm também sido editados diversos tipos de materiais de divulgação e informação. Infelizmente, nem sempre a sua distribuição é a mais adequada: é referido (GTDCB, 2003), nomeadamente, o desconhecimento das entidades com ligação a este sector em relação às edições de outras entidades com intervenção no mesmo.

A abertura da auto-estrada A23 poderá levar a que os turistas não parem tanto em Castelo Branco. Tal é tanto mais possível quando a única coisa referida na dita auto-estrada sobre a oferta turística de Castelo Branco, é a localização das principais povoações do concelho.

Contrariamente ao que acontece com vários concelhos envolventes, no concelho de Castelo Branco não existem percursos pedestres sinalizados. Refere-se que o Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) está a equacionar criar alguns e, têm existido iniciativas nesse sentido da parte do centro cultural de Belgais e da Escola Superior Agrária de Castelo Branco. Considerando, os traços culturais associados a alguns antigos percursos como a Transumância, julgamos que existe uma potencial oferta neste âmbito que deverá ser aproveitada.

No que diz respeito à procura turística, segundo o INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2004) o concelho registou, no final dos anos 90, um aumento bastante significativo, tendo estabilizado nos primeiros anos da década de 2000. Contudo, o período de estadia média é bastante baixo (1,6 dias/hóspede), inferior ao verificado para a região (2 dias/hóspede) (INE, 2002). Este valor aproxima-se muito do comportamento dos visitantes em estadias profissionais, demonstrando a importância deste tipo de visitante.

Quanto a potencialidades no sector do turismo, relativamente ao património edificado na cidade, importa referir o Paço Episcopal e os seus jardins e o Bairro do Castelo, com os seus portais manuelinos, as ruelas estreitas, as casas com traços de arquitectura antiga.

Fora da sede de concelho, a principal potencialidade quanto a património é constituída pelo quadro paisagístico e natural. Entre diversos elementos patrimoniais, merecem destaque a gastronomia, os vestígios que poderão fazer no chamado “triângulo arqueológico de Castelo Branco”, a arquitectura de algumas aldeias, nomeadamente as que integram o programa das Aldeias de Xisto, o quadro do santuário da Senhora de Mércules e os vales dos rios Tejo, Ponsul e Ocreza.

Importa, também, considerar as potencialidades existentes nos concelhos envolventes e que integram um território que Castelo Branco gere administrativamente (como capital de distrito).

Algumas medidas de valorização do património natural e construído do concelho vêm sendo promovidas, por entidades do concelho e por iniciativa conjunta de entidades locais e externas entre elas, refere-se, nomeadamente:

- as intervenções do programa Polis;
- a integração de parte do concelho no Parque Natural do Tejo Internacional;
- a intervenção do programa das Aldeias do Xisto nas aldeias de Sarzedas e Martim Branco;
- a inclusão de Castelo Branco na zona de intervenção da empresa Naturtejo.

O aproveitamento turístico das potencialidades do concelho implica investimento que pode ser objecto de apoio. Como tal, a dimensão deste investimento e do apoio ilustram a estratégia de desenvolvimento da actividade. Em termos de investimento apoiado em empreendimentos ligados ao turismo merece destaque o facto deste se orientar sobretudo para o sub-sector da restauração, maioritariamente com o objectivo de responder à procura local.

Assim, não deixando de ter presente as limitações de expansão que este sector pode ter e, portanto, do seu contributo no desenvolvimento sócio-económico, figura-se necessária uma maior aposta na identificação, organização e divulgação de produtos turísticos. Tal poderá passar pela sua integração em acções de promoção de âmbito regional.

7.1.2. Indústria, Construção Civil e Obras Públicas, e Comércio

O concelho de Castelo Branco está inserido numa região com características ainda marcadamente rurais. Contudo, a indústria apresenta uma apreciável dimensão, representando cerca de 37% do emprego no concelho, 10% das empresas sediadas no Concelho e, 43% do volume de negócios (INE, 2004). Estes valores ocorrem num contexto em que este sector perdeu alguma importância.

Numa análise ao número de estabelecimentos e de pessoal ao serviço (Tabela 12), verifica-se a existência de sectores industriais dominantes que são, respectivamente: indústria alimentar, indústria têxtil e fabricação de produtos metálicos (máquinas, equipamentos e material de transporte).

TABELA 12 - ESTATÍSTICA GERAL DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

Fonte: INE, 2003 e 2004

CAE de indústria transformadora	Estabelecimentos	Emprego	Volume de vendas (1)
DA (alimentar, bebidas e tabaco)	44	695	162037
DB (têxtil)	35	1891	(37373 em 2000)
DC (couro)	2	41	...
DD (madeira e derivados)	26	188	4914
DE (papel, edição e impressão)	13	88	(3643 em 2000)
DF+DG (combustíveis, química)	4	11	...
DH (borracha e plástico)	4	35	...
DI (prod.minerais não metálicos)	25	230	(7845 em 2000)
DJ (metalurgia e prod. metálicos)	34	140	4714
DK (máquinas e equipamento)	13	341	37148
DL (equipamento eléctrico e óptica)	5	20	243
DM (material de transporte)	4	1311	392
DN (outras indústrias transf.)	17	78	...
Total	226	5069	260296

Notas: (1) milhares de escudos

O sector alimentar representa mais de metade do volume de negócios deste sector. No entanto, é o menos representativo em termos de emprego, tendo-se vindo a verificar uma redução no mesmo, apesar do aumento do número de estabelecimentos. Este sector é dominado pela indústria dos lacticínios, a qual tem demonstrado um acréscimo bastante significativo da sua actividade, nomeadamente na última metade da década de 90, empregando 40% dos trabalhadores da indústria alimentar.

No entanto, este sub-sector apresenta um elevado nível de concentração em torno de uma única empresa multinacional: a Danone Portugal, SA. A este elevado nível de concentração empresarial não são alheias as características deste tipo de actividade, com elevado valor acrescentado, cujas vantagens competitivas assentam, fundamentalmente, na intensidade tecnológica e nas economias de escala.

Os restantes sub-sectores alimentares com maior realce são o abate de animais e a fabricação de outros produtos alimentares. Esta actividade industrial apresenta uma maior dispersão empresarial, sendo caracterizada pela predominância de micro e pequenas empresas e representando aproximadamente metade do total do emprego na indústria alimentar no concelho.

Importa salientar o peso que certas actividades agro-industriais de carácter endógeno detêm, como é o caso dos lagares de azeite, das charcutarias e dos lacticínios, nomeadamente numa lógica de desenvolvimento integrado do meio rural.

Ao longo dos anos 90 e neste início de milénio, a indústria têxtil foi empregando cada vez menos gente. Não deixando de ser o sector mais representativo em termos de emprego gerado, o seu peso diminuiu ligeiramente.

A evolução regressiva da indústria têxtil enquadra-se na evolução nacional do sector, o qual tem sofrido uma retracção muita acentuada da actividade, nomeadamente a nível das actividades de fabricação de têxteis e não tanto a nível das actividades de confecção de vestuário. Esta situação resulta, numa primeira fase na tecnologia e, numa segunda fase, na competição com países com menores custos de produção, quer por colocarem no mercado produtos mais baratos, quer por proporcionarem mão-de-obra mais barata, e frequentemente com formação relativamente elevada.

A partir dos anos 90, a indústria dos produtos metálicos cresceu no concelho, assumindo-se actualmente como o segundo sector mais representativo em termos de emprego em Castelo Branco⁶. No entanto, verifica-se que grande parte destes resultados se deve à fabricação de componentes eléctricos para a indústria automóvel promovida por uma unidade empresarial multinacional a qual representa mais de 1300 postos de trabalho.

Merece relevância o caso do fabrico de máquinas e equipamentos que, entre 1995 e 2000, apresentou uma subida muito significativa, principalmente a nível do volume de negócios das sociedades, bem como do emprego, em resultado, principalmente, da evolução das actividades de fabricação de máquinas para

⁶ Faltam dados para apurar o seu contributo para o volume de negócios, mas sendo certamente elevado.

uso geral. Esta situação é reveladora de um conjunto de sociedades locais já com uma dimensão empresarial relativamente significativa.

Dentro deste subsector, é de destacar o caso da indústria do aquecimento, ventilação e ar condicionado em que se encontram exemplos de unidades de matriz endógena, empregando recursos humanos qualificados, com produtos bem posicionados no mercado.

Relativamente às restantes actividades industriais presentes no concelho é apenas de registar a estagnação revelada pela indústria da madeira e a produção de produtos não metálicos, a par da quebra registada na metalurgia.

A construção civil e obras públicas pertencem a um sector de grande importância na economia do concelho. Sendo um sector muito dependente de outros, acompanha o estado da economia de um espaço, tendo manifestado um grande dinamismo na segunda metade da década de 90. A sua actividade é maioritariamente dirigida ao mercado local e regional. O dinamismo que lhe era conferido, em tempos pelas aquisições dos emigrantes, mais tarde pelo crescimento da economia portuguesa e concomitante procura mais facilitada de habitação própria, bem como pelo surgimento de muitas obras públicas, foi-se atenuando em tempos mais recentes. Contudo ainda mantém o seu peso.

Embora haja alguma imprecisão quanto aos dados existentes, devido a alguma associação com actividades de construção civil, a indústria extractiva tem um impacto sócio-económico reduzido neste concelho.

A actividade comercial é uma componente essencial no dinamismo da economia e um sector-chave na criação de emprego. Em Castelo Branco, constitui a parte mais significativa da estrutura empresarial ligada aos serviços. É responsável por 1/3 do total de estabelecimentos, 20% do emprego respectivo e 40% do total de volume de negócios das sociedades com sede em Castelo Branco (INE, 2004). Desempenha também importantes funções sociais. Constitui, sem dúvida, uma dimensão significativa da organização das práticas sócio-culturais, detendo, por excelência, a função de animador dos quotidianos das populações e sendo a expressão da convivência reforçada que resulta da integração do comércio com o lazer.

Constituindo 86% da totalidade da actividade comercial (Planraia, 2004), a actividade retalhista assume preponderância ao nível do emprego e do volume de estabelecimentos de comércio. Contudo, o comércio por grosso assume um peso significativo na estrutura empresarial concelhia, situação que está directamente relacionada com o papel detido pela cidade de Castelo Branco no contexto regional onde se insere.

De uma forma geral, o comércio concelhio é constituído por empresas individuais ou pequenas sociedades, frequentemente com carácter familiar. Os espaços comerciais têm, em geral, pequena dimensão, quer em termos de comércio retalhista quer de comércio grossista.

A maioria dos estabelecimentos, quer sejam grossistas, quer sejam retalhistas, estão concentrados na cidade de Castelo Branco e na vila de Alcains, dado serem os maiores centros urbanos desta área.

Fora dos principais centros populacionais, a actividade comercial é desenvolvida em pequenas lojas do tipo familiar, onde se vendem uma grande variedade de produtos. Estes estabelecimentos comerciais, dado o diminuto conhecimento de estratégia e gestão empresarial e fraca qualificação profissional dos seus proprietários, quase sempre os únicos trabalhadores, não apresentam vocação para crescer e estão sujeitos a grandes fragilidades quanto à sua organização, situação financeira e sensibilidade às flutuações do mercado. A grande maioria dos estabelecimentos apoia as actividades locais e associativas, tais como eventos culturais, desportivos e festividades, o que é mais uma manifestação da evidência do "peso social" destes estabelecimentos.

Pode concluir-se que a dinâmica das actividades comerciais no concelho possui uma forte associação quer com a dimensão do mercado local, quer com as vantagens que decorrem do seu posicionamento na rede urbana regional.

Os principais problemas identificados no desenvolvimento deste sector são: o envelhecimento da população, a falta de trabalho, a falta de modernização dos estabelecimentos e as falhas de atendimento face às necessidades da população. Mas também a concorrência das grandes superfícies e mesmo dos vendedores ambulantes são questões que preocupam os comerciantes.

É ainda importante salientar que uma parte com algum significado da actividade comercial é desenvolvida por vendedores ambulantes e feirantes. Os vendedores ambulantes contribuem para complementar a fraca actividade comercial de alguns locais. Realizam-se periodicamente por todo concelho; algumas são semanais, outras ocorrem pontualmente ao longo do ano, associadas a algum evento religioso.

O facto de Castelo Branco ser capital de distrito e concentrar uma elevada população, influencia a importância dos serviços. Contudo, a importância que as actividades de processamento e troca de informação têm na actualidade, também contribui para o aumento do peso deste sub-sector na economia concelhia. Tal é particularmente válido para os serviços de apoio às empresas, com destaque para as de consultadoria, engenharia, arquitectura e limpeza industrial. Tal deve-se ao crescimento de outros sectores, sendo exemplar o crescimento dos serviços de arquitectura por arrasto do da construção.

A condição de capital distrital proporciona as condições para uma elevada importância dos serviços à população, entre os quais os da Administração Pública. Por outro lado, a evolução sócio-económica também levou ao aumento dos serviços. Mesmo o aspecto menos positivo da referida evolução, que é o envelhecimento populacional, contribui para o crescimento dos serviços, neste caso de acção social e de saúde. As actividades financeiras, das comunicações e de educação, com grande peso, não tiveram, contudo, crescimentos tão amplos. O que terá mesmo estagnado será o sector da educação, não se afigurando grandes mudanças para breve.

Os serviços estão, essencialmente, concentrados na sede do concelho e na vila de Alcains, onde o sector económico apresenta mais dinâmica, quer a nível do comércio ou indústria. Fora desses locais, verifica-se uma fraca diversificação e expansão das actividades comercial, industrial e serviços, que se poderá explicar por não haver capacidade de iniciativa, disponibilidade financeira ou dimensão suficiente de mercado. O fraco número de serviços e sua baixa qualidade nos locais de menor dimensão traduz-se numa carência que contribui para os tornar pouco atractivos a residentes e visitantes.

7.1.3. Agricultura, Pecuária e Silvicultura

O concelho de Castelo Branco distribui-se por duas zonas ou sub-regiões com características agro-ecológicas distintas. A parte oriental e central do concelho, incluindo as freguesias de Alcains, Castelo Branco, Benquerenças, Cafede, Cebolais de Cima e de Baixo, Escalos de Baixo e de Cima, Freixial, Juncal, Lardosa, Lousa, Malpica, Mata, Monforte, Póvoa de Rio de Monhos, Retaxo, Salgueiro e Tinalhas, integram a zona designada de Campo, Campina ou Beira Alentejana. Extensa planura, em que afloram algumas elevações, como as de Monsanto, Segura e Castelo Branco, sulcada pelas escarpas de algumas linhas de água, engloba também os concelhos de Idanha, parte de Penamacor e parte do de Vila Velha de Ródão. A parte ocidental do concelho, com as freguesias de Alameda, São Vicente e Santo André das Tojeiras integra a zona dita da Charneca ou Pinhal, que inclui ainda os concelhos de Proença, Oleiros, Sertã, Vila de Rei e parte de Vila Velha de Ródão. As freguesias de Louriçal, Ninho do Açor, Sarzedas e Sobral têm os seus territórios repartidos entre estas duas situações.

Na primeira destas zonas predomina a aptidão florestal e o aproveitamento para a pastorícia, nomeadamente de ovinos, em explorações com características próximas do montado alentejano e que podem ter dimensões elevadas. Na segunda, a propriedade tende a ser mais pequena. Em termos agrícolas, destacam-se a olivicultura e a caprinicultura como principais actividades. Contudo, a maioria do terreno é ocupada por pinhal, com muitas zonas ocupadas por mato, quase sem ordenamento e muito afectada por incêndios.

No Recenseamento Geral de Agricultura de 1999 (INE, 1999), foram registadas 4740 explorações, ocupando uma área de 84472 ha, ou seja, 59% da superfície do concelho, a que corresponde uma SAU (superfície agrícola utilizada) de 56435 ha. As explorações têm em média 17,8 ha de superfície total e 11,9 ha de SAU, estes últimos divididos por cerca de 5,2 blocos, dos quais cerca de 80% têm menos de 1 ha (INE, 1999). Se 76,3% das explorações têm menos de 5 ha de dimensão, detendo 25% da superfície total das explorações, 2,6% têm mais de 100 ha e detêm 45% (INE, 1999). Esta situação de um grande número de explorações deterem áreas unitárias reduzidas correspondendo-lhe um baixo peso no total da área também se aplica à SAU. Assim, pode dizer-se que predominam as pequenas explorações, embora também haja algumas explorações de grande tamanho.

As explorações de pequena dimensão aparecendo em todas as freguesias, têm especial incidência nas de Cebolais de Cima, Louriçal do Campo, Escalos de Cima e Alameda. Tendência para maiores dimensões verifica-se em Malpica do Tejo, Alcains, Monforte da Beira, Castelo Branco, Mata, Lousa e

Escalos de Baixo. A SAU média das explorações nas freguesias de Cebolais de Cima e Alameda é de, respectivamente, 1,3 e 2,3 ha. Nas freguesias de Malpica do Tejo, Alcains e Monforte da Beira, toma valores de 35,6, 27,5 e 26,8 ha respectivamente. As freguesias de Castelo Branco, Malpica do Tejo, Sarzedas, e Monforte da Beira, com 29,4% das explorações recenseadas, concentram quase metade da área das explorações do concelho. Em Malpica do Tejo e Monforte da Beira, as explorações com SAU igual ou superior a 50 hectares correspondem a 9,3% e 9,7%, respectivamente, mas detêm 88,1% e 89,3% da SAU total. Assim, é nesta parte Sudeste do concelho que surgem algumas características latifundiárias. É nas freguesias de Sarzedas e S. André das Tojeiras que se verificam as maiores dispersões das explorações por blocos com, em média, 8,4 e 9,3 blocos cada uma. As explorações com menor número médio de blocos localizam-se nas freguesias de Escalos de Cima (2 blocos), Lousa (2,3 blocos) e Alcains (2,4 blocos).

Entre 1989 e 1999, verificou-se uma diminuição de cerca de 16,8% do número de explorações, de quase um quarto da sua superfície total, de 7,2% da SAU e de 3% no número médio de blocos com SAU por exploração. Tal parece indicar uma leve tendência para que as explorações permanentes tenham maior aproveitamento da sua superfície, ou seja, maior intensificação.

A diminuição do número de explorações ocorreu em quase todas as freguesias do concelho, com excepção das freguesias de Escalos de Cima, Louriçal do Campo, Lousa e S. Vicente da Beira, tendo maior expressão nas freguesias de Monforte da Beira (-45,6%), Benquerenças (-44,8%) e Tinalhas (-42,9%). Nas freguesias de Ninho do Açor, Freixial do Campo e Malpica do Tejo, a diminuição do número de explorações foi acompanhada pelo aumento da superfície média das explorações. Nas de Lousa e S. Vicente da Beira, o oposto fez-se sentir com muita acuidade.

As maiores variações negativas da dimensão média da superfície total e SAU, foram registadas nas freguesias de Lousa, S. Vicente da Beira e Cebolais de Cima. As maiores variações positivas ocorreram nas freguesias de Ninho do Açor, Monforte da Beira e Freixial do Campo.

As explorações são, em mais de 90% dos casos, geridas por conta própria. Contudo, cerca de 25% da SAU é objecto de arrendamento. O arrendamento tem maior importância nas freguesias de Alcains, Castelo Branco e Lardosa.

Os produtores são maioritariamente autónomos, recorrendo principalmente à mão-de-obra do agregado doméstico. As poucas sociedades existentes, concentram-se nas freguesias de Alcains, Castelo Branco e Malpica.

Verifica-se o envelhecimento dos produtores: mais de 50% tem idade superior ou igual a 65 anos, mais de 40% tem entre 45 e 65 anos. Tal significa que, nos próximos anos, a não ser com uma entrada maciça de novos produtores, o número de produtores continuará a descer.

A agricultura praticada baseia-se essencialmente em sistemas policulturais e de polipequária de carácter bastante extensivo. Na encosta da Gardunha e nas elevações a Oeste, dominam as culturas

permanentes e temporárias. Na parte Sudeste pratica-se uma agricultura mais extensiva, com elevada percentagem de prados permanentes associado ao montado.

Entre 1989 e 1999, verificou-se a diminuição das terras aráveis e das culturas permanentes e o aumento em 87,2% da área ocupada pelas pastagens permanentes. Assiste-se a uma extensificação da agricultura praticada, quer porque o agricultor desempenha cada vez mais outras actividades exteriores remuneradas, quer pelo envelhecimento deste, que não permite dedicar-se às culturas temporárias, que são mais intensivas em necessidades de mão de obra e tempo dedicado.

A SAU reparte-se entre pastagens permanentes, culturas permanentes e culturas temporárias, com maior peso das primeiras. Existem algumas diferenças, a nível da freguesia, de acordo com as condições edafo-climáticas predominantes. As culturas permanentes e temporárias têm maior expressão nas freguesias da parte Norte devido ao olival, algumas culturas arvenses e forrageiras, pomóideas, cerejeiras e frutos secos. Na parte Sul, com destaque para Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Alcains, Castelo Branco e Escalos de Baixo são as culturas e as pastagens permanentes, e o montado que tomam maior importância.

As culturas temporárias predominantes são os prados temporários e as culturas forrageiras que representam 86% da área destas culturas. Em termos de culturas permanentes a mais importante é o olival. O azeite de Castelo Branco é objecto de DOC (Denominação de Origem Controlada). Os azeites desta região são de excelente qualidade, contribuindo para tal as castas regionais, o terreno, o clima e o conhecimento ancestral dos agricultores.

Entre 1989 e 1999, o efectivo pecuário, sofreu um acréscimo. Contudo, esse aumento só se deve ao facto do número de ovinos subir 12,1%, correspondendo a 8698 animais. De facto, as outras espécies de produção mais importantes – suínos, caprinos e, em especial, os bovinos – viram, em maior ou menor escala, diminuir os seus efectivos.

É nas freguesias de Malpica do Tejo, Castelo Branco, Lardosa, Lousa e Monforte da Beira que a bovinicultura, regista a maior expressão, concentrando cerca de 70% dos efectivos. Em 1999, 3,3% das explorações do concelho tinham bovinos, num total de 2768 animais. O efectivo leiteiro, que, presente em cerca de 1/3 das explorações representa 5,3% do efectivo bovino, concentra-se nas freguesias de S. Vicente da Beira e de Castelo Branco. Nas freguesias de Malpica do Tejo, Lousa, Lardosa, e Monforte da Beira, mais orientais, prevalecem as grandes explorações com efectivo médio superior a 50 animais. Nas freguesias de Castelo Branco e Alcains prevalecem as explorações de tamanho médio com efectivos próximos de 20 animais. Nas restantes freguesias, predominam as pequenas explorações, com menos de cinco animais/exploração. A diminuição do efectivo, sendo acompanhado por uma redução ainda maior do número de animais com animais desses, leva a um aumento do tamanho das explorações.

Em 1999, cerca de 21% das explorações criavam 13200 suínos. Apesar de se repartirem por todas freguesias, é nas de Monforte da Beira e Alcains que estão os maiores efectivos de suínos. O elevado número de animais nestas freguesias deve-se à presença de um pequeno número de explorações com

dimensão média do efectivo superior a 200 cabeças. No entanto, e devido aos inúmeros aproveitamentos da carne de suíno, associado à tradicional matança do porco, cerca de 75% das explorações com suínos detêm um efectivo médio de 2,3 cabeças. Entre 1989-1999, registou-se um decréscimo de 56% no número de explorações com suínos. No entanto, o efectivo manteve-se praticamente constante o que determinou um aumento do número médio de cabeças por exploração. O aumento da dimensão média das explorações fica principalmente a dever-se a grandes suiniculturas nas freguesias de Alcains e de Monforte da Beira.

Apesar de se repartirem por todas as freguesias, é nas de Castelo Branco, Alcains, Malpica do Tejo, Lardosa, Escalos de Baixo e Monforte da Beira que estão os maiores efectivos de ovinos, em cerca de 22% das explorações concelhias. A dimensão média das explorações toma o valor mínimo em Cebolais de Cima e o máximo em Malpica do Tejo. O efectivo leiteiro, em grande parte de raça autóctone, o Merino da Beira Baixa, representa cerca de 70,5% do total de ovinos, estando associado à produção dos queijos de Castelo Branco. Entre 1989-1999, registou-se uma manutenção do efectivo/exploração.

A caprinicultura é uma actividade que se reparte por todo o concelho, estando presente em cerca de 35% das explorações, segundo dados de 1999. No entanto, apresenta alguma concentração nas freguesias de Sarzedas, S. Vicente da Beira, Lousa, Santo André das Tojeiras, Castelo Branco, Benquerenças e Alameda que, no seu conjunto, detêm quase 70% do efectivo do concelho. As explorações menores encontram-se em Escalos de Cima, Mata, Ninho do Açor, Santo André das Tojeiras e Escalos de Baixo, com três a cinco cabeças/exploração. As maiores, com cerca de 20 cabeças/exploração, encontram-se nas de Monforte da Beira e Tinalhas. Mais de metade dos caprinos têm função leiteira. Entre 1989 e 1999, registou-se uma redução no número de explorações com caprinos, acompanhada de um decréscimo menor no efectivo, o que determinou um aumento do número médio de cabeças por exploração.

Embora também as haja noutras localidades, é nas freguesias de Alcains, Castelo Branco e Sarzedas que encontramos o maior número de explorações onde se pratica uma pecuária intensiva, associada à avicultura, suinicultura e bovinicultura. Esta última actividade está associada aos locais onde as indústrias de lacticínios fazem a recolha de leite. No que diz respeito à avicultura, só estão recenseadas duas, localizadas na freguesia de Sarzedas. Há suiniculturas em muitas freguesias mas a sua quantidade em Alcains é muito mais elevada.

Situado no limite oriental da grande mancha do pinhal central de Portugal, seria de esperar que a floresta tivesse uma importância relativamente elevada na ocupação dos solos e nas actividades das explorações agrícolas. Com 66508 ha, a floresta ocupa 46% do total da área do concelho, não incluindo mais de 18000 ha ardidos. Além disso, 33% da superfície das explorações é ocupada por floresta.

As freguesias com maiores áreas florestadas situam-se na zona da Charneca, na parte ocidental do concelho, ou seja, nas freguesias de Alameda, Sarzedas, Santo André das Tojeiras e São Vicente. Tomam alguma importância também na freguesia de Malpica.

Grande parte da floresta é privada e só um décimo está sujeita ao regime florestal. No entanto, a área florestal nas explorações é pequena, em média cada uma possui cerca de 2 ha arborizados.

Os baldios assumem alguma importância nas freguesias a Norte e nas zonas de maior altitude, o que está relacionado com a importância que a pastorícia teve nestes locais. Estas áreas eram comunitárias e pertenciam às populações. No entanto, desde 1979, estão sujeitas ao regime florestal, designadamente o perímetro florestal de Louriçal do Campo com uma superfície de 189,5 ha. O Estado é responsável pela gestão e as receitas são partilhadas da seguinte forma: 60-80% para as Juntas de Freguesia ou comissões de compartes e o restante para o Estado.

Verifica-se que 18% da superfície do concelho é ocupada por pinheiro bravo, seguindo-se o eucalipto, com 13%. A azinheira e o sobreiro têm uma representatividade significativa, ocupando 3,8 e 3% da área cada. O pinheiro bravo e outras resinosas predominam nas freguesias de S. Vicente da Beira, Alameda, Sarzedas e Santo André das Tojeiras. O eucalipto foi adquirindo maior expressão, situando-se a maior parte dos povoamentos nas freguesias de Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Castelo Branco e Benquerenças e com menor expressão, embora com manchas com dimensão apreciável, nas freguesias de S. Vicente da Beira, Sobral do Campo e Lardosa. O sobreiro e a azinheira têm a sua maior expressão nas freguesias do campo sobretudo em Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Castelo Branco, Escalos, Lousa, Póvoa e S. Vicente da Beira. Os povoamentos mistos surgem com maior expressão nas freguesias de Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Sarzedas e Benquerenças.

7.1.4. Caça, Apicultura e Pesca Desportiva

A caça constitui uma actividade com significado no concelho de Castelo Branco. Existem 22 zonas de caça no concelho, das quais 11 são zonas de caça municipal, 8 zonas de caça associativa e 3 zonas de caça turística, distribuídas por uma área com cerca de 40.706 hectares, nas freguesias de Alcains, Alameda, Benquerenças, Castelo Branco, Cebolais de Cima, Escalos de Baixo, Mata, Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Sobral do Campo, Louriçal do Campo, S. Vicente da Beira e S. André das Tojeiras. Quase todas as freguesias possuem uma Associação de Caça.

A zona apresenta boas potencialidades para caça maior, javalis e cervídeos, sendo factor limitante em algumas das freguesias o valor alimentar e a baixa densidade dos matagais, sobretudo nos locais de maior altitude e rochosos, e razoável potencial para caça menor, nomeadamente perdiz e coelho. O facto de grande parte da área se encontrar sujeita ao regime cinegético geral constitui um obstáculo ao ordenamento deste recurso, levando a que em muitos locais a caça escasseie. O potencial para caça maior deveria ser explorado, não sendo tão boas as perspectivas para a caça menor, devido aos incêndios florestais e ao declínio da actividade agrícola, que ao manter a diversidade da flora, constitui um dos suportes de alimentação de pequenos animais.

A apicultura é desenvolvida por cerca de centena e meia de explorações pertencentes a pequenos proprietários com uma média de quinze colmeias/cortiços por exploração, destinando-se o mel sobretudo

ao autoconsumo, oferta ou à venda a clientes certos. A produção ronda os 50 kg/exploração. Principais espécies de interesse para a produção melífera são o alecrim, rosmaninho, eucalipto, esteva, etc. As condições edafoclimáticas, proporcionando uma elevada riqueza florística, criam condições para a abundância de espécies melíferas.

No que concerne aos recursos aquícolas há potencialidades para a pesca desportiva em alguns troços de rios (Ocreza, Ponsul e Tejo) e algumas albufeiras. No entanto, as principais espécies são os ciprinídeos e bogas. Há que salientar que é necessário a tomada medidas complementares de protecção do habitat de modo a não comprometer o recurso.

As características do território levaram ao surgimento de amenidades rurais, que constituem uma mais valia. Castelo Branco apresenta um vasto leque de produtos com qualidade e características únicas, estando alguns já certificados, como são os casos do Azeite da Beira Baixa, o Cabrito da Beira, o Borrego da Beira, a Carne de Porco Alentejano, o Queijo de Castelo Branco, o Queijo Amarelo da Beira Baixa e o Queijo Picante da Beira Baixa.

Existem outros produtos de qualidade associados dos sistemas de agricultura tradicionais ainda praticados, que correm o risco de se perderem, como por exemplo plantas aromáticas e medicinais, variedades regionais de fruteiras e raças autóctones de pequenos ruminantes. Além dos frescos há toda uma variedade de produtos transformados, como os diversos enchidos, pastelaria, frutos secos e secados e outros. Alguns destes produtos têm já um valor reconhecido como é o caso da pastelaria de Malpica.

Os circuitos comerciais dos produtos vegetais e da carne caracterizam-se por uma elevada atomização da oferta, havendo uma predominância dos intermediários. Estes são a forma de comercialização utilizada em dois terços das explorações.

7.2. ESTRUTURA DO MERCADO DE TRABALHO

Em termos de situação perante o emprego, o concelho caracteriza-se pela existência de 45,1% de activos (INE, 2001). Segundo a mesma fonte, os desempregados representam 5,4% dos activos.

Entre os desempregados, 24 % são jovens à procura do 1º emprego (INE, 2001) e em cerca de 24% dos casos já é desemprego de longa duração. Em termos de diferença entre sexos é de referir que o desemprego atinge 7,3% das mulheres contra 3,9% dos homens (INE, 2001). O número de desempregados vem aumentando no concelho e os dados que vimos apresentando relativos ao Recenseamento Geral de População feito pelo INE em 2001 pecarão por defeito. Tem essencialmente afectado trabalhadores do sector secundário, mas nota-se igualmente uma evolução negativa no sector dos serviços. Não estará certamente dissociado deste aspecto o facto do desemprego vir crescentemente a atingir a população com elevados níveis de formação, nomeadamente formação académica.

O emprego está repartido entre sectores de actividade da forma descrita na Tabela 13. De acordo com os referidos dados, a repartição pelos três sectores é a seguinte:

- 2,9% no sector primário;
- 7,5 % no secundário;
- 59,6 % no terciário.

O sector agrícola vem perdendo peso como empregador: a população agrícola familiar representava em 1989 (INE, 1989) 27% da população do concelho sendo apenas 20% em 1999 (INE, 1999); em termos de empregos por conta de outrem, em 1991, representava 3,2% contra 2,9% em 2000 (Planraia, 2004). Parte dessa mão-de-obra foi numa primeira fase (anos 70 e 80) absorvida pelo sector secundário. Nos anos 90, foi o sector terciário que compensou a perda de emprego na agricultura e na indústria.

No sector secundário, o emprego é proporcionado, em grande medida, por empresas que procuram a competitividade no baixo custo da sua mão-de-obra e que, portanto, tem um carácter migratório. A deslocalização de algumas dessas unidades e a redução dos quadros de pessoal noutras reduz a capacidade empregadora deste sector. Tal é particularmente verdade em relação ao sector do têxtil que emprega um pouco mais do terço da mão-de-obra industrial. Nos outros subsectores também se verifica a existência de unidades empregadoras com um peso muito elevado.

Se a dinâmica do sector terciário tem conseguido compensar estes efeitos do secundário e primário, a sua “saúde” depende, em grande parte dos outros: veja-se o caso das empresas de construção, do sector da hotelaria, restauração e afins, do ensino superior, dos serviços de apoio às empresas, etc. E já há sectores do terciário a sofrerem processos de *downsizing*.

Assim, o espectro do aumento do desemprego abate-se sobre este território. Paradoxalmente, tal ocorre quando se vê chegar imigrantes do leste europeu que vão conseguindo empregos, embora por vezes em regime de clandestinidade. Tem-se associado tal paradoxo ao facto dos nacionais não aceitarem determinados empregos. No entanto, numa análise empírica, pode dizer-se que a postura dos jovens está a mudar. Vai de encontro também ao facto das pessoas cada vez mais aceitarem a possibilidade do seu projecto profissional passar pela criação do auto-emprego. Também estão mais conscientes de que tal pode implicar que tenham de mudar para áreas que lhe sejam bastante distantes (ex: de técnico agrário para educador de infância).

TABELA 13 - EMPREGO POR SECTORES (ANO 2000)

Fonte: PLANRAIA, 2004

Sector	Secção	Emprego	
		nº	%
Primário	A	nº	396
		%	2,9
	B	nº	-
		%	-
Secundário	C	nº	19
		%	0,1
	D	nº	5069
		%	37,4
Terciário	E	nº	68
		%	0,5
	F	nº	1600
		%	11,8
	G	nº	2766
		%	20,4
	H	nº	788
		%	5,8
	I	nº	581
		%	4,3
	J	nº	329
		%	2,4
	K	nº	731
		%	5,4
	L	nº	43
		%	0,3
M a Q	nº	1170	
	%	8,6	
TOTAL		nº	13560
		%	100

Legenda: A- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura; B-Pesca; C-Indústrias Extractivas; D-Indústrias Transformadoras; E-Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água; F-Construção; G-Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico; H-Alojamento e Restauração; I-Transportes, Armazenagem e Comunicações; J-Actividades Financeiras; K-Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas; L- Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória; M-Educação; N-Saúde e Acção Social; O-Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais; P – Famílias com Empregados Domésticos; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.

A formação profissional e o acompanhamento dos desempregados influenciam o sucesso na reinserção. Neste caso, refere-se, que muitas das vezes a formação é organizada sem ter em consideração o

mercado de trabalho. Em particular a formação de reconversão falha por não encarar a possibilidade das pessoas poderem aceitar alternativas de emprego em qualificações que se considera, por vezes erradamente, mais baixas mas mais remuneradoras.

8. CARACTERIZAÇÃO SÓCIO - CULTURAL, EQUIPAMENTOS E INFRA- ESTRUTURAS

8.1. URBANISMO E HABITAÇÃO

No período de gestão do PDM em vigor (1994-2003) foram aprovados pela câmara municipal, dez Planos de Pormenor e encontram-se oito em fase de elaboração /aprovação. Dos PP's em vigor apenas um deles se situa fora do perímetro urbano da cidade de Castelo Branco, na Tapada das Figueiras enquanto que três PP's em elaboração se situam fora deste mesmo perímetro urbano, no Lirião, na Quinta da Oliveirinha e no aglomerado de Escalos de Baixo.

No conjunto dos PP's e dos loteamentos urbanos não inseridos em Plano de Pormenor, que correspondem a cerca de 1.771.355 ha de área programada para fins de urbanização, está prevista a construção de 10.553 fogos com uma área bruta de construção de 1.810.082 m² e um volume de construção de 1.457.229 m³ destinado à indústria e serviços na zona industrial.

Quanto ao planeamento urbanístico das Zonas Urbanas Consolidadas (ZUC), apenas foi aprovado o Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco, no âmbito do Programa Polis, e foi também aprovado um loteamento urbano.

As freguesias que apresentam maior crescimento do número de alojamentos são as localizadas no eixo Castelo Branco-Alcaíns-Lardosa (bem como em São Vicente da Beira), embora seja de reforçar a ideia de uma forte concentração do crescimento na cidade de Castelo Branco, com 89% dos aumentos verificados.

No período em análise verificou-se igualmente uma tendência de alteração da tipologia dos novos edifícios. Os edifícios com um único pavimento perdem expressão, assistindo-se a uma tendência de crescimento em altura.

A nível de cobertura de infraestruturas básicas, a situação em 2001 no concelho de Castelo Branco é fundamentalmente caracterizada pela presença de níveis de carência infraestrutural inferiores, apresentando níveis de cobertura praticamente universais (designadamente em matéria de instalações eléctricas e de água canalizada). Em todos os domínios as taxas de cobertura da população residente são superiores a 95% (Planraia, 2004).

8.2. RESÍDUOS SÓLIDOS

8.2.1. Enquadramento legislativo

A produção de resíduos em Portugal tem seguido a tendência de grande parte dos países da União Europeia, tendo-se verificado nas últimas décadas um aumento significativo, tornando-se a área de Gestão de Resíduos uma das mais importantes de regulamentar nestes últimos anos. Com a actual Legislação Comunitária e Nacional, e com a implementação dos diversos Planos Estratégicos Sectoriais e dos Planos de Acção, pretende-se reduzir a produção de resíduos e também encontrar o destino final mais adequado a cada tipo de resíduo.

A Lei-quadro dos Resíduos, Decreto-lei nº 239/97 de 9 de Setembro, transposto das Directivas Comunitárias, estabelece as regras a que fica sujeita a gestão de resíduos, nomeadamente as operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação. É também neste documento que se encontra a definição de resíduo e a classificação de cada tipo: perigosos, não perigosos; urbanos, industriais, hospitalares, outros tipos de resíduos.

Complementarmente à Lei-quadro têm vindo a ser emitidos outros diplomas que regulamentam todas as actividades de gestão dos vários tipos de resíduos⁷.

8.2.2. Enquadramento estratégico – Planos estratégicos sectoriais

A Directiva Quadro dos Resíduos – Directiva 75/442/CEE do Conselho, de 15 de Julho, estabelece o requisito de elaborar planos de gestão de resíduos, que devem ter como objectivos o cumprimento de medidas de prevenção da produção e valorização. Para ir de encontro a esta exigência comunitária, o Instituto de Resíduos preparou Planos Estratégicos Sectoriais, que se descrevem de seguida.

8.2.2.1. Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU)

Este Plano elaborado em 1997 baseia-se na estratégia da União Europeia para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, que assenta sobre princípios de prevenção através da redução e da reutilização numa primeira fase, seguida de valorização pela reciclagem e recuperação, e finalmente confinamento em aterros sanitários.

O plano previa à data da sua elaboração que se alcançassem os seguintes objectivos:

⁷Em anexo, são apresentadas listagens da Legislação Portuguesa de carácter geral e de carácter específico por tipo de resíduo, que são mais relevantes para o Município de Castelo Branco.

- encerramento de todas as lixeiras e locais de deposição ilegal de resíduos e posterior selagem e recuperação ambiental dos locais;
- construção de infra-estruturas adequadas para o tratamento e deposição de resíduos sólidos urbanos;
- reforço da recolha selectiva e multimaterial alargada a todo o território nacional;
- alcance de metas bem definidas nos horizontes temporais de 2000 e 2005 (Tabela 14):

TABELA 14 - METAS DO PERSU COMPARADAS COM OS VALORES REAIS

Anos	Redução	Reciclagem	Aterros Sanitários e confinamento técnico	Lixeiras	Incineração	Compostagem
Situação em 1995	0 %	4 %	14 %	73 %	0 %	9 %
Situação em 2000	0 %	6 %	55 %	12 %	22 %	6 %
Metas para 2000	3 %	15 %	42 %	0 %	26 %	15 %
Metas para 2005	5 %	25 %	23 %	0 %	22 %	25 %

O PERSU lançou linhas de acção que permitiram dotar o país de infra-estruturas adequadas para a gestão deste tipo de resíduos, tais como centrais de incineração e de valorização orgânica, estações de transferência e aterros sanitários em todo o país, tendo sido possível encerrar e selar as lixeiras municipais existentes. Foi também possível desenvolver uma rede alargada de recolha selectiva constituída por ecopontos, ecocentros e estações de triagem.

8.2.2.2. *Estratégia Nacional para a Redução dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis*

Em resposta ao estabelecido pela Directiva do Conselho nº 1999/31/CE de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros e que foi transposta para o direito nacional pelo Decreto Lei nº 152/2002, foi apresentada em 2003 a “Estratégia Nacional para a Redução dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis destinados aos Aterros”.

Estes documentos legais visam a redução progressiva e efectiva da deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) nos aterros sanitários, promovendo para tal a recolha selectiva dos mesmos para posterior valorização e reciclagem.

Face ao exigido foram estabelecidos os seguintes objectivos para metas temporais distintas:

TABELA 15 - METAS DO PARSU PARA OS ANOS DE 2006, 2009 E 2016

Ano	% Admissível de RUB	Quantidade Admissível de RUB (ton)
Janeiro de 2006	75	1 689 540
Janeiro de 2009	50	1 126 360
Janeiro de 2016	35	788 452

8.2.2.3. Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Industriais (PESGRI)

O PESGRI elaborado em 1999 define os princípios estratégicos a que deve obedecer a gestão de resíduos industriais. Tal como o PERSU, preconiza preferencialmente a prevenção através da redução da produção, seguida da reutilização, reciclagem, valorização, e finalmente a deposição em destino final, apenas em último caso.

Para se alcançarem os objectivos estão previstas diferentes acções e medidas como sejam a promoção de tecnologias mais eficazes e menos poluentes (tecnologias amigas do ambiente), e de instrumentos de gestão ambiental que incentivam a utilização de práticas de gestão de resíduos eficazes para o seu destino mais adequado.

Este Plano visa a criação de um sistema integrado de gestão e tratamento de resíduos e encaminhamento para destino final, a criação de uma bolsa de resíduos e a construção de centros integrados de recuperação, valorização e eliminação de resíduos (CIRVER).

8.2.2.4. Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais

Este plano foi criado no contexto do Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais (PESGRI), sendo considerada uma peça importante na gestão prioritária de resíduos industriais a médio/longo prazo.

O seu principal objectivo é não só a redução da quantidade de resíduos industriais produzidos, mas também a redução da perigosidade dos mesmos. Para tal propõe a utilização de medidas e tecnologias de prevenção nos processos produtivos inseridos na actividade industrial, obrigando também a que ocorra a mudança de comportamento e de atitude dos agentes económicos e dos próprios consumidores.

8.2.2.5. Outros Planos Estratégicos

Para além dos Planos Estratégicos referidos, têm vindo a ser elaborados outros Planos Estratégicos Sectoriais, que apresentam objectivos, metas e acções propostas para a melhoria da gestão dos outros tipos de resíduos. Destes planos já está concluído o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares

(PERH), e encontra-se em fase de conclusão o Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Agrícolas (PERAGRI).

8.2.3. Diagnóstico da situação actual

8.2.3.1. Caracterização dos resíduos produzidos

De acordo com o Instituto dos Resíduos (INR), os resíduos devem ser sujeitos a uma gestão própria e ser encaminhados para destino adequado, em função das suas características. Tendo como objectivo definir a gestão mais adequada, de cada tipo de resíduo, foram consideradas pelo INR, as seguintes grandes tipologias:

- Resíduos Sólidos Urbanos;
- Resíduos Industriais;
- Resíduos Hospitalares;
- Resíduos Agrícolas;
- Embalagens e Resíduos de Embalagens;
- Pneus Usados;
- Pilhas e Acumuladores;
- Óleos Usados;
- Veículos em Fim de Vida;
- Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos;
- Resíduos de Construção e Demolição;
- Óleos Alimentares Usados;
- PCB;
- Resíduos Biodegradáveis.

De forma a se proceder à caracterização dos resíduos produzidos no Concelho de Castelo Branco, adoptou-se uma metodologia baseada em duas abordagens distintas:

- Caracterização de acordo com a origem de produção dos resíduos: resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais, resíduos hospitalares e outros tipos de resíduos;
- Caracterização de acordo com fluxos de resíduos, onde se inserem os fluxos com sistemas de gestão específicos já criados ou a criar - Embalagens e Resíduos de Embalagens, Pneus Usados, Pilhas e Acumuladores, Óleos Usados, Veículos em Fim de Vida, Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, Resíduos de Construção e Demolição, Óleos Alimentares Usados, PCB e Resíduos Biodegradáveis.

8.2.3.2. Caracterização de acordo com a origem de produção

A caracterização foi efectuada, tendo em conta as definições constantes do Decreto-Lei 239/97 de 9 de Setembro.

- Resíduos Sólidos Urbanos:

De acordo com o Decreto-Lei 239/97 de 9 de Setembro, entende-se por Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), “os resíduos domésticos ou outros resíduos semelhantes, em razão da sua natureza ou composição, nomeadamente os provenientes do sector de serviços ou de estabelecimentos comerciais ou industriais e de unidades prestadoras de cuidados de saúde desde que, em qualquer dos casos, a produção diária não exceda 1100 litros por produtor”.

Assistiu-se a um crescimento da população residente no Concelho, em dez anos, de 2,6%, o que corresponde a um crescimento anual de 0,26%. Por outro lado, na evolução anual da quantidade de resíduos produzidos, têm-se verificado taxas bastante superiores. De 2001 para 2002, verificou-se uma taxa de crescimento de 3,8%, da quantidade de RSU produzidos (Tabela 16).

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES DE RSU PRODUZIDAS, ENTRE 2000 E 2005

Fonte: CMCB, 2005

Ano	Quantidade (ton)
2000	(dados em falta)
2001	20 551
2002	21 332
2003	16 158 (até Setembro)
2004	(dados em falta)
2005	(dados em falta)

A captação média de RSU, para o ano de 2001 (ano para o qual se dispõe de dados de população do Censos 2001), é de 1,01 Kg/hab.dia, valor inferior ao da média nacional⁸, que em 2000 era de 1,17 Kg/hab.dia e ligeiramente superior ao da média da Região Centro, que, em 2000, era de 0,94 kg/hab.dia (Fonte: www.inresiduos.pt).

Na fracção de RSU, há que considerar outro tipo de resíduos – os monos, que são objectos volumosos que não podem ser recolhidos pelos meios de recolha tradicionais, tendo portanto que se utilizar viaturas especiais de recolha (viaturas equipadas com grua e/ou plataforma elevatória).

TABELA 17 - QUANTIDADE ANUAL DE MONOS RECOLHIDA DE 2001-2004.

Ano	Quantidades (toneladas)
2001	163
2002	455
2003	555
2004	580

Este aumento que se verificou na quantidade anual de monos recolhidos (Tabela 17) deve-se sobretudo a uma maior taxa de captação, através da divulgação do serviço prestado, e não necessariamente a um aumento de produção.

Na Tabela 18 apresentam-se as quantidades anuais de RSU's desviadas para o aterro sanitário.

TABELA 18 - QUANTIDADES ANUAIS DE RSU'S COMO DESTINO FINAL O ATERRO.

Ano	Quantidades (toneladas)
2000	20 4254
2001	20 222
2002	21 003
2003	21 510
2004	21 786

⁸ Actualmente a média Nacional ronda os 1,2 kg/hab.dia.

Na Tabela 19 são quantificados os RSU's encaminhados para valorização.

TABELA 19 - QUANTIDADES ANUAIS DE RSU'S RECICLÁVEIS.

Ano		Quantidades (toneladas)
2003	Papel e cartão	257
	Embalagens	38
	Vidro	292
2004	Papel e cartão	255
	Embalagens	67
	Vidro	251

Numa primeira análise das Tabela 18 e Tabela 19 pode-se considerar que o aumento da quantidade de RSU's encaminhados para o aterro sanitário é proporcional à diminuição da quantidade de RSU's desviados para valorização. Com os dados disponíveis, não é possível efectuar uma análise mais detalhada desta situação. No entanto, o facto de desde 2001 não mais se ter apostado na sensibilização da população para a deposição selectiva dos RSU's poderá ter contribuído para a diminuição das quantidades de RSU's recicláveis.

- Resíduos Industriais:

De acordo com o Decreto-Lei 239/97 de 9 de Setembro, entende-se por Resíduos Industriais, “os resíduos gerados em actividades industriais, bem como os que resultem das actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e água”.

Os resíduos industriais podem ainda subdividir-se, de acordo com a Lista Europeia de Resíduos (Portaria n.º 209/2004 de 3 de Março) tendo em conta a sua perigosidade, em não perigosos (ou banais) e em perigosos.

A responsabilidade pelo destino final a dar a estes resíduos é do produtor, podendo no entanto este, transferir essa responsabilidade para uma entidade gestora de resíduos, desde que devidamente licenciada para o efeito e para o tipo de resíduos em questão.

Da definição de RSU já apresentada, retira-se que, na prática, os resíduos industriais (e hospitalares), quando produzidos em quantidades inferiores a 1100 litros por dia, e desde que equiparados a urbanos, são considerados RSU, sendo inclusivamente recolhidos pelos circuitos de recolha urbana da Câmara Municipal de Castelo Branco (CMCB).

Exemplo disto é a colocação e posterior recolha, de contentores situados na via pública, por parte da CMCB, na Zona Industrial de Castelo Branco e de Alcains. Esta situação torna-se delicada, uma vez que não existe uma fiscalização eficaz aos contentores situados na via pública, podendo o produtor colocar o

tipo de resíduo que desejar no interior do contentor, como por exemplo, resíduos não equiparados a urbanos e mesmo resíduos perigosos, não sendo punido por isso.

No entanto, alguns produtores, devido às quantidades envolvidas, já estão a encaminhar os seus resíduos, para empresas gestoras de resíduos, nomeadamente para a empresa Lena Ambiente – Gestão de Resíduos, SA, entidade gestora do Aterro de Resíduos Industriais Banais de Castelo Branco. Está prevista ainda a criação de um ecocentro, neste aterro, que permita desviar de aterro, resíduos potencialmente valorizáveis, como papel, cartão, plástico, sendo posteriormente enviados para valorização. Isto permitirá aos industriais contrapartidas financeiras, na entrega dos seus resíduos valorizáveis.

Não foi possível, até ao momento, obter dados dos quantitativos por tipo de resíduo, depositados no Aterro de RIB de Castelo Branco, provenientes apenas do Concelho de Castelo Branco. No entanto sabe-se, através da imprensa local, que devido ao facto da própria Câmara efectuar a recolha na Zona Industrial, que esses quantitativos são reduzidos, chegando a este aterro, resíduos de outros locais do país, nomeadamente Guarda, Portalegre, Covilhã e inclusivamente da região de Lisboa.

Quanto aos resíduos industriais perigosos, estes poderão apenas ser geridos por empresas licenciadas para o efeito, não havendo no Concelho qualquer operador. No entanto, existem empresas a operar, que os recolhem e armazenam temporariamente nas suas instalações e/ou os enviam posteriormente para unidades de tratamento, geralmente situadas fora de Portugal.

- Resíduos Hospitalares:

De acordo com o Decreto-Lei 239/97 de 9 de Setembro, entende-se que Resíduos Hospitalares, “os resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as actividades médicas de diagnóstico, prevenção e tratamento da doença, em seres humanos ou em animais, e ainda as actividades de investigação relacionadas”. O Despacho n.º 242/96, bem como o Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares, classificam estes resíduos nos seguintes grupos:

Grupo I – Resíduos equiparados a RSU

Grupo II – Resíduos hospitalares não perigosos (não estão sujeitos a tratamentos específicos)

Grupo III – resíduos hospitalares de risco biológico

Grupo IV – resíduos hospitalares específicos (de incineração obrigatória)

Não se dispõe de quaisquer dados sobre os quantitativos envolvidos, sabendo-se apenas que a recolha dos resíduos hospitalares produzidos no Hospital Amato Lusitano e no Centro de Saúde de Castelo Branco e respectivas extensões, são recolhidos pelas seguintes entidades:

Grupos I e II – efectuada pelos SMAS de Castelo Branco;

Grupos III e IV – efectuada pela SUCH – Serviços de Utilização de Hospitais, sendo os primeiros encaminhados para autoclavagem e os segundo para incineração.

- Outros tipos de resíduos:

Nesta categoria inserem-se por exemplo os resíduos agrícolas, os resíduos de construção e demolição (RCD) e os resíduos de oficinas.

Relativamente a estes resíduos não se dispõe de dados, devendo uns estar a ser geridos pelos SMAS, através dos seus circuitos normais de recolha, outros deverão ter como destino final o Aterro RIB Castelo Branco e outros, nomeadamente os RCD, deverão estar a ser acumulados ilegalmente nas montureiras existentes no Concelho.

8.2.3.3. Caracterização de acordo com os fluxos específicos

- Embalagens e Resíduos de Embalagens:

No que se refere às embalagens de vidro, papel e cartão, plástico e metal, segundo a Associação de Municípios da Raia-Pinhal (AMRP) foi assinado um protocolo com a Sociedade Ponto Verde (SPV - entidade responsável pelo sistema integrado de gestão das embalagens urbanas e não urbanas). Pretende-se desta forma, proceder à reciclagem e à valorização económica das diferentes fileiras de materiais de embalagens entregues à SPV e provenientes dos ecopontos e/ou ecocentros.

- Pneus Usados:

Relativamente aos pneus, a AMRP, é "Ponto de Recolha Acreditado", pela Valorpneu – Sociedade de Gestão de Pneus, Lda, que é a entidade responsável pela gestão do Sistema Integrado de Pneus e Pneus Usados.

A AMRP deverá receber, registar e manter à sua guarda em condições adequadas os pneus em fim de vida, até serem transportados, pela Valorpneu, para destino final.

Apenas se conseguiu apurar que até Setembro de 2003, já foram enviadas pela AMRP, cerca de 1058 toneladas de pneus para reciclagem.

- Pilhas e Acumuladores:

Em relação às pilhas e acumuladores, a AMRP assinou um protocolo com a Ecopilhas - Sociedade Gestora de Resíduos de Pilhas e Acumuladores, entidade responsável pela gestão do sistema integrado de pilhas e acumuladores usados (SIPAU), devendo assegurar o seu funcionamento, através da gestão de operações que asseguram a recolha selectiva, a armazenagem temporária, a triagem e a reciclagem das pilhas e acumuladores recolhidos.

Os SMAS vão adquirir 50 pilhómetros a instalar em escolas, juntas de freguesia e farmácias.

- Óleos Usados:

Não se dispõe dos quantitativos provenientes do Concelho, para este tipo de resíduo, sabendo-se apenas que são geridos por empresas privadas como a Correia & Correia, Lda., e que posteriormente são enviados para valorização, nomeadamente na indústria cerâmica.

- Resíduos Bio degradáveis:

Embora não se disponha de dados de produção de resíduos biodegradáveis (RB) no Concelho de Castelo Branco, os mesmos poderão ser estimados, utilizando para o efeito, a percentagem média de RB, nos RSU em Portugal – cerca de 36%. Assim, estima-se, tendo em conta os valores produzidos em 2001, que cerca de 7 500 toneladas sejam resíduos bio degradáveis.

De acordo com informações dos SMAS, não está prevista a recolha selectiva deste tipo de material, num futuro próximo, com a vista à sua compostagem ou digestão anaeróbia. Assim, e porque há que cumprir metas de desvio da matéria orgânica produzida, de aterro, a AMRP, conjuntamente com a CMCB, deveriam, por exemplo, incentivar os munícipes, à realização da compostagem doméstica.

- Resíduos de Construção e Demolição:

Tal como no caso dos RB, para este fluxo de resíduo, também não existem dados disponíveis para o Concelho. No entanto, tendo em conta estudos realizados a nível nacional, esta produção muitas vezes iguala a quantidade a RSU produzidos.

- Veículos em Fim de Vida:

Não se dispõe de dados.

- Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos:

Não se dispõe de dados.

- Óleos Alimentares Usados:

Não se dispõe de dados.

- PCB:

Não se dispõe de dados.

8.2.3.4. Caracterização da actual gestão de resíduos e limpeza urbana

Pretende-se neste ponto, caracterizar o actual sistema de recolha de RSU e limpeza urbana, no que respeita a:

- Gestão municipal;
- Métodos e equipamentos de deposição e de recolha, transporte e transferência, no que respeita os resíduos valorizáveis e não valorizáveis;
- Tratamento e destino final.

Importa, antes de mais, referir que na década de 90 e início da presente década, se verificou uma clara melhoria no sistema de recolha de resíduos e limpeza urbana, uma vez que foram aplicadas as preconizações do PDM de Castelo Branco. Esta é uma matéria da maior importância para a qualidade de vida do Concelho, mas também, fundamental, para a imagem deste junto da sua população e visitantes. Actividades como o turismo só serão competitivas se houver uma política local de resíduos avançada e com objectivos permanentes de melhoria continua. Mais, a competitividade territorial de Castelo Branco só se poderá afirmar com uma política de resíduos que vá além dos mínimos convencionais – aproveitamento, compostagem, reutilização, valorização etc.

8.2.3.4.1 Gestão municipal dos resíduos e limpeza urbana

A gestão dos RSU no concelho de Castelo Branco é efectuada por duas entidades, cujas responsabilidades são as seguintes:

- SMAS: responsável pela recolha indiferenciada (acondicionamento e transporte), incluindo monos, até às instalações da AMRP;
- AMRP: responsável pelo destino final dos resíduos, quer ele seja o seu confinamento em aterro sanitário, quer seja a sua valorização.

Resumindo, a primeira entidade recolhe e entrega à segunda; esta por sua vez trata e condiciona em aterro ou entrega a outras entidades para valorização (reciclagem ou reutilização).

8.2.3.4.2 Sistema de deposição e recolha de RSU

- Deposição e recolha indiferenciada e transporte/transferência:

Os resíduos indiferenciados, deverão ser depositados pelos munícipes nos contentores disponibilizados para o efeito, localizados na via pública.

Actualmente contabilizam-se 1828 contentores para a deposição indiferenciada de resíduos, distribuídos pelos aglomerados das 25 freguesias, o que corresponde a uma capacidade instalada de cerca de 1400 m³, e cerca de 25 litros por habitante.

Os SMAS efectuam a recolha de resíduos de acordo com nove circuitos.⁹

Os contentores são lavados com frequência mínima de uma vez por ano, com uma Máquina A/P para lavagem e desinfecção. Esta máquina permite lavar os contentores “a quente” e desinfectá-los. Esta frequência é claramente diminuta. O ideal seria serem lavados uma vez por mês nos meses de Inverno e quinzenalmente no Verão.

Dado que a aquisição de um camião para a lavagem e desinfecção de contentores, é um investimento demasiado elevado, a solução poderia passar pela adjudicação do serviço a uma empresa privada. Há que ter em conta, que o estado de higiene e salubridade dos contentores, é um indicador evidente do estado da limpeza pública e um cartão de visita da cidade/concelho.

A recolha e transporte de RSU são efectuados com o seguinte equipamento:

Recolha de RSU:

- 1 Viatura com capacidade de 20 m³;
- 7 Viaturas com capacidade de 15 m³;
- 1 Viatura com capacidade de 5 m³ (Zona Medieval);

Recolha de Monos e Vidros:

- 2 Viaturas com capacidade de 5 m³.

Estão afectos a serviço de recolha e transporte de RSU, 25 cantoneiros de limpeza e oito motoristas.

8.2.3.4.3 Sistema de limpeza urbana

A limpeza das ruas, é efectuada por 22 cantoneiros de limpeza, utilizando para o efeito, além dos carrinhos de varredura habituais e equipados de pás e vassouras, o seguinte equipamento:

- 1 varredora mecânica com capacidade de 6 m³;
- 1 varredora mecânica com capacidade de 3 m³.

Segundo os SMAS, não existem deficiências neste serviço e portanto não serão propostas quaisquer sugestões.

⁹ Ver em anexo.

8.2.3.4.3.1 Deposição, recolha selectiva e transporte

A deposição selectiva de resíduos é efectuada pelos municípios nos denominados ecopontos, que são baterias de três contentores, sendo um dos contentores para a deposição de vidro (vidrão – cor verde), outro para deposição do papel e cartão (Papelão - cor azul) e o Embalão (cor amarela), para deposição de embalagens de plástico e metal.

Actualmente, existem 84 ecopontos, 39 dos quais na cidade de Castelo Branco. Existem ainda, além dos ecopontos anteriores, 46 vidrões para deposição exclusiva de vidro, situados na cidade e em algumas das restantes freguesias.

A recolha dos papelões e dos embalões, é efectuada duas vezes por semana na cidade de Castelo Branco e na freguesia de Alcains, e nas restantes freguesias é realizada quinzenalmente, ou com periodicidade superior, se os quantitativos o justificarem.

A recolha de vidro é efectuada quinzenalmente na cidade de Castelo Branco e Alcains, enquanto que nas restantes freguesias é feita mensalmente.

Os municípios podem também depositar voluntariamente e selectivamente os seus resíduos, nos ecocentros existentes, geridos pela AMRP.

No concelho existem dois ecocentros, um no parque industrial de Castelo Branco e, outro no parque industrial de Alcains.

8.2.3.4.4 Tratamento e destino final

8.2.3.4.4.1 Deposição em aterro

Até 1999, os resíduos produzidos no Concelho eram encaminhados para a lixeira municipal. Esta foi selada com a abertura do Aterro Sanitário propriedade da AMRP que iniciou a sua actividade em 1999. O aterro situa-se no Monte de São Martinho, na freguesia de Castelo Branco, a 5 km da cidade e a concessão da sua gestão foi atribuída à sociedade ZAGOPE, SA..

O aterro foi projecto para acondicionar RSU durante 16 anos, ou seja, prevê-se que a sua capacidade se encontre esgotada no ano 2015. O seu tempo de vida útil pode porém ser alargado, se adoptarem as medidas apontadas na Estratégia Nacional para a Redução de Resíduos Sólidos Urbanos, a inversa também é verdadeira, sobretudo se Castelo Branco não assumir uma política pró-activa em matéria de resíduos.

8.2.3.4.4.2 Estação de Triagem

Não se dispõe de quaisquer dados sobre a estação existente.

8.3. ENERGIA

8.3.1. Abastecimento de Gás

No que respeita ao gás natural o concelho de Castelo Branco é atravessado pelo gasoduto da Rede Nacional que faz o seu transporte até aqui, sendo depois distribuído pela Beiragás, empresa concessionária que abastece a cidade de Castelo Branco.

A rede apenas entrou em funcionamento em 2002 pelo que se justifica o valor relativamente baixo da sua extensão – cerca de 42 Km (Planraia, 2004). Actualmente, a rede cobre apenas a zona industrial de Castelo Branco e algumas zonas da cidade; a empresa concessionária está a desenvolver a rede numa tentativa de cobrir toda a cidade, numa primeira fase.

Considerando o diferencial de preços entre o gás natural e o propano, consideramos de grande importância o desenvolvimento da rede de abastecimento de gás natural, não apenas do ponto de vista da utilização industrial (minimização dos custos de produção), mas também da utilização doméstica com a diminuição dos gastos com a energia.

Relativamente ao gás propano e butano, o concelho é totalmente abastecido por operadores privados.

8.3.2. Rede eléctrica

Relativamente à rede de abastecimento de energia eléctrica intervêm no concelho de Castelo Branco (à semelhança do que ocorre no país) duas empresas, a REN – Rede Eléctrica Nacional SA, responsável pelo transporte de energia em redes de alta tensão e, a EDP – Distribuição de Energia SA, que promove a distribuição de energia até aos utilizadores finais.

Consoante o tipo de utilização, os consumidores finais distribuem-se em quatro grupos: baixa tensão (representando cerca de 98% dos consumidores), iluminação pública, baixa tensão especial e média tensão.

O consumo de energia quer para uso doméstico, industrial e público tem vindo a aumentar em todo o concelho e a rede instalada tem tido capacidade de resposta face às solicitações crescentes.

O concelho está totalmente coberto no que concerne às redes de alta e média tensão; na baixa tensão, ainda existem aglomerados populacionais privados de energia eléctrica, pelo que consideramos ser prioritário o investimento no sentido de garantir a totalidade do abastecimento eléctrico.

No que respeita a energia as metas a alcançar são:

- Aumentar a rede de distribuição de gás natural;

- Garantir o abastecimento eléctrico a todos os aglomerados populacionais.

8.4. SEGURANÇA PÚBLICA

No domínio da segurança pública o concelho é servido por uma esquadra da Polícia de Segurança Pública localizada na cidade de Castelo Branco; para além das suas tarefas de rotina a PSP presta o serviço Escola Segura, serviço que tenta assegurar a segurança dos alunos na proximidade das escolas e, como projecto imediato, a PSP vai encetar o serviço “Polícia do Bairro” que visa prestar apoio aos cidadãos na proximidade do seu local de residência, ao mesmo tempo que visa reforçar os laços entre os agentes da PSP e as populações.

Ainda no referente a forças de segurança, existem cinco postos da Guarda Nacional Republicana, localizados nas freguesias de Castelo Branco, Alcains, Mata, Malpica do Tejo e S. Vicente da Beira. A GNR presta serviço nalgumas zonas periféricas da cidade de Castelo Branco e nas freguesias.

A actividade da GNR engloba, ainda, o Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), criado em 2001.

No que respeita a Protecção Civil o concelho é servido pelos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, cujo quartel se situa na cidade, mas actuando em todo o concelho.

Prestam serviço voluntário cerca de 70 bombeiros; os bombeiros voluntários, em colaboração com a CMCB, têm vindo a fazer um esforço de reapetrechamento, sendo o equipamento existente considerado satisfatório.

Os fogos florestais são uma das principais ameaças à segurança das pessoas e bens no concelho de Castelo Branco; existem alguns pontos de vigia para detecção de fogos mas o seu número é claramente insuficiente para a área florestal do concelho.

8.5. PATRIMÓNIO

8.5.1. Património Histórico

Segundo o Instituto Português do Património Architectónico¹⁰ (IPPAR), património histórico é o conjunto de bens imóveis de especial interesse histórico, architectónico, artístico, científico, social ou técnico.

¹⁰ Entidade responsável pela classificação dos imóveis.

O concelho de Castelo Branco apresenta alguns imóveis de interesse relevante e como tal classificados pelo IPPAR¹¹ e pela CMCB¹².

Os dois monumentos nacionais do concelho localizam-se ambos na cidade de Castelo Branco e são o cruzeiro de S. João e o Paço Episcopal onde funciona, actualmente, o Museu Francisco Tavares Proença Jr.

Os imóveis de interesse público encontram-se nas freguesias de Castelo Branco, Alcains, Sarzedas e S. Vicente da Beira e são os constantes da listagem seguinte:

Freguesia de Castelo Branco:

- Casa do Arco do Bispo
- Chafariz de S. Marcos
- Palácio dos Viscondes de Portalegre (Edifício do Governo Civil)
- Estação Arqueológica do Monte de S. Martinho
- Ermida de N. Sra de Mércules
- Igreja de S. Miguel (Sé Concatedral)

Freguesia de Alcains:

- Solar dos Goulões
- Casa Trigueiros de Aragão

Freguesia de Sarzedas:

- Pelourinho de Sarzedas

Freguesia de S. Vicente da Beira:

- Pelourinho de S. Vicente da Beira

Classificados como imóveis de interesse municipal encontram-se referenciados os seguintes edifícios:

Freguesia de Castelo Branco:

- Aldeia da Azinheira (aldeia típica da Beira Baixa, actualmente abandonada mas que se pretende reconverter para fins turísticos)

¹¹ Classificação do IPPAR: monumentos nacionais e imóveis de interesse público.

¹² Classificação da CMCB: imóveis de interesse municipal.

- Capela do Espírito Santo
- Capela de N. Sra da Piedade
- Solar dos Viscondes de Oleiros (Edifício da Câmara Municipal)
- Solar dos Cavaleiros

Freguesia de Cafede:

- Casa de Valverde

Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Lardosa:

- Monte de S. José

Para além destes imóveis classificados, existem outros, alguns em vias de classificação, que também têm interesse turístico apesar de menos relevante.

8.5.2. Património Arqueológico

Por Património Arqueológico entende-se todos os bens, vestígios e indícios da passagem do homem sobre determinado território. Cabe ao Instituto Português de Arqueologia (IPA) a preservação e salvaguarda deste património.

Segundo o IPA existem no concelho de Castelo Branco 151 referências arqueológicas de vários tipos, como necrópoles, antas, povoados, casais rústicos, vilas, pontes e vias, inscrições, lagaretas, fornos, minas, menires, arte rupestre e vestígios isolados.

Muitos destes sítios, apesar de referenciados, não foram alvo de escavações aprofundadas, pelo que ainda há muito trabalho a desenvolver no sentido de melhor conhecermos a história do homem nesta região.

O concelho também apresenta pontos de interesse no que se refere à arqueologia industrial; segundo a Câmara Municipal encontram-se referenciadas algumas antigas minas, na freguesia de Sarzedas e duas fábricas em Castelo Branco: a antiga fábrica de tijolo junto ao rio Ponsul e as chaminés da antiga Metalúrgica que datam do século XVIII.

8.5.3. Património Natural

No concelho o património natural é diversificado, rico e ainda não completamente explorado em termos de turismo de natureza; importa realçar a área integrada no Parque Natural do Tejo Internacional pela sua riqueza paisagística, florística e faunística.

No que respeita ao património natural existe um projecto de criação de um centro interpretativo do PNTI na freguesia de Malpica do Tejo.

Estamos perante um território concelhio cuja paisagem, abrangendo uma vasta superfície, se anima, do ponto de vista da sua orografia, em uma sensível diversidade, um pouco à semelhança de toda a região provincial da Beira Baixa. “Uma manta de retalhos, alguns já estremenhos ou alentejanos, uma justaposição de unidades, bem demarcadas no aspecto da paisagem e no modo de viver dos habitantes” (Orlando Ribeiro).

Junto à orla sudeste, afecta à região do Tejo Internacional, regista-se por aí, no aro das extensas freguesias de Malpica do Tejo e Monforte da Beira, uma paisagem de sabor mediterrânico, praticamente intacta, já que o seu secular isolamento terá logrado conservar um encantador carácter puro.

Rios e montanhas de Castelo Branco constituem interessantes repositórios de fantásticas lendas, superstições, tradições e ritos de antigamente.

Determinados testemunhos toponímicos e epigráficos (estes últimos já do âmbito cronológico da romanização, mas referentes a cultos religiosos indígenas e, portanto, pré-romanos) têm sugerido aos estudiosos que determinados montes seriam outrora divinizados, isto é, considerados como entidades sobrenaturais, as quais assumiram um carácter sagrado e às quais, em determinados casos, se prestaria inclusivamente um tipo de culto religioso, com seus específicos rituais.

Também os rios assumiram, em certos casos e na designada Lusitânia pré-romana, um carácter divinizado. Para além da sua beleza e encanto naturais, rios e montanhas convidam-nos perenemente a um regresso às nossas origens.

- O Tejo Internacional:

Sendo o principal rio peninsular, pela sua extensão, o Tejo é também o maior dos caudais fluviais a atravessar em território nacional. Nascendo junto ao Cerro de S. Felipe, em Fuente Garcia (Serra de Albarracim), imediações de Cuenca, este rio corre, de um modo geral, orientado no sentido nordeste-sudoeste, atravessando o pene-planalto de Castela-a-Nova e toda a Extremadura espanhola, até atingir o território nacional. O vale do Tejo Internacional é uma área natural de beleza ímpar, onde uma organização devotada à protecção deste específico âmbito patrimonial – a Quercus -, tem promovido diversas acções, através de um pequeno Centro de Estudos da Natureza dos Alares, situado à margem esquerda da Ribeira do Aravil (tributária do Tejo), na freguesia Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo. O

seu alcance territorial, porém, abarca os aros das freguesias contíguas e já albicastrenses de Malpic do Tejo e Monforte da Beira. Em 2000, toda esta considerável área foi classificada como Parque Natural.

- Gardunha e Murada:

Atingindo uma altitude máxima de 1223 metros, do seu alto se avistam alargadíssimos horizontes em redor, os quais, para o nascente, se estenderão para a vizinha Espanha. O principal dorso da Gardunha, medindo sensivelmente uns vinte quilómetros de comprimento por dez de largura, acha-se orientado no sentido nordeste-sudoeste, envolvendo algumas ramificações tentaculares, de menor pujança. A partir da sua extremidade sudoeste desenvolve-se, para sul, a mais modesta Serra do Muradal (838 metros de altitude máxima, em Pé da Serra), a qual se interpõe entre os territórios concelhio de Castelo Branco (do flanco nascente, com as suas freguesias de Alameda e Sarzedas) e oleiros (na vertente ocidental).

8.5.4. Património Cultural

Um dos ex libris culturais do concelho é o bordado de Castelo Branco que atinge o seu máximo expoente nas “colchas de Castelo Branco”.

As raízes do bordado tradicional de Castelo Branco remontam ao período dos descobrimentos: a importação de colchas chinesas e indo-portuguesas frutificaram numa aculturação evidente no domínio têxtil, proporcionando um vasto repertório decorativo e cromático que, aliado a outras sugestões vindas dos tecidos estampados, gerações anónimas de bordadeiras concretizaram numa expressão decorativa original (Afonso, 1993).

A sua origem, a utilização de conhecimentos empíricos e de materiais todos eles obtidos no mundo rural – linho, seda e tintos – dão a estas colchas uma autenticidade artesanal, que cada vez escasseia mais e que importa proteger, divulgar e desenvolver, preservando as suas autênticas características e o seu inegável valor cultural e artístico (Silveira, 1993).

A produção deste bordado artesanal ressurgiu no século XX devido ao trabalho desenvolvido no Museu Francisco Tavares Proença Jr (onde está patente ao público uma exposição de colchas), nomeadamente através de cursos de formação para bordadeiras e da criação da oficina de bordado.

8.6. REDE ESCOLAR

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86 de 14 de Outubro com as alterações introduzidas pela Lei nº115/97 de 19 de Setembro) define sistema educativo como “o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade”.

O sistema educativo nacional compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais ou de empresas e instituições de solidariedade social (Lei nº 46/86 de 14 de Outubro com as alterações introduzidas pela Lei nº 115/97 de 19 de Setembro).

Os estabelecimentos da rede pré-escolar são os jardins-de-infância, as escolas básicas de 1º ciclo com jardim-de-infância e as escolas básicas integradas com jardim-de-infância.

A educação escolar integra o ensino básico, constituído por três ciclos sequenciais com a duração total de nove anos (o 1º ciclo tem a duração de quatro anos, o 2º ciclo de dois e o 3º ciclo a duração de três anos), o ensino secundário com a duração de três anos e o ensino superior com uma duração de três a cinco anos ao nível da formação inicial.

A educação escolar compreende, ainda, as chamadas modalidades especiais que são o ensino especial, a formação profissional, o ensino recorrente de adultos, o ensino à distância e o ensino do português no estrangeiro (Lei nº 46/86 de 14 de Outubro com as alterações introduzidas pela Lei nº 115/97 de 19 de Setembro).

Por fim a educação extra-escolar integra-se numa perspectiva de formação permanente e visa a globalidade e continuidade da acção educativa.

O concelho de Castelo Branco oferece todas estas modalidades de formação educativa ao nível da rede de ensino público. O ensino particular e cooperativo tem especial incidência na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico.

A rede pública de ensino (excluindo o ensino superior) assenta nos agrupamentos de escolas que constituem actualmente, a célula organizativa do sistema de ensino.

De acordo com o roteiro de escolas do Ministério da Educação, existem no concelho seis agrupamentos de escolas (quatro com sede na freguesia de Castelo Branco, uma em Alcains e um na freguesia de S. Vicente da Beira)¹³.

No que respeita à rede pré-escolar existem no concelho de Castelo Branco 35 estabelecimentos, sendo 17 da rede pública, e os restantes de instituições de solidariedade social, da segurança social e particulares. Das 25 freguesias do concelho, 18 estão cobertas pela rede pré-escolar, nas restantes sete este sistema não existe devido ao insuficiente número de crianças em idade pré-escolar. No que respeita ao dimensionamento da rede verificamos que existe insuficiência a nível da freguesia de Castelo Branco,

¹³ Ver anexo.

o que justifica as listas de espera na maioria dos estabelecimentos; a nível das freguesias os principais problemas são a inadequação de algumas instalações e o facto do reduzido número de crianças e/ou de pessoal associado à exiguidade dos espaços impossibilitar o funcionamento simultâneo de várias salas. Do ponto de vista da aprendizagem este facto é negativo uma vez que na mesma sala e fazendo as mesmas actividades existem crianças de idades diversas. Saliente-se que a população em idade pré-escolar tem vindo a aumentar na freguesia de Castelo Branco, o que provocou a saturação da rede existente; nas restantes freguesias, a dinâmica populacional é inversa, pelo que o número de alunos tem vindo a baixar.

Relativamente aos estabelecimentos de 1º ciclo do ensino básico, existem 35 escolas divididas pelas várias freguesias, sendo a freguesia de Castelo Branco a mais representada, com 12 escolas; Cafede é a única freguesia onde não funciona uma escola de 1º ciclo. Mais uma vez se verificam grandes assimetrias de funcionamento: nalgumas freguesias o problema coloca-se ao nível do número de alunos, que por ser tão reduzido, obriga à constituição de uma única turma onde convivem crianças que frequentam do 1º ao 4º anos; na freguesia de Castelo Branco, a maioria das escolas funciona em regime de desdobramento, solução encontrada para dar resposta às solicitações da procura. Outro factor de insatisfação prende-se com o facto de poucas escolas oferecerem o serviço de ocupação de tempos livres. De modo geral o número de alunos inscritos no 1º ciclo do ensino básico tem vindo a baixar, o que se explica, mais uma vez, pela recessão demográfica. Saliente-se novamente que o saldo natural do concelho é negativo e que o acréscimo de população apenas se reflecte na faixa etária activa.

Ministrando os 2º e 3º ciclos do ensino básico, existem seis estabelecimentos de ensino: um em S. Vicente da Beira (servindo as populações das freguesias de S. Vicente da Beira, Louriçal do Campo, Alameda, Sobral do Campo e Ninho do Açor), um em Alcains (servindo as populações das freguesias de Alcains, Escalos de Cima, Lousa, Lardosa, Tinalhas, Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede) e quatro estabelecimentos em Castelo Branco, que servem as populações das restantes freguesias. O número de alunos inscritos no 2º e 3º ciclos do ensino básico apresenta um comportamento em tudo idêntico ao que foi referido para o 1º ciclo.

O ensino secundário é ministrado em sete escolas, sendo uma em Alcains e as restantes seis em Castelo Branco; destas seis escolas, três são profissionais (Escola Profissional Agostinho Roseta, Escola Tecnológica e Profissional Albicastrense e Instituto de Educação Técnica de Seguros), nas outras três escolas (Dr. Faria de Vasconcelos, Nuno Álvares e Amato Lusitano) são oferecidos cursos do ensino geral, humanísticos e tecnológicos.

A evolução do número de alunos segue a tendência atrás enunciada, mas a perda de alunos é mais significativa nos cursos gerais do que nos profissionais.

A oferta educativa especial é oferecida por três entidades, o Conservatório Regional de Castelo Branco que actua na área do ensino da música, a Associação de Apoio à Criança do Distrito de Castelo Branco e a Associação de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental, todas elas sediadas na cidade de Castelo Branco.

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) é a instituição de ensino superior presente no concelho. Com sete escolas (seis em Castelo Branco e uma em Idanha-a-Nova) o IPCB oferece uma formação diversificada nas áreas de Ciências Agrárias e Alimentares e Gestão dos Recursos Naturais e Ambiente (Escola Superior Agrária); Saúde, (Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias); Gestão, Contabilidade e Marketing (Escola Superior de Gestão); engenharias e tecnologias (Escola Superior de Tecnologia); educação, secretariado e serviço social (Escola Superior de Educação); design têxtil de moda, design gráfico e música (Escola Superior de Artes Aplicadas).

Em 2003/2004, encontravam-se matriculados no IPCB 4673 alunos provenientes de todos os pontos do país; o corpo docente era constituído por 466 professores e o número de funcionários ascendia a 239.

No que respeita a formação profissional existem diversas entidades, públicas e privadas, que promovem cursos de formação profissional destinados a públicos diversos, activos, desempregados e jovens à procura de 1º emprego.

Como entidades públicas destaca-se o Centro de Formação Profissional dependente do Instituto do Emprego e Formação Profissional que dá formação nas áreas de construção civil e obras públicas, electricidade e electrónica, metalurgia e metalomecânica, reparação e manutenção de veículos, restauração e hotelaria, serviços pessoais e à comunidade e serviços administrativos e financeiros.

Das entidades privadas, pelo número de cursos e diversificação da oferta, destaca-se o NERCAB (Associação Empresarial do Distrito de Castelo Branco). Informações por nós recolhidas junto de diversas entidades indicam que a formação profissional ministrada é adequada às necessidades das empresas.

Como conclusão considera-se que a rede escolar do concelho é muito satisfatória: a freguesia de Castelo Branco oferece todos os graus de ensino, em Alcains é possível estudar até ao 12º ano, em S.Vicente da Beira até ao 9º ano e as restantes freguesias (à excepção de Cafede) todas possuem escolas do 1º ciclo do ensino básico. A rede pré-escolar cobre 18 freguesias do concelho.

8.7. ACESSIBILIDADES

Relativamente à rede viária, o concelho é atravessado pela A23 (auto-estrada da Beira Interior) que faz para Norte a ligação até à Guarda e para Sul até ao nó de Torres Novas onde entronca na A1, e que permite a ligação para Sul até Lisboa (A1), Algarve (A2); para Norte até Valença fazendo a ligação a Espanha; para Oeste, através da A15, faz-se a ligação até ao litoral.

Pelo interior, a ligação até Coimbra é feita pelo IC8 (estando por completar o troço Proença-a-Nova/Castelo Branco); a ligação a Espanha por Este é feita através de estradas nacionais e municipais.

A região há muito que reivindica a construção do IC31 que facilitaria a ligação a Espanha com inúmeras vantagens no transporte de pessoas e mercadorias; esta via seria uma porta de entrada/saída para a Europa uma vez que em Espanha já está construída a auto-estrada Plasencia/Madrid.

No que respeita às acessibilidades intra-concelhias existe uma rede de vias nacionais, regionais e municipais que permitem o acesso entre as várias freguesias e a sede de concelho.

As estradas municipais muitas delas estão em mau estado de conservação o que, associado à largura e sinuosidade das mesmas, aumenta consideravelmente o tempo de viagem.

No que respeita à rede ferroviária o concelho é servido pela linha da Beira Baixa, que faz o trajecto Lisboa/Covilhã, com ligações à Guarda a partir da Covilhã, à linha do Leste a partir de Abrantes e à linha do Norte a partir do Entroncamento.

No concelho existem três estações ferroviárias, localizadas em Castelo Branco, Alcains e Lardosa e dois apeadeiros, em Retaxo/Cebolais de Cima e Benquerenças.

A electrificação da linha da Beira Baixa arrasta-se há largos anos com inúmeras desvantagens para os utentes; estima-se que quando esta obra se concretizar, o tempo de viagem até Lisboa seja encurtado em cerca de uma hora.

No concelho existe ainda um aeródromo que não está homologado para transporte de passageiros e um heliporto situado junto ao hospital distrital Amato Lusitano que é utilizado para evacuar doentes em estado grave.

A construção de um aeródromo com condições de aterragens para pequenos aviões de passageiros é uma aspiração do concelho que também tarda em concretizar-se.

8.8. SISTEMAS DE TRANSPORTE

A nível inter-regional o sistema de transportes públicos assenta na rede de expressos (transporte rodoviário) e no transporte ferroviário assegurado pela CP. Os pontos de partida/chegada localizam-se na cidade de Castelo Branco.

Há uma grande desarticulação entre estas duas estruturas uma vez que a estação ferroviária e o terminal rodoviário distam entre si cerca de 800 m e os utentes têm de se deslocar a pé ou de taxi para efectuarem este percurso. Os horários também estão desfasados entre si.

Existe um projecto de construção de um centro coordenador de transportes que ficará situado por detrás da actual estação ferroviária e que prevê a interface rodoviário/ferroviário. Trata-se de um projecto estruturante que irá melhorar consideravelmente o sistema de transportes.

A rede de expressos permite a ligação ao Alentejo e Algarve (uma carreira diária), a Coimbra (quatro carreiras diárias), a Lisboa (seis carreiras diárias) e a Fafe (duas carreiras diárias).

No que respeita a transporte ferroviário o concelho é servido por quatro comboios inter cidades, seis regionais, dois inter-regionais e cinco comboios de mercadorias.

As ligações intra-regionais são muito mais débeis do que as inter-regionais; a regressão populacional e a utilização do transporte privado conduzem a uma menor procura e, por outro lado, a fraca rentabilidade destes percursos, leva a uma diminuição da oferta de transportes públicos.

As carreiras intra-regionais fazem a ligação a outros concelhos limítrofes mantendo o contacto das populações com a sede de distrito.

O transporte ferroviário permite a ligação a Vila Velha de Ródão, Fundão e Covilhã; o rodoviário liga Castelo Branco aos concelhos de Vila Velha de Ródão, Fundão, Covilhã, Penamacor, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova, Oleiros e Sertã.

A melhoria verificada nas redes viárias permitiu encurtar a duração da viagem para a generalidade dos concelhos atrás referidos e principalmente para o Fundão e Covilhã em que o trajecto é integralmente feito em auto-estrada.

As ligações intra-concelhias fazem-se, sobretudo por via rodoviária, uma vez que o caminho-de-ferro apenas permite ligações às freguesias de Alcains e Lardosa.

As carreiras intra-concelhias são muito importantes para os alunos em idade escolar que, a partir do 2º ciclo do ensino básico tem de se deslocar a Castelo Branco, Alcains ou S. Vicente da Beira; também para as pessoas que vivem nas freguesias mas trabalham em Castelo Branco, estas ligações são de vital importância. A manutenção da população nas freguesias depende, também, da eficiência destas ligações e da sua adequação às necessidades dos utentes.

A organização do serviço de transportes públicos colectivos rodoviários não reflecte preocupações de ligação dos aglomerados às respectivas sedes de freguesia, nem entre freguesias, mas apenas a ligação à sede de concelho (Planraia, 2004).

A partir da cidade existem 19 carreiras diárias que não servem directamente 65 aglomerados do concelho localizados, sobretudo, nas freguesias mais periféricas, como Alameda, S.Vicente da Beira, Santo André da Tojeiras e Sarzedas (Planraia, 2004).

Tendo em conta a rede viária e o tipo de percurso (normalmente adopta-se o trajecto mais longo que serve mais aglomerados) a velocidade média destas carreiras ronda os 40/50 km/h e os percursos chegam a demorar mais de 80 minutos, nos casos de Alameda e S. Vicente da Beira.

Os horários também não são os mais adequados pois, de manhã, partem das freguesias por volta da 7h, o que implica uma chegada temporã à cidade e obriga a tempos de espera antes do início das

actividades; à tarde, facto semelhante ocorre, uma vez que a partida de Castelo Branco ocorre no fim da tarde.

A debilidade destas ligações tem levado ao predomínio do transporte privado sobre o colectivo. Os grupos mais afectados são os jovens em idade escolar e os idosos.

Relativamente a transportes urbanos existem seis carreiras que asseguram as ligações dentro da cidade entre as 6.20h e 01.30h (Planraia, 2004).

Algumas destas carreiras têm uma frequência muito reduzida, limitando-se aos períodos de entrada e saída das escolas.

De modo geral o serviço prestado levanta queixas dos utentes quer pela reduzida frequência quer pelo incumprimento dos horários fixados e ainda pelo facto de algumas zonas periféricas não serem servidas por qualquer carreira.

Deste modo não admira que o transporte privado seja maioritariamente utilizado nas deslocações pela cidade; este facto levou a um aumento no fluxo de tráfego e a problemas de estacionamento nomeadamente no centro da cidade, que já se encontram, em parte, resolvidos com a abertura do parque de estacionamento subterrâneo da Devesa.

A CMCB tem em curso vários projectos de construção de circulares externas com o objectivo de desviar o tráfego do centro da cidade e facilitar as acessibilidades dentro da cidade.

Como conclusão pode dizer-se que o concelho de Castelo Branco apresenta as seguintes debilidades nos sistemas de transporte público, principalmente a nível intra-concelhio e urbano:

- A inexistência de um centro coordenador de transportes não permite uma articulação entre os transportes rodoviária e ferroviário com evidentes prejuízos para os utentes;
- A sobre-utilização do transporte privado tem causado alguns problemas ao nível do estacionamento e do congestionamento das principais artérias da cidade.

8.9. COMUNICAÇÕES

8.9.1. Distribuição postal

A distribuição postal no concelho é feita a partir de dois centros de distribuição postal, localizados em Castelo Branco e Alcains, e 13 estações de correios. Nas freguesias onde não existe estação de correios, o serviço postal é assegurado em postos de correio que funcionam nas Juntas de Freguesia, Casas do Povo ou mesmo em estabelecimentos comerciais privados (Planraia, 2004).

Nalgumas freguesias a distribuição postal é feita porta a porta; em aglomerados urbanos mais dispersos e menos populosos a correspondência é colocada em locais que centralizam as caixas de correio dos residentes.

8.9.2. Telecomunicações

O concelho está servido pela rede fixa de telefone e pelas redes das três operadoras móveis. Em Castelo Branco e Alcains a rede fixa é digital o que permitiu a implementação de sistemas de acesso à internet mais rápidos e eficientes (sistemas de banda larga); nas restantes freguesias a rede fixa ainda é analógica.

Existem postos de telefone público em todo o concelho.

A utilização da internet tem vindo a aumentar de forma muito significativa; recentemente, abriu em Castelo Branco um cybercentro, que constitui um espaço privilegiado para a divulgação das novas tecnologias.

Nas zonas rurais nota-se um certo desinteresse pelas tecnologias de informação; os dados obtidos no âmbito do programa Ruraltech¹⁴ mostram que a população rural não utiliza a internet nem o correio electrónico, por desconhecimento nalguns casos, noutros porque não tem pontos de acesso. No sentido de inverter esta situação, nas actividades previstas no Ruraltech estão incluídas algumas acções de formação.

No que respeita aos serviços por cabo (televisão, telefone e internet) eles apenas estão disponíveis em Alcains e nalgumas zonas da cidade de Castelo Branco. A empresa que presta este serviço é a Cabovisão.

8.10. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

8.10.1. Equipamentos Desportivos

De acordo com os dados do Instituto do Desporto de Portugal, o concelho de Castelo Branco é servido pelas seguintes instalações desportivas:

- 30 grandes campos com uma área total de 152 218 m²
- 27 pequenos campos com uma área total de 23 074 m²

¹⁴ Programa comunitário em que o Instituto Politécnico de Castelo Branco é parceiro.

- 1 pista de atletismo homologada pela Federação Portuguesa de Atletismo
- 19 campos de ténis com uma área total de 12 166 m²
- 2 piscinas cobertas com tanque de aprendizagem
- 6 piscinas de ar livre
- 39 pavilhões polidesportivos

Estas instalações pertencem à Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Clubes Desportivos, Associações e Instituições de Ensino, como é o caso da pista de atletismo que pertence ao Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Existem ainda outro tipo de equipamentos, mais especializados como os circuitos de manutenção (dois), campos de tiro aos pratos (quatro), um parque de desportos motorizados pertencente à Escuderia de Castelo Branco e um aeródromo.

No que respeita à localização dos equipamentos, a freguesia de Castelo Branco é nitidamente privilegiada em detrimento das restantes, nomeadamente no que se refere a equipamentos especializados.

Algumas destas instalações nomeadamente o Pavilhão Municipal são também utilizadas para a realização de outro tipo de espectáculos que não os desportivos.

De um modo geral as instalações estão abertas à população em geral o que constitui um factor muito positivo.

A interface desporto/lazer não está convenientemente aproveitada: não existem ciclovias, circuitos para *jogging* e há poucos percursos pedestres convenientemente sinalizados e divulgados.

8.10.2. Equipamentos de saúde

O SNS é o conjunto de instituições e serviços, dependentes do Ministério da Saúde, que tem como missão, garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, nos limites dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis.

O SNS abrange, ainda, os estabelecimentos privados e profissionais de saúde em regime liberal, com os quais tenham sido celebrados contratos ou convenções que garantam o direito de acesso dos utentes em moldes semelhantes aos dos estabelecimentos públicos.

No concelho de Castelo Branco a rede de cuidados de saúde primários é prestada pelo Centro de Saúde de Castelo Branco que possui 17 extensões localizadas nas freguesias de Alcains, Alameda, Cebolais de Cima, Escalos de Baixo, Escalos de Cima, Lardosa, Lousa, Malpica do Tejo, Monforte da Beira, Mata,

Póvoa de Rio de Moinhos, Salgueiro do Campo, Sarzedas, S. André das Tojeiras, S. Vicente da Beira, Sobral do Campo e Tinalhas.

No centro de saúde prestam serviço 35 médicos e 32 enfermeiros.

Muito recentemente foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Administração Regional de Saúde do Centro com vista à construção de um novo centro de saúde, em Castelo Branco, dada a exiguidade de instalações do actual centro.

No que respeita aos cuidados de saúde secundários, a população do concelho é assistida pelo Hospital Distrital Amato Lusitano.

No que respeita a equipamentos especializados, existe no concelho um Centro de Saúde Mental gerido pela Associação de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental e dois centros de atendimento a toxicodependentes, localizados em Castelo Branco e Louriçal do Campo.

Este conjunto de serviços é complementado por uma rede de farmácias. Segundo dados da Associação Nacional de Farmácias existem no concelho 15 farmácias, sendo oito na cidade e uma em cada uma das seguintes localidades: Alcains, Cebolais de Cima, Escalos de Cima, Louriçal do Campo, Salgueiro do Campo e S.Vicente da Beira.

Consideramos que esta rede de cuidados de saúde cobre o concelho de modo minimamente satisfatório, situando-se as principais carências ao nível dos recursos humanos, principalmente pessoal médico que é escasso para as necessidades dos utentes.

8.10.3. Equipamentos Culturais

Existem no concelho nove museus localizados em Castelo Branco (seis), Alcains (um), S. Vicente da Beira (um) e Ninho do Açor (um).

- Museu Francisco Tavares Proença Júnior
- Museu de Arte Sacra (Convento da Sra da Graça)
- Museu Académico (actualmente fechado e com um projecto de reinstalação)
- Colecção da Sé-Concatedral
- Colecção da Igreja de Santo António
- Museu de História Natural da Escola Nuno Álvares
- Museu do Canteiro (Alcains)

- Museu de Arte Sacra de S. Vicente da Beira
- Núcleo Museológico do Azeite (Ninho do Açor)

Em fase de projecto estão a criação de um pólo da Fundação Cargaleiro na cidade de Castelo Branco e a constituição de um Núcleo de Tapeçaria Contemporânea na Escola Superior de Artes Aplicadas.

No que respeita a salas de exposição/galerias de arte, para além dos espaços de alguns museus, temos ainda a Casa do Arco do Bispo (propriedade da Junta de Freguesia de Castelo Branco) e a Sala da Nora (localizada no Cine-teatro Avenida e propriedade da CMCB). Recentemente foi inaugurado o Centro Cultural de Alcains que veio reforçar os equipamentos culturais do concelho e que dispõe de espaços de exposição.

Nos Serviços Centrais do IPCB também é costume organizar exposições numa sala adaptada para o efeito.

Alguns bares da cidade recebem exposições com uma certa regularidade.

Quanto a salas de espectáculos a oferta é diminuta e circunscreve-se às freguesias de Castelo Branco e muito recentemente de Alcains. Destes, existe apenas uma sala de cinema; o cine clube de Castelo Branco “Cinecidade” tem uma actividade esporádica e utiliza as instalações do Cine-teatro Avenida.

Há duas companhias de teatro amador, o Grupo “Vaatão” sediado em Castelo Branco e o grupo “ A Carroça” (teatro infantil) em Alcains.

Os principais dinamizadores culturais do concelho são a Câmara Municipal, o Instituto Politécnico, o Conservatório Regional e Belgais (centro para o ensino das artes).

8.10.4. Equipamentos de Acção Social

Relativamente a este ponto, a principal fonte de informação foi a Carta Social, base de dados do Ministério do Trabalho e Segurança Social, que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da rede de serviços e equipamentos, relacionáveis entre si e com referenciação geográfica a nível da freguesia.

Relativamente aos equipamentos sociais, a situação do concelho é muito diversa: algumas freguesias possuem uma rede social muito débil e claramente desadequada às necessidades da população, outras, como é o caso da freguesia de Castelo Branco já possuem uma rede de apoio social mais consistente. No entanto, a análise dos dados disponíveis mostra que as infra estruturas de apoio social são, na maioria das valências, insuficientes.

Segundo os dados constantes da Carta Social a situação dos equipamentos de acção social no concelho de Castelo Branco é a seguinte:

- Serviços e equipamentos para crianças e jovens:

No concelho existem 13 creches que se localizam em Castelo Branco (dez), Cebolais de Cima (um), Alcains (um) e S. Vicente da Beira (um). Em Cebolais de Cima e S. Vicente o número de utentes é inferior à capacidade, em Alcains é superior, 32 utentes sendo a capacidade de 27 e, em Castelo Branco a capacidade instalada é de 494 utentes estando preenchidos 447 lugares.

Relativamente a centros de actividades de tempos livres, existem oito instituições a prestar este tipo de apoio, sendo seis em Castelo Branco (684 utentes para uma capacidade de 780), uma em Lardosa (21 utentes para uma capacidade de 21) e uma em Almededa (dez utentes para uma capacidade de trinta).

A rede de equipamentos para crianças e jovens é complementada com dois lares para crianças e jovens, ambos localizados em Castelo Branco (73 utentes para uma capacidade de 84) e um centro de acolhimento temporário, igualmente em Castelo Branco, que se encontra totalmente ocupado mas que tem uma capacidade de apenas cinco utentes.

- Serviços e equipamentos de reabilitação e integração da pessoa com deficiência:

Nesta área é de destacar a acção da Associação de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental que gere dois centros de actividades ocupacionais com capacidade para 70 pessoas, um lar de apoio para 18 utentes (que se encontra completo) e três lares residenciais com uma capacidade de 105 utentes.

A Associação de Apoio à Criança também dispõe de um lar residencial com capacidade para 19 utentes e que se encontra completo.

Todos estes equipamentos estão localizados na cidade de Castelo Branco.

- Serviços e equipamentos para idosos:

No concelho existem seis centros de convívio sendo quatro em Castelo Branco, um em Alcains e um em Escalos de Cima. Existem ainda 24 centros de dia, sendo quatro em Castelo Branco, dois em Salgueiro do Campo e um em cada uma das seguintes freguesias: Alcains, Almededa, Benquerenças, Cebolais de Cima, Escalos de Baixo, Escalos de Cima, Lardosa, Lousa, Louriçal do Campo, Malpica do Tejo, Mata, Monforte da Beira, Póvoa de Rio de Moinhos, Sarzedas, S. Vicente da Beira, Sobral do Campo e Tinalhas.

No que respeita a lares para idosos existem nove (sendo cinco em Castelo Branco, um em Cebolais de Cima, um em Alcains, um em Lardosa e um em S. Vicente da Beira) que se encontram completos ou acima das suas capacidades como é o caso dos lares de Alcains e de Lardosa.

Atendendo às altas taxas de envelhecimento da população do concelho os equipamentos sociais de apoio a idosos são insuficientes para as necessidades.

- Serviços e equipamentos para a família e comunidade:

Relativamente a esta área de apoio social apenas existe um centro de acolhimento temporário, pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, que presta apoio a 59 utentes, número muito superior à sua capacidade.

- Serviços e equipamentos para toxicodependentes:

Para o apoio a toxicodependentes existe um apartamento de reinserção social, na cidade de Castelo Branco, com capacidade para dez utentes e que se encontra completo.

- Respostas sociais integradas:

Existe uma Unidade de Apoio Integrado com capacidade para 20 utentes que funciona no Centro comunitário João Carlos Abrunhosa e uma Unidade de Apoio Domiciliário Integrado com capacidade para 20 utentes.

Estas duas estruturas são geridas pela Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco.

O concelho é claramente deficitário em equipamentos e serviços de apoio social, existindo grupos particularmente vulneráveis, como os idosos, portadores de deficiência e toxicodependentes. Também os serviços de apoio à família são praticamente inexistentes.

8.11. ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

O concelho de Castelo Branco é objecto da intervenção de várias organizações de desenvolvimento local, a saber:

- a Associação de Desenvolvimento da Raia Centro-Sul - ADRACES;
- a Amatus Lusitano;
- a ADESGAR - Associação de Desenvolvimento e Defesa da Serra da Gardunha;
- a Pinus Verde;
- a Agência de Desenvolvimento Regional Beiralusa.

A ADRACES, com sede em Vila Velha do Ródão, tem como principal objectivo a promoção do desenvolvimento socio-económico nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão e Fundão. Com esse objectivo, esta associação implementou as duas primeiras fases do programa de iniciativa comunitária para o desenvolvimento rural LEADER, encontrando-se actualmente na implantação da sua terceira fase: LEADER+. Tem usado os apoios financeiros desse programa para dinamizar o aparecimento ou financiar as iniciativas promovidas por agentes económicos, administrativos ou culturais da região.

A intervenção desta associação tem passado pela:

- promoção da formação profissional integrada em meio rural;
- dinamização e sensibilização das populações locais para o desenvolvimento;
- valorização e promoção dos produtos locais;
- promoção, dinamização e apoio ao artesanato, pequenas e médias empresas e serviços de apoio;
- promoção do turismo rural, valorização do património histórico-cultural e promoção e divulgação turística;
- apoio a projectos relativos ao ambiente e recursos florestais, bem como valorização de bacias de água e zonas ribeirinhas;
- criação de uma rede de promoção e informação aos empresários existentes no meio rural;
- cooperação transnacional;
- criação de condições que proporcionem o eventual retorno dos naturais da região, residentes noutras zonas do país e do estrangeiro, bem como a criação de condições para a promoção e implementação na região dos seus projectos de vida;
- detecção e promoção de actividades inovadoras que promovam e diversifiquem a base produtiva local, através da introdução de novas tecnologias, novas formas de gestão, sistemas de qualidade, novas competências, etc.;
- cooperação inter-associações, no sentido de se promover conjuntamente, produtos locais e turísticos, no país e no estrangeiro, como forma facilitadora da inclusão em novos mercados;
- aproveitamento os recursos humanos e materiais (e seu eventual reforço) existentes nas associações locais, para animar o tecido social e económico local, de modo a fazer surgir uma nova mentalidade empresarial;

- criação de pequenas empresas capazes de incorporar valor em certas produções locais e gerar emprego;
- animação e criação de estruturas associativas e recreativas de índole cultural e económica, capazes de articular e fortalecer o tecido económico e social local;
- criar uma imagem de marca para as produções locais;
- apoio às formas de divulgação das actividades e das produções da área, através da elaboração de catálogos, desdobráveis e outras formas de tipo multimédia.

Padece do problema de muitas associações de desenvolvimento no nosso País que é o de não conseguir ter recursos financeiros próprios.

A associação Amato Lusitano, sediada na cidade de Castelo Branco, visa a animação do desenvolvimento de pessoas e comunidades no sentido de prevenir ou atenuar a exclusão social. Tal passa pela promoção de competências sociais, animação de formas de cooperação e valorizando a componente lúdica, assente na identidade e recursos locais. No âmbito do Programa de Luta Contra a Pobreza desenvolve o projecto Porta Aberta, de que é entidade gestora, tem desenvolvido intervenções em habitações degradadas, nomeadamente na zona histórica da cidade, apoio a idosos, à comunidade imigrante e cigana, a desempregados, a trabalhadores precários, etc., e acções de sensibilização. Tal tem implicado a colaboração e apoio de diversas entidades. Exemplo de trabalho com as comunidades imigrantes é o da criação de um centro local de apoio à comunidade imigrante. Colaborou com a associação Outrem no projecto Clube Bus de luta contra as toxicodependências: um velho autocarro de dois andares instalado numa zona nova da cidade propõe aos jovens actividades de ocupação dos tempos livres.

A ADESGAR, com sede na cidade vizinha do Fundão, tem como principal objectivo a preservação do património natural e cultural da Serra da Gardunha, na promoção da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da sua população. Fazem parte da área geográfica de intervenção desta associação treze freguesias do concelho do Fundão e duas do concelho de Castelo Branco. Perante a existência no referido espaço, incluído na Rede Natura 2000, de um endemismo vegetal (*Asphodelus bento-rainhae*) essa associação procurou, com recurso ao programa de apoio à conservação Life, desenvolver acções de conservação do povoamento florestal aí existente, nomeadamente adquirindo terrenos florestados e sensibilizando os proprietários de outros para a conservação da referida. Recorrendo ao apoio estatal, dotou-se de uma equipa de sapadores florestais. O programa Life terminou sem que todos os objectivos fossem comprometidos. Esteve envolvida no plano de criação do Parque Natural da Serra da Gardunha.

A dependência de financiamentos exteriores está a dificultar a manutenção das equipas de sapadores florestais, já que os proprietários florestais não se encontram motivados para um maior cuidado das suas matas e a pagar a quem o faça. O baixo retorno que esperam ter de tais investimentos explica tal situação. A Serra da Gardunha foi, entretanto, atingida pelo fogo no Verão de 2003.

A Pinus Verde está sediada na aldeia de Bogas de Cima, no concelho do Fundão. Inicialmente vocacionada para o desenvolvimento florestal, transformou-se, de forma quase natural, numa verdadeira associação de desenvolvimento local, com intervenção em muitas outras actividades económicas e outros aspectos da vida das populações: artesanato, valorização turística de espaços mineiros, etc. Contudo, a sua intervenção no concelho de Castelo Branco é relativamente mínima, consistindo essencialmente na integração das freguesias de S. Vicente da Beira e Almededa na zona de intervenção das duas brigadas de sapadores florestais que esta associação constituiu. Também esta associação enfrenta dificuldades no suporte financeiro ao funcionamento destas brigadas.

A Beiralusa, é uma agência de desenvolvimento regional, criada no contexto do subprograma programa IQADE – Implementação e Qualificação de Agências de Desenvolvimento, do programa PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional). Este tipo de instituições foi criado com o objectivo de serem plataformas de colaboração entre os diferentes agentes com potencial intervenção nas múltiplas dimensões dos processos de desenvolvimento regional. A Beiralusa deveria desenvolver esse tipo de trabalho nos concelhos de Belmonte, Castelo Branco, Covilhã, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão Esse objectivo só tem sido concretizado no que diz respeito a um pequeno número de tipos de intervenções, como é o caso do projecto Beira Baixa digital da Beiralusa. Na verdade, estas instituições acabam por ter uma intervenção muito sectorial, como acontece com as instituições que deveriam colocar em rede.

Além destas associações, promotoras do desenvolvimento, existem outras entidades que, dada a dimensão múltipla do conceito de desenvolvimento, estão ligadas à promoção do mesmo, embora com perspectivas diferentes, como é exemplo a associação Outrem. Por vezes, contudo, constata-se uma certa dificuldade de reconhecimento do papel de outras entidades nos campos de actuação de cada uma, bem como o assumir como também seus certos objectivos da actividade de terceiras entidades.

Tal poderá relacionar-se com outro problema que enfrentam estas entidades que é o da sua sustentabilidade. Até agora, têm assente na realização de projectos subvencionados ou contratualizados, em apoios de terceiros e muito pouco em receitas próprias.

São referidos casos de sucesso na busca desta capacidade de sustentação. (Carvalho: comunicação pessoal). Tal passa, aparentemente, pela multiplicação de tarefas que podem desempenhar, o que será dificultado pelo crescimento desordenado do número de entidades. Constata-se, por vezes, como razão para esta situação, a iniciativa de técnicos na sua busca de inserção profissional. Uma melhor comunicação entre entidades, nomeadamente na gestão de recursos humanos, poderia, talvez, ajudar a atenuar este efeito, tendo também outras vantagens.

Simões et al. (2001), a propósito do desenvolvimento da empresarialidade em meios rurais, referem a exigência para esse tipo de intervenção da existência de competências específicas e mais diversificadas, dessas intervenções serem tecnicamente fundamentadas, de haver uma aposta na animação económica, de diferenciação nas estratégias de intervenção e de concertação entre agentes.

9. INCIDÊNCIA DAS ACTIVIDADES HUMANAS NA SUSTENTABILIDADE

No que diz respeito ao presente capítulo, pretende-se avaliar todo o tipo de actividades culturais, económicas, sociais, etc que tenham impacte / relevância no concelho de Castelo Branco, relativamente a um conjunto de valores para a sustentabilidade. Estes valores não devem ser confundidos com indicadores de sustentabilidade. Os valores de sustentabilidade são os parâmetros que se podem considerar como a “Sustentabilidade” / “Qualidade de Vida” local, que no seu todo conferem a identidade ao território e a sua eventual sustentabilidade.

Neste exercício considerámos os seguintes valores de sustentabilidade : emprego; educação; saúde; qualidade da água; qualidade do ar/ruído; qualidade do solo; mobilidade/assessibilidades; paisagem; património natural; património cultural; ruralidade e urbanismo.

Todo o processo de avaliação da sustentabilidade local é complexo e muitas vezes subjectivo. A síntese que agora se apresenta não deve ser considerada mais do que uma primeira aproximação que, todavia, encerra já bastante reflexão.

Assim, as Tabela 20 a 27 propõem uma matriz da sustentabilidade do Concelho de Castelo Branco.

TABELA 20 - INCIDÊNCIA DA INDÚSTRIA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	INDÚSTRIA						
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	Consequência
Emprego	X					- Crescimento industrial.	- Criação de postos de trabalho.
Educação			X			—	—
Saúde				X		- Degradação da qualidade do ar; - Ruído produzido pela actividade industrial.	- Eventuais doenças respiratórias e doenças causadas pela exposição ao ruído.
Qualidade da Água				X		- Ligações clandestinas aos colectores municipais; - Descargas de águas residuais não autorizadas em linhas de água.	- Contaminação dos cursos de água com elevadas cargas orgânicas; - Diminuição das eficiências de tratamento das ETAR do concelho, todas com tratamento biológico.
Qualidade do Ar / Ruído				X		- Emissão de gases para a atmosfera: SO ₂ , CO, CO ₂ , NO _x , partículas e metais pesados; - Ausência ou escassez de protecção acústica na periferia das unidades industriais.	- Degradação da qualidade do ar.
Qualidade do Solo				X		- Fraca capacidade de resposta do sistema de recolha e tratamento de resíduos.	- Impactes ambientais (eventualmente de risco) não quantificáveis.
Mobilidade / Acessibilidades			X			—	—
Paisagem			X			- Ausência de planeamento dos espaços livres existentes na zona industrial de Castelo Branco.	- Inexistência de espaços verdes e outros espaços propiciadores de uma melhor qualidade de vida para quem trabalha na zona industrial.
Património Natural			X			—	—
Património Cultural			X			—	—
Ruralidade				X		- Crescimento industrial centrado nas zonas industriais de Castelo Branco e Alcains.	- Aumento do “fluxo migratório” das zonas rurais do concelho para a cidade de Castelo Branco com o consequente despovoamento das freguesias rurais.
Urbanismo				X		- Efeito polarizador das zonas industriais; - Atracção populacional.	- Crescimento urbano algo desordenado.

TABELA 21 - INCIDÊNCIA DO TURISMO NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	TURISMO						Consequência
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	
Emprego		X				<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um reduzido número de estabelecimentos empresariais ligados ao sector do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidades de emprego neste sector podem ser melhor aproveitadas; - Deficiente preparação dos profissionais e fraca capacidade empresarial.
Educação			X			<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de escolas profissionais no sector do turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Deficiente preparação dos profissionais e fraca capacidade empresarial.
Saúde						<ul style="list-style-type: none"> - As actividades desportivas associadas ao turismo são pouco dinamizadas, exemplo disso é a inexistência de percursos pedestres assinalados no terreno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Carência de algumas modalidades desportivas, com efeitos sobre a saúde.
Qualidade da Água		X				<ul style="list-style-type: none"> - Actividades balneares e náuticas reduzidas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Efeitos sobre a qualidade da água muito reduzidos.
Qualidade do Ar / Ruído		X				—	—
Qualidade do Solo		X				—	—
Mobilidade / Acessibilidades		X				—	—
Paisagem			X			<ul style="list-style-type: none"> - Baixa exploração turística. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa conservação e valorização da paisagem.
Património Natural						<ul style="list-style-type: none"> - Baixa exploração do turismo de natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa valorização do património natural.
Património Cultural		X				<ul style="list-style-type: none"> - Baixa exploração desta vertente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não aproveitamento das potencialidades do turismo na preservação e valorização do património cultural.

(continua)

(continuação)

VALORES DE SUSTENTABILIDADE		TURISMO					
		Impactes					
2		1	0	-1	-2	Causa	Consequência
Ruralidade				X		- Baixa exploração do turismo em espaço rural.	- Perda de oportunidade de obtenção de benefícios associados a esta modalidade de turismo.
Urbanismo			X			- Baixa actividade turística.	- Perda da oportunidade de “o turismo como factor de valorização urbanística/territorial”

TABELA 22 - INCIDÊNCIA DA AGRICULTURA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	AGRICULTURA						
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	Consequência
Emprego	X					- A agricultura constitui uma actividade significativa no concelho. Predominam as pequenas explorações.	- Emprego por conta própria (cerca de 90% dos agricultores).
Educação				X		- Os agricultores em geral possuem baixo nível de escolaridade. - Existência da Escola Superior Agrária.	- Baixos níveis de empreendedorismo e de aproveitamento das melhores tecnologias disponíveis. - Existência de técnicas e gestores com formação no sector agro-florestal.
Saúde		X				- Predomínio de agricultura extensiva.	- Baixos níveis de poluição difusa.
	X					- Surgimento da agricultura em modo biológico.	- Existência de produtos não prejudiciais à saúde com alto valor d e mercado - alternativa
Qualidade da Água				X		- Utilização de pesticidas e fertilizantes.	- Lixiviação de pesticidas e fertilizantes que provocam a degradação da qualidade das águas superficiais subterrâneas; - Promoção da ocorrência de fenómenos de eutrofização nas massas de água superficial. (não quantificado)
Qualidade do Ar / Ruído			X			—	—

(continua)

(continuação)

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	AGRICULTURA						
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	Consequência
Qualidade do Solo	X					- Limpeza dos terrenos e desobstrução dos acessos.	- Diminuição do risco de incêndio. Aumento da produtividade.
				X		- Abandono das explorações e existência de más práticas agrícolas.	- Elevada erosão hídrica resultante da degradação das estruturas de consolidação do solo e das más práticas agrícolas.
	X					- Agricultura biológica.	- Melhoria das características do solo.
Mobilidade / Acessibilidades		X				- Abertura e manutenção de caminhos agrícolas.	- Beneficia outras actividades como por exemplo o turismo de natureza, o pedestrianismo e o combate a incêndios. Conservação da natureza.
Paisagem	X					- Manutenção de paisagens agrícolas; - Valor paisagístico atribuído às áreas agrícolas tradicionais.	- Riqueza paisagística; - Valorização da paisagem em meio rural.
Património Natural			X			- Desconhecido.	- Positivas ou negativas, dependendo do tipo de prática.
Património Cultural		X				- Existência de valores culturais com ligação a este sector; - Existência de estruturas tradicionais ligadas à utilização da água (açudes, azenhas, levadas, noras, picotas, etc).	- Identidade cultural; - Recursos turísticos.
Ruralidade		X				- Existência de explorações agrícolas no meio rural.	- Manutenção da vitalidade rural. Actividade económica local.
Urbanismo			X			—	—

TABELA 23 - INCIDÊNCIA DA PECUÁRIA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO

VALORES DE SUSTENTABILIDADE		PECUÁRIA					Consequência	
		Impactes						
		2	1	0	-1	-2	Causa	
Emprego		X					<ul style="list-style-type: none"> - Os sistemas agrícolas tradicionais do concelho incluem uma forte componente animal, nomeadamente exploração ovina. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego; - Emprego frequentemente por conta própria.
Educação					X		<ul style="list-style-type: none"> - Baixo nível de escolaridade dos trabalhadores desta área. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixos níveis de empenhedorismo e de aproveitamento das melhores tecnologias disponíveis.
Saúde		X					<ul style="list-style-type: none"> - Existência da Escola Superior Agrária. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de técnicas e gestores com formação.
Qualidade da Água					X		<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de tratamento adequado das águas residuais produzidas nas unidades agro-pecuárias de produção intensiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de doenças com origem em contaminação fecal.
Qualidade do Ar / Ruído					X		<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de tratamento adequado das águas residuais produzidas nas unidades agro-pecuárias de produção intensiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Contaminação das águas superficiais e subterrâneas com matéria orgânica e organismos patogénicos.
				X			<ul style="list-style-type: none"> - Pecuária extensiva. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há impactes relevantes.
					X		<ul style="list-style-type: none"> - Emissões de compostos orgânicos voláteis que se traduzem por odores e podem afetar zonas residenciais e de interesse turístico: fiscalização ineficaz nas fases de construção e exploração. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incomodidade para as populações.

(continua)

(continuação)

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	PECUÁRIA									
	Impactes									
	2	1	0	-1	-2	Causa	Consequência			
Qualidade do Solo	X					- Pecuária extensiva.	- Os resíduos espalhados no solo são assimilados como fertilizantes naturais.			
Mobilidade / Acessibilidades	X					- Abertura e manutenção de caminhos agrícolas.	- Beneficia outras actividades como por exemplo o turismo de natureza, o pedestrianismo e o combate a incêndios.			
Paisagem		X				—	—			
Património Natural		X				—	—			
Património Cultural	X					- Preservação dos costumes pastoris; - Rota da transumância; - Produtos tradicionais.	- Recurso turístico: mais valor acrescentado.			
Ruralidade		X				- Existência de explorações nos meios rurais.	- Combate à desertificação e abandono dos meios rurais.			
Urbanismo		X				—	—			

TABELA 24 - INCIDÊNCIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS					Consequência	
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	
Emprego	X					<ul style="list-style-type: none"> - Grande importância na economia do concelho embora dependente dos outros sectores. - Predomínio de PME's. 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego. - Reduzido número de trabalhadores por empresa.
Educação				X		<ul style="list-style-type: none"> - A grande maioria dos empresários/trabalhadores da construção civil têm um baixo nível de escolaridade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa especialização.
Saúde					X	<ul style="list-style-type: none"> - Desrespeito pelas regras de higiene e segurança no trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acidentes de trabalho.
Qualidade da Água			X			—	—
Qualidade do Ar / Ruído				X		<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de poeiras. - Trabalhos associados, equipamentos e circulação de máquinas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Incomodidade na população. - Incomodidade na população.
Qualidade do Solo				X		<ul style="list-style-type: none"> - A ocupação de solos com outras aptidões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Perda de solos com potencial produtivo (urbanização difusa).
Mobilidade / Acessibilidades				X		<ul style="list-style-type: none"> - Planeamento inadequado poderá condicionar a mobilidade da população. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização excessiva do transporte próprio em detrimento do transporte público; - Aumento do tráfego nos acessos e dentro da cidade.

(continua)

(continuação)

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS						
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	Consequência
Paisagem				X		- Crescimento acelerado da cidade de CB, às vezes, com qualidade duvidosa.	- Destuição de elementos paisagísticos relevantes; - Impacte visual elevado.
Património Natural			X			- Desconhecido.	- Positivas ou negativas, dependendo do tipo de prática.
Património Cultural				X		- Crescimento acelerado da cidade de CB.	- Inexistência de interação com o património existente.
Ruralidade			X			—	—
Urbanismo					X	- Novas urbanizações com espaços verdes de baixa qualidade; - Construção em altura.	- Espaços verdes com funcionalidade reduzida; - Impacte visual e descaracterização do conforto urbano.

TABELA 25 - INCIDÊNCIA DO COMÉRCIO E SERVIÇOS NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	COMÉRCIO E SERVIÇOS						
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	Consequência
Emprego	X					<ul style="list-style-type: none"> - Responsável por 1/3 do total de estabelecimentos, 20% do emprego respectivo e 40% do total de volume de negócios das sociedades com sede em CB; - 86% da actividade comercial processa-se a nível retalhista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Importante fonte de criação de riqueza.
Educação		X				- Desconhecido.	- Desconhecido.
Saúde				X		- Carências a nível de recursos humanos nas unidades de saúde, principalmente pessoal médico que é escasso para as necessidades dos utentes.	- Mau atendimento nas unidades de saúde.
Qualidade da Água		X				—	—
Qualidade do Ar / Ruído		X				—	—
Qualidade do Solo		X				—	—
Mobilidade / Acessibilidades	X					- Feiras e mercados locais (freguesias).	- Permite a comercialização dos produtos locais e outros que de outra forma não chegariam às populações.
Paisagem			X			—	—
Património Natural			X			—	—

(continua)

(continuação)

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	COMÉRCIO E SERVIÇOS						
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	Consequência
Património Cultural	X					<ul style="list-style-type: none"> - Os estabelecimentos comerciais têm um elevado "peso social". 	<ul style="list-style-type: none"> - A maioria dos estabelecimentos apoia as actividades locais e associativas, na realização de eventos culturais, desportivos e festividades.
Ruralidade	X					<ul style="list-style-type: none"> - Existência de pequenos estabelecimentos comerciais multifuncionais (correio, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência da população nos meios rurais.
Urbanismo	X					<ul style="list-style-type: none"> - Existência de um mercado de produtos biológicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escoamento dos produtos.

TABELA 26 - INCIDÊNCIA DA FLORESTA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	FLORESTA						Consequência
	Impactes						
	2	1	0	- 1	- 2	Causa	
Emprego	X					- Grande área florestal e algumas indústrias associadas.	- Criação de emprego embora actualmente, em virtude dos fogos florestais, o emprego tenha diminuído.
Educação	X					- Criação do curso de Engenharia Florestal no IPCB.	- Existência de técnicos qualificados.
Saúde		X				- Existência de uma elevada área florestal.	- Melhor qualidade do ar poderá evitar doenças respiratórias. Conservação da natureza: água, solo, fauna, flora, paisagem etc.
Qualidade da Água	X					- Existência de uma elevada área florestal.	- Protecção da qualidade da água.
Qualidade do Ar / Ruído	X					- Existência de uma elevada área florestal.	- Melhor qualidade do ar.
Qualidade do Solo				X		- Eucaliptal	- Deficit hídrico no solo; - Erosão.
			X			- Existência de espécies autóctones.	- Não alteram as características do solo.
Mobilidade / Acessibilidades			X			—	—
Paisagem	X					- Existência de muita vegetação.	- Paisagem agradável.
				X		- Eucaliptização.	- Descaracterização da paisagem.
Património Natural	X					- Existência de espécies de vegetação local.	- Preservação do património natural.

(continua)

(continuação)

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	FLORESTA					
	Impactes					
	2	1	0	-1	-2	Causa
Ruralidade	X					- Criação de riqueza agrícola multifuncional.
Urbanismo			X			- Aumento do rendimento das populações rurais.
						-

TABELA 27 - INCIDÊNCIA DA CAÇA NA SUSTENTABILIDADE DE CASTELO BRANCO

VALORES DE SUSTENTABILIDADE	CAÇA						
	Impactes						
	2	1	0	-1	-2	Causa	Consequência
Emprego	X					- Existência de recursos cinegéticos, principalmente caça maior.	- Criação de postos de trabalho.
Educação		X				- Desconhecido.	- Desconhecido.
Saúde		X				—	—
Qualidade da Água		X				—	—
Qualidade do Ar / Ruído		X				—	—
Qualidade do Solo		X				- Actividade cinegética.	- Valorização da qualidade do solo.
Mobilidade / Acessibilidades		X				- Abertura e manutenção de caminhos.	- Beneficia outras actividades como por exemplo o turismo de natureza, o pedestrianismo e o combate a incêndios. Conservação da natureza.
Paisagem		X				—	—
Património Natural			X			- Má gestão da caça.	- Diminuição da quantidade de espécies cinegéticas.
Património Cultural	X					- Ordenamento cinegético.	- Controlo das populações excessivas.
Ruralidade		X				—	—
Urbanismo		X				- Desconhecido.	- Desconhecido.
		X				—	—

10. ANÁLISE SWOT

A análise SWOT que aqui se apresenta tem como finalidade contribuir para o diagnóstico, expondo algumas linhas condutoras para a próxima etapa da Agenda de 21 de Castelo Branco – Quadro Estratégico de Intervenção. Neste sentido propomo-nos a identificar os pontos fortes e fracos e as relações entre esses ao nível das principais áreas de desenvolvimento local e, paralelamente, determinar na envolvente económica, social e ambiental da região, do país e, a escalas mais alargadas, da Península e da Comunidade Europeia, aspectos potenciadores e opostos ao desenvolvimento sustentável do concelho. Não esqueçamos que Castelo Branco está inserido num “mundo” – mercado, ambiente, cultura, etc. – global onde o local tem cada vez mais importância. Este é o paradoxo que nos coloca no grande desafio da competitividade territorial. A concorrência é grande e só poderemos ganhar algumas das importantes batalhas se conhecermos as nossas vantagens e fraquezas.

Esta é assumidamente uma matéria muito discutível, mesmo polémica. Não só na metodologia e na forma há uma grande diversidade de opinião entre diferentes autores, como concretização é, incontornavelmente subjectiva.¹⁵

Começa-se por fazer a Análise SOWT clássica e continua-se, tentando dar mais um passo, com a Matriz SOWT.

Desta análise decorrerão um conjunto de objectivos estratégicos, que serão sujeitos a uma avaliação com base em critérios de viabilidade, exequibilidade, importância regional, eficácia, aceitação, prioridade e resultados, dando origem aos Planos de Acção para o Concelho de Castelo Branco.

¹⁵ Por esta razão esta é uma matéria muito ajustada à consulta da comunidade.

TABELA 28 – FORÇAS A NÍVEL DA DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

Forças	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Aumento da população do concelho	<ul style="list-style-type: none"> O retorno dos imigrantes e a deslocação de pessoas de outros concelhos (acréscimo de 2,5% desde 1970). 	<ul style="list-style-type: none"> Consequências significativas a nível da economia e do uso e ocupação do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção desta tendência; Aumentar o contributo da população mais jovem para esta tendência.
-Ligeiro acréscimo da faixa etária entre os 24 e 65 anos	<ul style="list-style-type: none"> O concelho está a receber população migrante que procura melhores condições de vida e trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da população activa. 	<ul style="list-style-type: none"> Manter esta tendência; Criar atractivos à população jovem.
-Aumento do número de famílias	<ul style="list-style-type: none"> Existência de oportunidades de emprego que conduzem à manutenção dos jovens no concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Consequências directas a curto-médio prazo na demografia; A economia e a dinâmica cultural são os aspectos mais beneficiados com este ponto. 	<ul style="list-style-type: none"> Manter esta tendência; Criar atractivos à população jovem.
-Presença forte de população no ensino superior	<ul style="list-style-type: none"> Existência de ensino superior. 	<ul style="list-style-type: none"> Presença de jovens no concelho com elevado nível de escolaridade. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar cursos adequados às ofertas de emprego existentes no concelho; Criar atractivos aos jovens recém-licenciados para que estes após a conclusão do curso não regressem à cidade de origem.
-Aumento da oferta de emprego	<ul style="list-style-type: none"> Políticas autárquicas de incentivo às actividades económicas; A melhoria dos eixos rodoviários. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento significativo de emprego no decurso da última década censitária. 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção e crescimento da oferta de emprego: promoção de emprego qualificado, formação profissional, apoio ao empreendedorismo empresarial.
-Indústrias	<ul style="list-style-type: none"> Existência de um parque industrial. 	<ul style="list-style-type: none"> Foco importante de desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> Manter esta tendência e apostar em novas indústrias.

(continua)

(continuação)

Forças	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
<p>-Existência de montados (porco de montanha)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tradição que existe há largos anos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A existência de montados traz mais-valias para a economia do concelho: produção de cortiça, bolotas para os porcos. Trata-se de uma boa forma de, com pouca manutenção, poder ser extraída a cortiça e a carne dos porcos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter esta tendência incentivando os agricultores

TABELA 29 – FRAQUEZAS A NÍVEL DE DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

Fraquezas	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Envelhecimento da população	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tendência negativa desde 1997/98. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Repercussões económicas e sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inversão desta tendência é muito importante no crescimento ou manutenção do efectivo populacional, na fixação das actividades económicas, na preservação dos estabelecimentos de ensino, na conservação de massa crítica e na diminuição do esforço com encargos sociais com a população idosa.
-Despovoamento da maioria das freguesias (especialmente as rurais)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda de população nas freguesias mais rurais e distantes do principal eixo rodoviário. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acentua as diferenças a nível social, cultural e económico; ▪ Risco de abandono das terras; ▪ Consequências directas na agricultura (praticada nas zonas rurais) e florestas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A revitalização das áreas pode ser apoiada por acções conjuntas entre a autarquia e os actores locais, designadamente as ADL; ▪ Criação de serviços públicos nas freguesias distantes da cidade.
-Diminuição da dimensão média das famílias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de possibilidade financeira para alargar o agregado familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os aspectos culturais e sociais são os mais lesados com esta tendência, que se tem vindo a observar na generalidade do território nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atribuição de ajudas às famílias com mais de um filho.
-Fracas expressividade da população com habilitações (fraca mão de obra) académicas e diminuição da população estudantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abandono escolar provocado pela falta de equipamentos e materiais pedagógicos e didácticos nas escolas; ▪ Ausência de financiamento; ▪ Ausência de actividades extracurriculares nas escolas que motivem os alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Embora no global se verifique um aumento da população com habilitações académicas, a sua expressividade na população total é ainda muito reduzida. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Área que deve ter prioridade de investimento: financiamentos, incentivos aos estudantes, boas condições nas escolas, investimento na formação dos docentes.
-Aumento do desemprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação profissional desajustada das ofertas de emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do número de desempregados desde 1991. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a formação profissional ajustada às necessidades do mercado.

(continua)

(continuação)

Fraquezas	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Fraca cidadania activa e participativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade na optimização das actividades autárquicas por desconhecimento dos desejos da população e a um obstáculo ao desenvolvimento do concelho por desconhecimento dos problemas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência da cidadania activa e participativa ▪ Débil identidade cultural local 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização da comunicação para promover a participação pública: revitalização de antigos mecanismos privilegiados pela população (por exemplo a casa do povo); ▪ Informação de forma acessível e adequada das actividades em curso e previstas e dos resultados das actividades finalizadas e, o apelo à importância e necessidade de participação.
-Fraca inovação. Incipiente desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas. Estrutura empresarial débil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de população jovem activa. Ausência de incentivos a pequenas empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estagnação do mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio e incentivos aos jovens empresários; ▪ Criação de condições aliciantes para os jovens recém-licenciados.
-Fracο acompanhamento dos desempregados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de preocupação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade na entrada no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar cursos de formação profissional direccionados para os desempregados. Estes cursos estar adequados às oportunidades que existem no concelho.
-Modelo de desenvolvimento industrial sustentado no baixo custo da mão-de-obra	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de comunidades estrangeiras que constituem mão-de-obra barata. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As oportunidades de emprego são direccionadas para imigrantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar meios que resultem na adequação da mão-de-obra do concelho às oportunidades oferecidas.

TABELA 30 - OPORTUNIDADES A NÍVEL DE DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

Oportunidades	Justificação
-Ligação entre o ensino superior e o tecido empresarial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem alguns cursos na universidade direccionados para as ofertas de emprego do concelho.
-Diversificação dos produtos florestais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existe uma variedade grande dos produtos florestais que importa promover.
-Crescente procura de produtos alimentares de qualidade (agricultura biológica)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Nota-se, a nível nacional, que existe uma maior procura de produtos alimentares de qualidade. Esta qualidade passa pela agricultura biológica que deve ser incentivada no concelho.
-Tirar partido do elevado potencial da energia solar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Castelo Branco é um conselho com elevado potencial climático (elevadas temperaturas e muita luz), pelo que faz todo o sentido aproveitar estes recursos como fonte de energia.
-Migração com origem no país	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar a continuação desta migração; ▪ Sendo o emprego e a cultura áreas que maior peso tem na escolha do concelho por novas pessoas e famílias e na sua manutenção e radicação a médio e longo prazo, a dinamização dos sectores económicos e culturais exige neste contexto intervenção ajustada e eficaz; ▪ Maior desenvolvimento económico, social e cultural.
-Aumento do poder de compra na região	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A indústria, o comércio e os serviços podem ser vectores a potenciar a economia do concelho. Para tal, a competitividade e a produtividade das organizações e, a qualificação da mão-de-obra deverão ser objecto de análise e avaliação e, posteriormente, a implementação de medidas eficazes para a sua melhoria.
-Desenvolvimento económico das cidades do Fundão, Guarda e Covilhã	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitar o reforço da importância destes mercados a nível regional e nacional. Encontrar bases estratégicas de cooperação e de complementaridade é inevitável para o desenvolvimento solidário da região.

(continua)

(continuação)

Oportunidades	Justificação
-Localização raiana e acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A proximidade que CB tem com Espanha e o resto da Europa deve ser aproveitada; ▪ Deve ser aproveitado este factor na instalação de novas unidades industriais.
-Tecnologia, inovação e empreendedorismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da adaptabilidade dos cursos ministrados em CB às necessidades e potencialidades do concelho, a formação profissional ajustada e os incentivos à investigação, à criação de empresas e ao emprego qualificado são pontos que neste contexto se deve dar especial atenção.
-Agricultura, Silvicultura e Pecuária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O concelho possui recursos naturais propícios ao desenvolvimento destas áreas (a água poder-se-á considerar como o factor natural mais sensível dado a sua irregularidade temporal e espacial); ▪ Encontrar bases de apoio tecnológico e financeiro a novos empresários do sector e dinamização da inovação e competitividade dos existentes é um desafio que se coloca à autarquia. Parcerias, com a Escola Superior Agrária, com Cooperativas e Associações, e organismos públicos do Ministério da Agricultura e da Economia, são provavelmente as formas mais fáceis de encontrar bases de actuação; ▪ Os produtos locais de qualidade (mel, queijo, azeite, frutos, legumes...) constituem uma enorme mais valia e têm uma procura crescente nos grandes e inesgotáveis mercados das metrópoles urbanas.
-Competitividade económica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dado o elevado número de pequenas empresas, poder-se-á apostar em associações e cooperativas. Deste modo, pode adquirir-se capacidade competitiva de diversas actividades económicas.
- Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deverá ser uma estratégia local-regional, estabelecendo-se parcerias público-privadas. A qualificação territorial é um caminho para a actividade turística se desenvolver cada vez mais (através da certificação do destino CB como um local de interesse turístico).
- Construção Bioclimática	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No local como CB a arquitectura bioclimática é um caminho distintivo a nível de qualidade de vida e de optimização dos gastos de energia.
-Programas de financiamento comunitários e nacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os diversos programas de financiamento comunitário e nacional ajudam à concretização de projectos e actividades nos sectores sociais, agrícola, investigação e tecnologia, benéficos para o desenvolvimento do concelho.

TABELA 31 - AMEAÇAS A NÍVEL DE DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO

Ameaças	Justificação
-Emprego dependente de um reduzido número de empresas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A maior parte dos trabalhadores que exercem a sua profissão por conta de outrem.
-Entrada de produtos alimentares vindos de países da União Europeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os produtos alimentares vindos do exterior apresentam aparência e preços mais favoráveis que os do país.
-Perda de capacidade de resposta aos desafios nas áreas da inovação e tecnológica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estes vectores são cada vez mais apontados como a chave do êxito das empresas e que de facto, a médio prazo revelar-se-ão como fundamentais. Os estabelecimentos de ensino superior são uma vez mais chamados a intervir. A adequação das suas áreas de intervenção e o incremento destas vertentes é igualmente necessário.

TABELA 32 - FORÇAS AO NÍVEL DO TERRITÓRIO

Forças	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
<p>-Aumento do número de habitações e edifícios</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O aumento das construções para habitação acompanhou a tendência de crescimento da população e do número de famílias. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Actualmente o número de edifícios para habitação é excedentário para a população existente, especialmente nas freguesias em que se observou decréscimo ou manutenção da população e um crescimento da construção. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter esta tendência
<p>-Renovação e requalificação dos núcleos urbanos antigos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As actividades de renovação e requalificação de zonas urbanas antigas (a nível dos edifícios, dos arruamentos, de espaços verdes e do estacionamento) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Benefícios quer para as populações que aí residem quer para as actividades económicas que aí se instalam; ▪ O turismo é favorecido com estas intervenções por se tratar de um grande “consumidor” destas áreas. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qualificação dos espaços urbanos, designadamente núcleos urbanos antigos.
<p>-Melhoria quantitativa e qualitativa das acessibilidades (infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O isolamento dos locais e das regiões é em grande medida quantificado pela quantidade e qualidade das suas ligações ao resto do concelho e do país, pelo que todas as intervenções que se façam a este nível contribuem para a melhorias no fluxo de pessoas, bens, “ideias”, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorias a nível do concelho e na sua ligação às principais cidades do País; ▪ A acessibilidade aos serviços públicos, à educação, à saúde, ao comércio, é incrementada e, consequentemente, a qualidade de vida das populações. A indústria, o comércio e os serviços são igualmente beneficiados. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar as vias rodoviárias dentro do concelho (alargamento das estradas e melhoria dos traçados); ▪ Potenciação da rede ferroviária dentro do concelho em detrimento do transporte individual; ▪ A avaliação de potenciais intervenções a este nível deverá ser apoiada pelas entidades competentes, designadamente, o IEP e a REFER.

(continua)

(continuação)

Forças	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Melhorias nos transportes públicos colectivos inter-regionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os progressos nas infra-estruturas viárias contribuíram para estas melhorias e ainda na diminuição do tempo de percurso. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mais oferta de destinos e frequência de horários. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dada a importância que os transportes colectivos têm vindo a assumir na estratégia de desenvolvimento sustentável do país, esta área deverá ser periodicamente avaliada como forma de aferição de necessidades que não estejam a ser adequadamente satisfeitas.
-Existência de bons acessos (A23)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento em infra-estruturas de acesso ao concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Boa localização geográfica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar os acessos, nomeadamente melhorar o sistema ferroviário.

TABELA 33 - FRAQUEZAS AO NÍVEL DO TERRITÓRIO

Fraquezas	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Instrumentos de gestão e planeamento territorial desajustados	<ul style="list-style-type: none"> Os espaços rurais foram identificados, em sede de PDM, como insuficientemente regulamentados em matéria de ordenamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Repercussões ao nível da paisagem e das funções naturais do solo, e conduz, em última análise, a um acréscimo do esforço público desnecessário na instalação de infra-estruturas. Ausência de planeamento urbanístico nas áreas onde é permitida a edificação conduz a uma desarmonia e deterioração da paisagem urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento no planeamento urbanístico do concelho.
-Existência de áreas urbanas de origem clandestina	<ul style="list-style-type: none"> Falta de fiscalização. 	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de infra-estruturas básicas; Aumento das diferenças sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização e requalificação destas áreas.
-Diminuição da importância regional da maioria dos aglomerados (elevada concentração no eixo Castelo Branco/Alcains e esvaziamento das freguesias rurais)	<ul style="list-style-type: none"> Despovoamento observado em grande parte do território concelhio e deslocação da população para os principais centros (Castelo Branco, Alcains e Lardosa). 	<ul style="list-style-type: none"> Esta situação tem impactes especialmente a nível económico, cultural e social; Esta tendência, que se tem vindo a verificar há várias décadas, põe em causa a possibilidade de inversão, a prazo, do decaimento das actividades económicas, do mercado, e da desvitalização sócio-cultural nestes locais. 	<ul style="list-style-type: none"> Inversão desta tendência criando condições de emprego, culturais e sociais nas freguesias fora da cidade.
-Aumento na floresta das espécies exógenas, de crescimento rápido	<ul style="list-style-type: none"> Esta alteração do regime florestal tem sido apontada como estando associada aos incêndios que têm ocorrido. 	<ul style="list-style-type: none"> Substituição das espécies autóctones por outras, de crescimento rápido (em especial eucalipto); Os aspectos ambientais, designadamente a biodiversidade, a qualidade paisagística e disponibilidade de água subterrânea, são os mais afectados. A perda de valores culturais associados à silvicultura tradicional também poderá ser penalizada. 	<ul style="list-style-type: none"> Manter a floresta com plantação (quando necessário) de árvores e plantas da zona.

(continua)

(continuação)

Fraquezas	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
<p>-Vulnerabilidade das florestas do concelho aos incêndios</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca limpeza e vigilância da floresta; ▪ Falta de sensibilização das pessoas para a preservação da floresta. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efeitos muito negativos na sócio-economia do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Medidas que minimizem estas ocorrências, incidindo na prevenção poderão ser optimizadas com uma colaboração mais estreita com os concelhos limítrofes e com as associações de silvicultores; ▪ A informação da comunidade é também factor importante a considerar no âmbito da prevenção; ▪ Limpeza de matas públicas, formação adequada às cooperações de bombeiros e sua articulação umas com as outras, uma vez que são os próprios a queixarem-se de falta de organização interna aquando o combate a incêndios.
<p>-Má acessibilidade a Espanha</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de uma auto-estrada até Espanha ou de uma boa linha-férrea. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dificuldade nos acessos ao país vizinho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhoria nos acessos para Espanha.
<p>-Fraca dinâmica e competitividade no sector dos transportes públicos colectivos regionais e dentro do concelho</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Transportes públicos colectivos não apresentam crescimento relevante e ajustado às necessidades; ▪ Os custos com o transporte público colectivo são ainda demasiado elevados; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impactes a nível do ordenamento do território (agravamento das pressões urbanísticas na cidade), da demografia (potenciamento do abandono e desertificação das freguesias rurais e periféricas), social (isolamento) e cultural (desenraizamento); ▪ O elevado custo do transporte público colectivo limita-o como alternativa ao transporte individual. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do sector de transportes públicos colectivos no concelho e envolvente próxima: frequência, horários, articulação entre transportes públicos colectivos, relação custo/possibilidades da população; ▪ Considera-se que a rede ferroviária apresenta a este nível potencialidades que deverão ser objecto de análise adequada, com a colaboração da entidade competente, a REFER.

(continua)

(continuação)

Fraquezas	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Falta de espaços verdes, zonas pedonais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de planeamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de zonas que propiciam qualidade de vida às pessoas, tais como jardins, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Analisar o planeamento da cidade e investir em espaços verdes e de lazer.
-Inexistência de linhas telefónicas digitais (Internet) nas freguesias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Despreocupação com as pequenas freguesias; ▪ Elevados custos para pequenas populações (não compensa). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de acesso à informação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento no acesso à Internet nas pequenas freguesias.
-Cobertura do tratamento de águas residuais inferior a 100%	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Algumas freguesias não têm ligação das suas águas residuais às ETAR. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de higiene; ▪ Poluição da água. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar sistemas de saneamento que façam a ligação das águas residuais provenientes das zonas isoladas até às ETAR.

TABELA 34 - OPORTUNIDADES AO NÍVEL DO TERRITÓRIO

Oportunidades	Justificação
-Programas nacionais e comunitários de reabilitação de imóveis e de recuperação de zonas urbanas antigas	<ul style="list-style-type: none"> Existem vários regimes especiais de participação e financiamento de obras de recuperação e reabilitação de imóveis e de zonas urbanas antigas, direccionados, de acordo com a natureza do objecto da intervenção, às autarquias ou aos proprietários dos edifícios que importa divulgar, conhecer e utilizar.
-Localização estratégica do concelho relativamente a importantes vias de comunicação e ao país vizinho	<ul style="list-style-type: none"> Incentivo ao turismo e indústria pois são duas áreas que oferecem grandes oportunidades de crescimento do concelho.
-Programa Aldeias de Xisto	<ul style="list-style-type: none"> Bom aproveitamento deste programa poderá ser um incentivo ao turismo.
-POLIS	<ul style="list-style-type: none"> Bom aproveitamento do programa POLIS poderá contribuir para uma melhoria do planeamento do concelho.

TABELA 35 - AMEAÇAS AO NÍVEL DO TERRITÓRIO

Ameaças	Justificação
-Deposição de resíduos da zona de Lisboa no aterro sanitário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os aterros existentes na capital ficam lotados num espaço de tempo muito curto e inferior ao período de tempo para o qual foram projectados. A deposição de resíduos provenientes da zona de Lisboa no aterro do concelho de CB poderá fazer com que este rapidamente tenha de ser selado.
-Destruição de zonas de interesse paisagístico (Barrocal, Monte S. Martinho)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda de identidade do concelho.
-Degradação dos sistemas agro-silvo pastoris; elevada erosão do solo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É necessário combater esta tendência.
-Introdução de portagens na A23	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A implementação desta medida dificultará os acessos a CB.

TABELA 36 - FORÇAS A NÍVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Forças	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Floresta, áreas de montado, alto potencial cinegético, presença de valores florísticos e faunísticos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande parte do território é ocupada por floresta; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevada importância na vida das populações. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Potenciar as suas capacidades económicas, socio-culturais e ambientais. ▪ As parcerias entre concelhos, entre a autarquia e as entidades públicas competentes e, entre a autarquia e as associações de silvicultores, em colaboração com os estabelecimentos de ensino superior radicados no concelho e com conhecimentos sobre esta.
-Parque Natural do Tejo Internacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Riqueza florística, faunística, paisagística e cultural (classificação como área protegida). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Património a proteger e divulgar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção e divulgação do turismo de natureza no interior e exterior do concelho; ▪ As parcerias com o Parque, com a delegação regional de turismo e com o concelho de Idanha-a-Nova são de todo o interesse.
-Relevo pouco acentuado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de relevo pouco acentuado principalmente nas zonas do campo Albicastrense. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento das potencialidades do território. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitamento de um terreno deste tipo (facilidade na construção de estradas, linhas férreas, etc).
-Aproveitamento dos recursos hídricos superficiais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Água como recurso estratégico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Competitividade territorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar os meios hídricos (reservas, ecossistemas e receptor)
-Risco sísmico muito reduzido	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Boa localização tectónica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraco risco de ocorrência de sismo. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ —

TABELA 37 - FRAQUEZAS AO NÍVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Fraquezas	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
- Disponibilidade de água	<ul style="list-style-type: none"> Elevada variabilidade espacial e temporal da disponibilidade de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades na agricultura e agro-pecuária, no abastecimento das populações e na protecção civil. 	<ul style="list-style-type: none"> Eventual construção de reservas estratégicas e de emergência, superficiais e/ou subterrâneas que atenuem a variabilidade existente e, que dessa forma, altere o seu carácter restritivo no desenvolvimento da agricultura e na melhoria da qualidade de vida das populações.
-Escassos recursos hídricos subterrâneos; recursos minerais pobres	<ul style="list-style-type: none"> Características geológicas. 	-	-
-Fracas aptidão agrícola	<ul style="list-style-type: none"> Características do solo. 	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldades na agricultura. 	-
-Inexistência de centros de interpretação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Falta de preocupação relativamente aos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> Fraco aproveitamento do potencial do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de centros de interpretação ambiental.
-Desconhecimento das potencialidades piscícolas do concelho	<ul style="list-style-type: none"> Falta de cultura. 	<ul style="list-style-type: none"> Fraco aproveitamento desta potencialidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Investir na actividade piscícola; Informar os trabalhadores desta potencialidade.
-Elevadas amplitudes térmicas	<ul style="list-style-type: none"> Localização do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> Eventual interferência nos ciclos de vida da vegetação (ausência de água). 	<ul style="list-style-type: none"> Adaptar estratégias que minimizem os impactes causados pelas amplitudes térmicas.

TABELA 38 - OPORTUNIDADES AO NÍVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Oportunidades	Justificação
-Turismo sustentável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os recursos do concelho justificam a sua promoção dentro e fora do país, em especial junto dos vizinhos espanhóis. ▪ As parcerias, a nível regional, são de todo o interesse uma vez que a escolha de um turista em regra incide sobre a diversidade de locais a visitar.
-Desenvolvimento do montado e actividades com ele relacionadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É de todo o interesse o aproveitamento deste tipo de actividade característica.
-Substituição dos eucaliptais por espécies autóctones	<ul style="list-style-type: none"> ▪ É importantíssimo que se preservem as espécies locais em detrimento das exógenas.
-Energias renováveis; aproveitamento (económico e de lazer) dos planos da água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A energia eólica e solar, a produção de energia a partir de resíduos (por exemplo de lagares de azeite) e de outras origens renováveis, é uma área com sinais claros de desenvolvimento no nosso País. Os financiamentos nacionais e comunitários existem, pelo que se trata de uma área que vale a pena vir a ser contemplada nas intervenções autárquicas. A fixação de pessoal especializado, a produção de riqueza, a promoção da tecnologia e da inovação, são alguns dos aspectos que neste contexto serão valorizados.

TABELA 39 - AMEAÇAS AO NÍVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Ameaças	Justificação
-Alterações climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existe uma forte tendência para uma elevação das temperaturas médias.
-Incêndios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elevadas temperaturas associadas à falta de prevenção de incêndios.
- Desertificação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tal como outros concelhos do interior, CB apresenta uma grande tendência para a desertificação que importa contrariar.

TABELA 40 - **FORÇAS** AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E SOCIAL

Forças	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Crescimento da acessibilidade e adesão aos meios de comunicação e às novas tecnologias de informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Na rede de telecomunicações: ampliação física e disponibilização de um território mais alargado, maior taxa de adesão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diminuição virtual das distâncias físicas entre o concelho e o resto do mundo; ▪ Acessibilidade aos meios de comunicação e à informação. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuar esta tendência.
-Ensino Superior	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de universidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ População jovem na cidade de CB. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequar os cursos ao mercado de trabalho para que CB não seja apenas um local de passagem dos estudantes.
-Aparecimento de instituições privadas e públicas a oferecer formação profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de combater o desemprego. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior adequação das qualificações das pessoas ao mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Uma vez que estas instituições ainda não são suficientes, pretende-se continuar com esta tendência.
-Potencial nomeadamente turístico de natureza (Naturtejo)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O concelho tem um elevado potencial natural. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilidade de aproveitamento para turismo sustentado. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de empresas que explorem este sector.
-Incremento da actividade cultural da cidade (reabilitação do Cine-Teatro Avenida, infra-estruturas desportivas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A oferta cultural é factor de motivação da qualidade de vida da comunidade e de atracção do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescente dinamismo de grande importância social. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a oferta cultural que o concelho possui; ▪ Uma vez que a oferta cultural se encontra centralizada na cidade de Castelo Branco, a descentralização e a oferta de transporte colectivo poderão ajudar no alargamento da actividade cultural de todo o concelho.

TABELA 41 - FRAQUEZAS AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E SOCIAL

Fraquezas	Justificação	Consequência	Objectivo Estratégico
-Escassa promoção e da protecção da riqueza cultural do concelho	<ul style="list-style-type: none"> Os costumes, as tradições, a gastronomia, os produtos, a música e dança tradicionais são património que não está a ser valorizado. 	<ul style="list-style-type: none"> Perda de identidade do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> A promoção turística do concelho passa também pelo convite à descoberta da sua riqueza cultural.
-Fraca expressividade do turismo (insuficiente oferta hoteleira)	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência de empresas de promoção de turismo 	<ul style="list-style-type: none"> O património cultural, natural e histórico do concelho não tem sido aproveitado; 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção e investimento na oferta hoteleira; Avaliação das ofertas turísticas, que consubstancie futuras intervenções visando a reabilitação/recuperação e/ou a operacionalidade e/ou a acessibilidade e, no final, a integração das ofertas numa promoção eficaz do concelho e da região; Integração do concelho numa das Regiões de Turismo que o limitam poderá apoiar o crescimento deste sector e, nesse sentido revela-se pertinente a sua análise e avaliação; Parcerias com a Direcção Geral de Turismo, com os concelhos da região e do país vizinho e, com o Parque Natural do Tejo Internacional são de todo o interesse.
-Ausência de apoios sociais	<ul style="list-style-type: none"> Carência de equipamentos de apoio a idosos, carência de equipamentos de apoio a jovens (ATLs, creches), inexistência de loja do cidadão, falta de posto de informação de turismo com horário alargado. 	<ul style="list-style-type: none"> Má qualidade de vida das pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento em infra-estruturas e equipamentos de apoio social.

TABELA 42 - OPORTUNIDADES AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E SOCIAL

Oportunidades	Justificação
- Existência de tradições locais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitamento das tradições existentes no concelho, como os conhecidos bordados, artesanato, e gastronomia.
- Disponibilidade de imigração	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A existência de mão-de-obra qualificada pode ser aproveitada.
-Promoção do turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitamento do turismo de natureza para incentivar as pessoas a conhecer o resto do concelho.

TABELA 43- **AMEAÇAS** AO NÍVEL DO PATRIMÓNIO CULTURAL E SOCIAL

Ameaças	Justificação
-Rota turística secundária e concorrência de outras regiões no sector turístico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A proximidade do concelho a rotas turísticas com grande procura, como a Serra da Estrela e, as Aldeias Históricas, não tem sido convenientemente aproveitada. O património do concelho merece que a sua área não constitua local secundário de passagem do turista mas sim um dos locais a visitar. ▪ Numa altura em que o turismo se revela cada vez mais importante na economia do país e em crescimento nos tempos de lazer dos portugueses, não tomar medidas para acompanhar esta tendência é permitir que esta "secundariedade" se enraíze ainda mais e não aproveitar as oportunidades que a este nível o concelho tem.
-Destruição do património na zona Histórica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimento no planeamento do concelho.
- Fluxos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O aumento dos fluxos migratórios (nomeadamente chegada de pessoas de outros países) poderá pôr em causa a cultura de CB.
- Envelhecimento da população	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Verifica-se cada vez mais uma tendência para os jovens saírem do concelho.
-Hospital Lusitano Amato	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fecho de algumas valências deste hospital.

TABELA 44 – MATRIZ SWOT DO AMBIENTE EM CASTELO BRANCO

AMBIENTE		Ambiente Externo	
		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> Floresta, áreas de montado, alto potencial cinegético, presença de valores florísticos e faunísticos; Parque Natural Tejo Internacional; Relevo pouco acentuado; Aproveitamento dos recursos hídricos superficiais; Risco sísmico muito reduzido. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento do montado e actividades com ele relacionadas; Substituição dos eucaliptais por espécies autóctones; Energias Renováveis. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão incorrecta do património natural; Apoios financeiros insuficientes no âmbito da gestão dos recursos naturais; Elevado risco de incêndio nas áreas florestais.
	<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> Disponibilidade de água; Escassos recursos hídricos subterrâneos; recursos minerais pobres; Fraca aptidão agrícola; Inexistência de centros de interpretação ambiental. Falta de planeamento do património natural; Desconhecimento das potencialidades piscícolas do concelho; Elevadas temperaturas térmica e vulnerabilidade das florestas do concelho aos incêndios; Aumento das espécies exógenas na superfície florestal. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de programas de sensibilização para a necessidade de poupar água; Investigação sobre as possíveis actividades piscícolas no concelho; Aproveitamento da energia solar; Florestação com espécies endógenas. 	<ul style="list-style-type: none"> Alterações climáticas; Desaproveitamento da actividade piscícola no concelho; Falta de água para abastecimento; Perda de valores culturais associados à silvicultura tradicional. Degradação dos sistemas agro-silvo pastoris. Elevada erosão do solo. Espécies exógenas estão na origem dos incêndios que têm ocorrido; Destruição de zonas de interesse paisagístico (Barrocal, Monte S. Martinho).

TABELA 45 - MATRIZ SWOT DO TURISMO EM CASTELO BRANCO

TURISMO		Ambiente Externo	
		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Turismo sustentável; ▪ Promoção do turismo no estrangeiro; ▪ Estabelecimento de parcerias; ▪ NaturTejo; ▪ Programa das Aldeias de Xisto. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de apoio ao turista; ▪ Posto de turismo com horário reduzido; ▪ Rota turística secundária e concorrência de outras regiões no sector turístico.
	Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente oferta hoteleira; ▪ Falta de estratégia para a actividade turística local; ▪ Escassa promoção e protecção da riqueza cultural do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Património cultural, natural e histórico desaproveitado; ▪ Os costumes, as tradições, a gastronomia, os produtos, a música, e dança tradicionais são património que não está a ser valorizado.

TABELA 46 - MATRIZ SWOT DA INOVAÇÃO EM CASTELO BRANCO

INOVAÇÃO		Ambiente Externo	
		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de pequenas empresas; ▪ Programas de incentivo às novas tecnologias de informação; ▪ Programa POLIS. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de cultura de inovação; ▪ Inexistência de uma política regional/local de inovação; ▪ Ausência de um actor local que promova a inovação.
	Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca inovação. Incipiente desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas; ▪ Inexistência de linhas telefónicas digitais (Internet) nas freguesias rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda da capacidade de resposta aos desafios nas áreas da inovação e tecnologia; ▪ Falta de acesso à informação.
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento dos projectos Beira Baixa Digital e Cyber Centro: diminuição virtual das distâncias físicas entre o concelho e o resto do mundo, acessibilidade aos meios de comunicação e à informação. 	
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tecnologia, inovação e empreendedorismo: avaliação dos cursos ministrados em CB às necessidades e potencialidades do concelho. Ajustar a formação profissional, os incentivos à investigação, à criação de empresas; ▪ Investimento no acesso à Internet nas zonas rurais. 	

TABELA 47 – MATRIZ SWOT DA SAÚDE EM CASTELO BRANCO

SAÚDE		Ambiente Externo	
		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de um novo centro de saúde em Castelo Branco. 	—
	Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Hospital Amato Lusitano; ▪ Escassez de pessoal médico; ▪ Ausência de farmácia nalgumas freguesias do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perda de competitividade territorial.

TABELA 48 - MATRIZ SWOT DA EDUCAÇÃO EM CASTELO BRANCO

EDUCAÇÃO		Ambiente Externo	
		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de ensino superior; ▪ Formação profissional. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alguma tendência para a inadequação dos cursos à oferta de mercado; ▪ Após a conclusão do curso os jovens abandonam o concelho; ▪ Pouca diversificação de cursos e formação profissional.
	Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fraca expressividade da população com habilitações (fraca qualificação) académicas e diminuição da população estudantil 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abandono escolar; ▪ Formação profissional desajustada às necessidades do mercado e do gosto dos jovens.

TABELA 49 – MATRIZ SWOT DA DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO EM CASTELO BRANCO

DEMOGRAFIA, ECONOMIA E MERCADO DE TRABALHO		Ambiente Externo	
		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da população do concelho; ▪ Ligeiro acréscimo da faixa etária entre os 24 e 65 anos; ▪ Aumento do número de famílias; ▪ Aumento da oferta de emprego; ▪ Indústrias; ▪ Existência de montados; ▪ Diversificação de produtos florestais; ▪ Aumento da população imigrante. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção dos produtos florestais; ▪ Crescente procura de produtos alimentares de qualidade (agricultura biológica); ▪ Migração com origem no país; ▪ Localização raiana e acessibilidades. A proximidade que CB tem com Espanha e o resto da Europa deve ser aproveitada, nomeadamente na instalação de novas unidades industriais; ▪ Agricultura, Silvicultura e Pecuária: encontrar bases de apoio tecnológico e financeiro a novos empresários do sector e dinamização da inovação e competitividade dos existentes. Parcerias com a ESA, organizações de produtores e serviços do Ministério da Agricultura; ▪ Competitividade económica: dado o elevado número de empresas, poder-se-á apostar em organizações empresariais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrada de produtos alimentares vindos de países da União Europeia.
	<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Envelhecimento da população; ▪ Despovoamento da maioria das freguesias (especialmente rurais); ▪ Diminuição da dimensão média das famílias; ▪ Aumento do desemprego; ▪ Fraca cidadania activa e participativa; ▪ Acompanhamento aos desempregados; ▪ Modelo de desenvolvimento industrial sustentado no baixo custo da mão-de-obra. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar o poder de compra na região; ▪ Desenvolvimento económico das cidades do Fundão, Guarda e Covilhã; ▪ Ajustar a formação profissional às ofertas de emprego; ▪ Programas de financiamento comunitários e nacionais. Os diversos programas de financiamento comunitário e nacional ajudam à concretização de projectos e actividades nos sectores sociais, económicos e de investigação tecnológica. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emprego dependente de um número reduzido de empresas;

TABELA 50 – MATRIZ SWOT DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E ASSOCIATIVISMO EM CASTELO BRANCO

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E ASSOCIATIVISMO		Ambiente Externo	
		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	Pontos Fortes	<ul style="list-style-type: none"> Reabilitação do Cine-Teatro Avenida, do Centro Cultural de Alcains; Criação de estrutura de apoio às colectividades locais; Construção de infra-estruturas desportivas; Promover a oferta cultural que o concelho possui: dinamização das actividades culturais e desportivas. 	<ul style="list-style-type: none"> Fraca dinamização das infra-estruturas que estão a ser construídas.
	Pontos Fracos	<ul style="list-style-type: none"> Carência de apoios sociais; Carência de serviços de apoio ao cidadão. 	<ul style="list-style-type: none"> Esquecimento da população mais idosa: carência de lares de 3ª idade para acamados; Carência de creches sociais e ATL na cidade.

TABELA 51 - MATRIZ SWOT DO TERRITÓRIO EM CASTELO BRANCO

TERRITÓRIO		Ambiente Externo	
		Oportunidades	Ameaças
Ambiente Interno	<p>Pontos Fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento do número de habitações e edifícios; ▪ Renovação e requalificação dos núcleos urbanos antigos; ▪ Melhoria quantitativa e qualitativa das acessibilidades (infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias); ▪ Melhorias nos transportes públicos colectivos inter-regionais; ▪ Bons acessos (A23). 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da população no concelho; ▪ Benefícios para as populações que aí residem, para as actividades económicas que aí se instalam; ▪ Ligação do concelho às principais cidades do País; ▪ Melhoria da qualidade de vida da população; ▪ Aproveitamento dos melhores acessos para investir a nível económico. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inadequação da oferta habitacional à população; ▪ Aumento do transporte individual (bons acessos A23); ▪ Introdução de portagens na A23.
	<p>Pontos Fracos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alguns instrumentos de gestão e planeamento territorial estão desajustados (PDM e PU); ▪ Existência de áreas urbanas de génese ilegal; ▪ Diminuição da importância regional da maioria dos aglomerados (elevada concentração no eixo CB/Alcains e esvaziamento das freguesias rurais); ▪ Má acessibilidade a Espanha; ▪ Fraca dinâmica e competitividade no sector dos transportes públicos colectivos regionais e dentro do concelho; ▪ Espaços verdes e zonas pedonais insuficientes; ▪ Cobertura do tratamento de águas residuais inferior a 100%. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reestruturação do PDM e PU; ▪ Requalificação das áreas urbanas de génese ilegal. Programas nacionais e comunitários de reabilitação de imóveis e de recuperação de zonas urbanas antigas; ▪ Criar condições de emprego, culturais e sociais nas freguesias rurais; ▪ Boa localização do concelho: melhoria dos acessos para Espanha; ▪ Investir em zonas pedonais e espaços verdes; ▪ Criar sistemas de saneamento que façam a ligação das águas residuais provenientes das zonas isoladas até às ETAR. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Obstáculos para a gestão urbanística (informação desactualizada); ▪ Desordenamento do território; ▪ Deposição de resíduos da zona de Lisboa no aterro sanitário industrial; ▪ Esta tendência, que se tem vindo a verificar há várias décadas, põe em causa a sustentabilidade futura das freguesias mais rurais; ▪ Má qualidade de vida das populações; ▪ Poluição da água e do solo, insalubridade.

11. MODELO DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DA AGENDA 21

A implementação de um processo de desenvolvimento sustentável local implica o aprofundar permanente da participação aos mais variados níveis. Sabemos que estamos perante um processo de longo prazo e por isso tudo o que se prenda com seguimento/acompanhamento assume particular relevância. Assim, é importante o desenho e implementação de bons processos de comunicação e acesso à informação. Antes de mais importa que o promotor – a Câmara Municipal, neste caso – promova, internamente, uma cultura de cidadania e de respeito pelo ambiente, nesse sentido, torna-se relevante equacionar, nesta matéria: Qual a situação da Câmara Municipal? Para onde queremos ir? Como, com que meios?

Este capítulo centra-se na análise da gestão da matéria “ambiental” na autarquia, monitorização ambiental, educação ambiental, informação/comunicação e participação interna e comunitária. Assim, serão abordados os seguintes aspectos:

Estrutura organizativa da CMCB e comunicação interna,

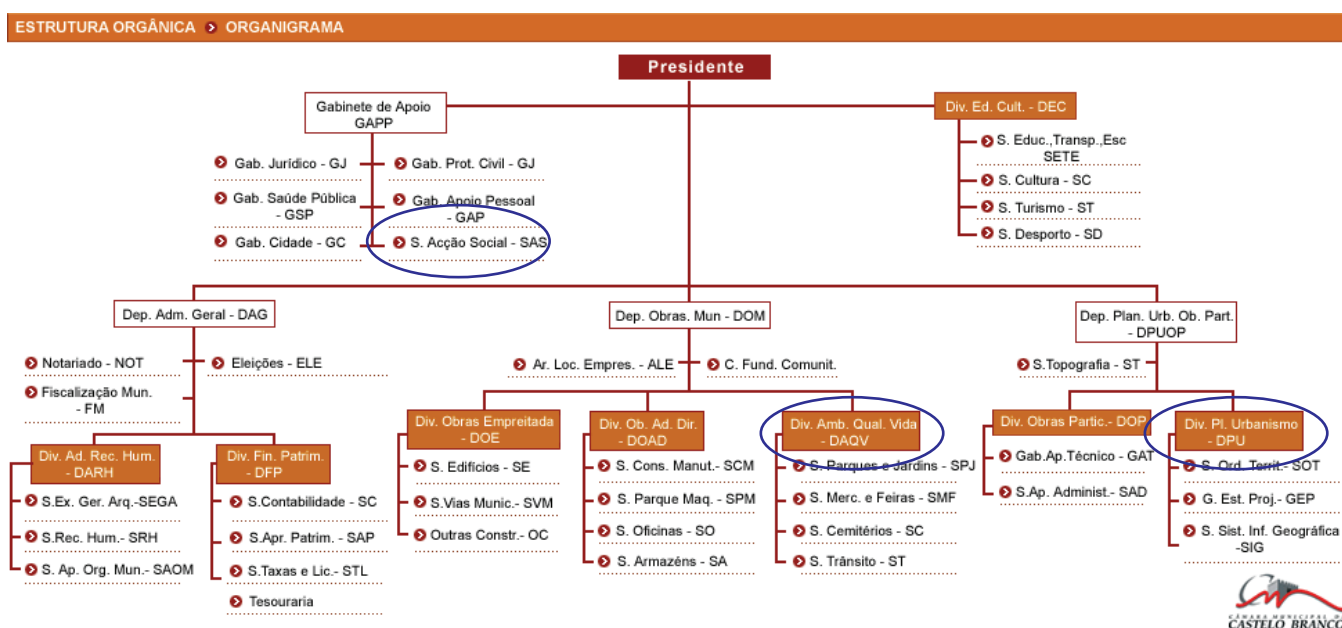
Política ambiental e, informação e comunicação comunitária,

Recursos materiais e humanos.

11.1. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA CMCB E COMUNICAÇÃO INTERNA

A análise da estrutura organizativa da CMCB tem como objectivo reconhecer os responsáveis e a distribuição de competências relacionadas com o ambiente, os aspectos sociais e as actividades económicas (as vulgares dimensões da sustentabilidade), de forma a encontrar uma plataforma organizativa, dimensionada em conformidade com os pilares do DS, para que, no futuro próximo, consiga coordenar e acompanhar o processo de Agenda 21 local. Paralelamente, procura-se caracterizar a comunicação interna na CMCB.

Apresenta-se, seguidamente, o organigrama da CMCB onde assentou a nossa análise.



De acordo com o organigrama da CMCB, poderemos considerar que se trata de uma estrutura organizacional linear, comum na organização autárquica. Revelando uma centralização de autoridade no Presidente da Câmara Municipal, bem como no destino final das informações e no início do processo de tomada de decisão. A delegação de autoridade vigora em representação do chefe máximo, isto é, se alguém pode dar uma ordem é porque a recebeu de um superior.

A divisão horizontal do trabalho é caracterizada pela departamentação por funções, numa óptica funcional e distintiva.

Os serviços com organização autónoma são os serviços municipalizados de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos e equiparados a urbanos (SMAS).

Referem-se de seguida as Divisões da CMCB que, numa primeira análise, poderão, de forma integrada, manter e alimentar a melhoria contínua do processo da Castelo Branco Agenda XXI.

- Gabinete do Parque Habitacional e Acção Social:

Composição

É dirigida pela assessora principal de serviço social directamente afecta ao Presidente da CMCB. Esta dependência directa do Presidente pode assumir muita relevância e assumir particular importância na concretização dos objectivos previstos. Este gabinete é constituído por mais dois funcionários administrativos.

Competências

São das suas competências a resolução de carências sociais, essencialmente de âmbito habitacional e de apoio comunitário. É de salientar, ainda, uma atribuição associada com a promoção de estudos e inquéritos sobre carências sociais na comunidade, neste sentido, este gabinete desenvolveu a candidatura ao programa Rede Social, que se encontra agora em fase de diagnóstico.

- Departamento de Obras Municipais, Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida:

Composição

Inserida no Departamento de Obras Municipais, sob alçada dos Serviços de apoio técnico-operacional. É dirigida por um chefe de divisão directamente dependente do director de departamento. Esta divisão é constituída por 58 funcionários (4 técnicos superiores).

Competências

Define as orientações da Câmara Municipal de Castelo Branco em matéria de espaços verdes (parques e jardins), mercados e feiras, cemitérios e trânsito.

- Departamento de Planeamento Urbanístico e Obras particulares, Divisão de Planeamento e Urbanismo:

Composição

Esta divisão é dirigida pelo director do Departamento de Planeamento Urbanístico e Obras particulares e, é constituída por 5 técnicos, designadamente:

- *Uma Licenciada em Planeamento Regional e Urbano,*
- *Uma Arquitecta do Planeamento Urbano e Territorial*
- *Uma Engenheira técnica civil*
- *Uma Medidor orçamentista*
- *Uma Administrativa*
- *Uma Desenhador*

Competências

Define as orientações da Câmara Municipal de Castelo Branco em matéria de Ordenamento do Território.

- Serviços Municipalizados Água, Saneamento e Resíduos Urbanos:

Composição

Entidade juridicamente dependente da CMCB mas com autonomia administrativa, financeira e técnica. Contava com 165 funcionários no último ano.

Competências

Define as orientações da Câmara Municipal de Castelo Branco em matéria abastecimento de água e saneamento e, recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza e higiene dos espaços públicos.

Numa perspectiva de assinalar competências organizacionais e de recursos humanos transversais relativamente aos domínios do DS, importa referir que, a estrutura orgânica carece de um órgão directamente interveniente na promoção do desenvolvimento local, que reúna competências no âmbito do desenvolvimento económico e das relações com o exterior.

Embora os serviços¹⁶ disponham de intranet, podendo dessa forma manter uma comunicação estreita entre divisões e secções dentro do mesmo edifício, carecem de Internet, dificultando a comunicação com o exterior: parceiros locais/regionais/nacionais e restantes divisões da CMCB instaladas em outros edifícios. Prevê-se que esta lacuna seja colmatada nos próximos tempos com a implementação de caixas de correio electrónico pelo menos por secção ou divisão.

Os meios de comunicação com o exterior baseiam-se no telefone e fax.

11.2. POLÍTICA AMBIENTAL E, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Pretende-se com este ponto:

- identificar os regulamentos ambientais vigentes, quer desenvolvidos e aprovados pela CMCB quer aplicados pela CMCB e a sua adequabilidade à realidade municipal,
- analisar os critérios ambientais aplicados nos planos e projectos aprovados e/ou executados recentemente,

¹⁶ Exceptua-se nesta análise os SMAS.

- caracterizar os meios de informação e comunicação com a comunidade implementados.

Os regulamentos ambientais que vigoram no Concelho estão afectos aos SMAS, todos eles têm um carácter de controlo, inspecção e gestão, são eles:

- Regulamento do serviço de saneamento do Concelho de Castelo Branco: estão incluídas, ainda, as responsabilidades da Entidade Gestora.
- Regulamento do serviço de abastecimento de água do Concelho de Castelo Branco: estão definidas as responsabilidades da Entidade Gestora e direitos e deveres dos utilizadores.
- Regulamento do serviço de recolha de resíduos sólidos e de higiene e limpeza: estão definidas as responsabilidades dos produtores de RSU's e da Entidade Gestora.

Quanto à adequabilidade à realidade do Concelho, refere-se que, em nenhum dos regulamentos existe referência ao uso sustentado dos recursos, nomeadamente: política dos 4R's e poupança de água. Para além disso, os regulamentos não estão, directamente, acessíveis à comunidade.

Como indica a Directiva 2001/42/CE de 27 de Junho, as instituições que aprovam planos e programas deverão considerar os efeitos ambientais dos mesmos. Esta acção favorece a integração das considerações ambientais no desenvolvimento das políticas sectoriais, territoriais e urbanas e, por outro lado, actua como indicador da qualidade ambiental no plano e programa.

De acordo com a informação disponibilizada pela CMCB não são aplicados na análise de planos critérios ambientais, o mesmo se passa com os projectos, excepto aqueles que estão sujeitos ao processo de Avaliação de Impacte Ambiental, de acordo com o Decreto Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio.

Ao nível da gestão municipal orientada para a relação com os munícipes e a implementação de procedimentos administrativos eficientes e eficazes, é de referir o sistema de gestão processual. Este sistema a funcionar desde 1999, tem duas valências neste momento operacionais: gestão processual das obras particulares e, gestão interna de processos. Relativamente ao primeiro está ligado à Internet, na página web da CMCB, podendo qualquer pessoa¹⁷ informar-se sobre o estado de andamento de um determinado processo. Este serviço on-line, também, fornece informação ambiental solicitada pelo cidadão¹⁸.

Para além deste meio de comunicação, a CMCB tem disponível um número verde de apoio ao munícipe, que recebe uma média de uma chamada por semana – a maioria dos cidadãos utiliza o número geral da CMCB.

Existe, também, disponível um número de telefone para recolha de monstros.

¹⁷ Após inserção do seu login e password.

¹⁸ O Engenheiro Informático da CMCB a encaminha o pedido de informação para a respectiva direcção que dá o devido andamento.

A CMCB/SMAS desenvolveu em 2001, uma acção de educação ambiental junto das escolas do ensino básico do Concelho sobre a separação selectiva dos RSU's, não estão disponíveis dados de avaliação dos resultados. Esta iniciativa não teve continuidade.

11.3. RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS

Este ponto procura efectuar uma análise dos meios materiais e humanos associados especificamente com a gestão e a actividade dos serviços ambientais.

Efectivamente, a gestão ambiental autárquica, funciona, organicamente, dependentes de dois serviços: os SMAS e a Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida (CMCB). Neste sentido, pretende-se, de seguida, caracterizar os investimentos efectuados nos últimos três anos ao nível do ambiente no Concelho, pelos dois serviços e, efectuar uma análise prospectiva, no âmbito da participação e comunicação comunitária.

O valor total investido em obras e aquisição de bens pelos SMAS de Castelo Branco, em 2002, foi de 2 971 322,49 Euros, em 2003 de 2 736 591,05 Euros e, em 2004 foi de 1 606 033,07 Euros. A distribuição funcional destes investimentos é apresentada no Quadro 2.

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DO INVESTIMENTO EM 2002, 2003 E 2004.

Distribuição	%		
	2002	2003	2004
Exploração de Água	64,6	78,4	51,5
Saneamento	14,0	9,4	29,3
Resíduos sólidos		5,8	3,9
Administrativo	3,9	6,4	15,3
Apoio técnico	17,5		

Relativamente à execução anual das Grandes Opções dos Planos, o Quadro 3 apresenta os montantes executados¹⁹ em 2002, 2003 e 2004 para o abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos.

¹⁹ Referentes às seguintes tipologias: construção, reabilitação, ampliação e aquisição de equipamento.

QUADRO 3 - EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DOS PLANOS 2002, 2003 E 2004

Áreas de intervenção	Montantes executados (Euros)		
	2002	2003	2004
Abastecimento de água	854 001,71	1 809 402,90	785 685,26
Saneamento	184 879,98	184 238,46	446 643,59
Resíduos sólidos	-	145 249,79	60 064,64

Quanto à CMCB, não foi disponibilizada informação, pelo que não é possível prosseguir esta análise.

11.4. CONSIDERAÇÕES

Uma estratégia de DS, requererá uma escala dos recursos, nomeadamente para sustentar a participação, a gestão do processo, a coordenação, a informação e a análise, que são:

- as competências necessárias,
- os meios financeiros para empreender o processo e o coordenar as políticas e os planos resultantes;
- a sustentação dos vários parceiros.

Muitos dos recursos estarão geralmente disponíveis mas existem, frequentemente, dois factores condicionantes: o custo de oportunidade e, a mobilização destes recursos. Neste sentido o compromisso político é de enorme importância para a prossecução do processo.

É oportuno que a CMCB aprofunde uma cultura de promoção da comunicação e participação comunitária, assim como uma estratégia fundamentada e consistente de gestão ambiental autárquica. Deste modo, poderá ser interessante equacionar, não só do ponto de vista da gestão ambiental mas, também, do próprio bem-estar da organização, o desenvolvimento por parte da CMCB de uma ferramenta de gestão com o objectivo específico de suportar a introdução da qualidade no sector público da União Europeia, designada por CAF - Estrutura Comum da Avaliação nas Administrações Públicas da União Europeia. Esta ferramenta possibilita auto-avaliar o desempenho da organização e, tem como objectivo desenvolver uma gestão organizacional orientada na qualificação e responsabilização das pessoas. Para além de outras vantagens, destacam-se:

- construir projectos de mudança sustentados;
- conhecer o nível de satisfação da comunidade.

Para além de tudo o referido sobre a importância da cidadania participativa na implementação da Agenda 21 Local, acrescenta-se, ainda, a possibilidade de utilização desta inteligência colectiva para alterar a relação com o Concelho, quando os canais de informação e comunicação estiverem abertos e a funcionar.

Na apreciação efectuada constatou-se existir um baixo valor do investimento ao nível da sensibilização e educação ambiental da população. No entanto, é importante referir o propósito da CMCB em configurar a sua própria Agenda 21 local em 2004, marco que deverá ser determinante para o desenvolvimento sustentável do Concelho e para a promoção da cidadania participativa.

Julga-se importante com a nova reformulação do site da CMCB²⁰, integrar o processo de comunicação e participação de Castelo Branco Agenda XXI.

Relativamente à estrutura organizativa, consideramos que pelo conhecimento do processo e da filosofia da Agenda 21, pelo seu envolvimento desde o início de Castelo Branco Agenda XXI e, pelo relacionamento com as restantes divisões e secções da CMCB, que a Divisão de Planeamento e Urbanismo deverá no futuro ser o promotor operacional do processo. Tendo, no entanto, uma ligação próxima com a Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida e, com o Gabinete do Parque Habitacional e Acção Social.

Quanto aos meios materiais julga-se pertinente a CMCB disponibilizar o serviço Internet por divisão de forma a facilitar a rapidez de circulação e actualidade de informação e a melhorar a comunicação inter-edifícios da Câmara que, se reflectirá, também, na eficácia da própria resposta.

Quanto aos meios humanos, considera-se importante realizar uma formação alargada aos chefes de divisão e directores de departamento sobre Castelo Branco Agenda XXI e a sua implementação, de forma a inculcar responsabilidade em toda a estrutura organizativa no sucesso do processo.

12. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO – ENTREVISTAS AOS ACTORES LOCAIS E INQUÉRITOS AOS CIDADÃOS

12.1. ENTREVISTAS AOS ACTORES LOCAIS

Foram realizadas 41 entrevistas directas apoiadas em guião, aos actores-chave que representam entidades como Juntas, Associações, Núcleos, Confederações, Empresas, Institutos Públicos, Agrupamentos Escola.

²⁰ Pelo que foi possível observar, a CMCB está a apostar fortemente na inovação, substanciada na interactividade com o utilizador/cidadão/turista. O Desenvolvimento Sustentável e o processo de comunicação e participação não deverão ser esquecidos.

O âmbito da intervenção no conjunto das entidades, passa por áreas como: observação, interpretação e conservação da natureza; assistência médico-veterinária; educação ambiental; defesa do ambiente e defesa do património; planos de ordenamento; responsabilidade social do sector privado; sensibilização e formação florestal; cultura, desporto e recreio; defesa e promoção dos interesses dos proprietários e produtores florestais; formação, apoio técnico, candidaturas e consultoria, em agricultura; dinamização e defesa do tecido empresarial.

Como síntese da informação recolhida, registamos quatro campos de informação relevante:

1. **A parceria** ainda não faz parte dos hábitos de trabalho e os argumentos passam pela inexistência de necessidade, o âmbito da entidade ser restrito, e o facto da parceria provocar mais concorrência. A par dos entrevistados que referem não haver ou ser pouco frequente o recurso à parceria, para outros, esta aparece como um desejo da mudança no sentido de melhorar a articulação institucional e fomentar a consulta da sociedade civil;

2. As **tipologias de mudança organizacional** mais referidas e desejadas pelos entrevistados, vão no sentido de um maior apoio técnico (proposta de criação de um Gabinete Técnico e Administrativo ao serviço das Juntas, que seja pouco administrativo e muito de «terreno»), mais financiamento (nomeadamente para investir no associativismo distrital) e, menos burocracia (agilizar a legislação e delegar mais competências nas Juntas de Freguesia);

3. **As melhorias** que as pessoas desejam para o Concelho, de acordo com as áreas propostas no guião de entrevista, são:

a) Ambiente – diversificar as zonas verdes de Castelo Branco, aplicar a política dos 3R's no tratamento do lixo e colocar ecopontos pela cidade. Como curiosidade, referir que, para além da sugestão da energia solar e eólica como alternativas, aparece a bioconstrução;

b) Educação – no 1º ciclo aparece a preocupação da instabilidade do quadro de professores (um assunto extramunicípio), assim como a necessidade de mais escolas, ATL's e creches, e, no ensino superior, o problema já se relaciona com a necessidade de o ligar ao tecido empresarial. Em todos os graus de ensino, pretende-se integrar a educação ambiental;

c) Acção Social – as respostas para crianças, e idosos principalmente, são fundamentais, pois as instituições existentes têm muitas dificuldades (reconhecendo-se que não é no entanto viável criar um serviço em cada local). No apoio ao cidadão, refere-se uma “Loja do Cidadão” que possa informar como aceder e utilizar os vários serviços em caso de necessidade;

d) Cultura – em relação à cultura, evidencia-se um desencontro entre a estruturação dos programas culturais e o público destinatário (ou não há programa e é desejado, ou há e as pessoas não vão), para o que se sugere a criação de uma “Agenda Cultural”. Quanto às estruturas ou actividades, era importante inserir as bibliotecas na rede escola para as rentabilizar, alargar o âmbito da escola de artes, e multiplicar as exposições, concertos, peças de teatro, sessões de cinema;

e) Desporto – não deve ser só futebol (sugestão: ciclovia na Av. Europa) e não deve descurar zonas (o Sul apresenta descontentamento). Deve ser adequado à dimensão do local; deve ter-se em atenção que por vezes existem os espaços sem dinamização (e é nesse campo que precisam de apoio), e outras vezes, há os espaços e dinâmica, mas poucos meios (Aldeias ou Bairros). Sugere-se então, que se diagnostiquem as necessidades e articulem os apoios;

f) Urbanismo – no planeamento e gestão habitacional, são apontadas como questões negativas: preços especulativos; construção excessiva em altura que provoca a perda de traços típicos; abandono do «casco antigo»; falta de estacionamento residencial e habitação social;

g) Saúde – as valências hospitalares e os centros de saúde, revelam uma gestão interna que deve ser melhorada tendo em consideração que a internalidade afasta os “especialistas”; as instalações das urgências são classificadas como negativas; deverá considerar-se a possibilidade de criar serviços de Apoio Domiciliário e serviços de fim-de-semana;

h) Economia – o emprego é constantemente assinalado como algo necessário, e, ao esforço de criação do mesmo através da iniciativa privada sob a metodologia da parceria (áreas como indústria transformadora, têxtil, energias renováveis), dever-se-ão associar outros: a inovação e competitividade; contratar mão-de-obra especializada e fazer formação de cursos médios para fazer face ao abandono escolar e à desadequação entre a procura das empresas e a oferta das universidades (exs. informática; hotelaria; frio; electrónica/automação; construção civil; madeiras – prevenir os fogos para que este trabalho seja viável; cuidados pessoais; metalomecânica);

i) Comunicação – tanto os transportes rodoviários como os ferroviários, são mencionados pela negativa quanto aos horários e falta de sensibilidade para criar uma rede de transportes inclusive com fins turísticos. Também quanto à net, refere-se que por vezes há equipamento e não há linha, o cybercentro está mal dimensionado, e, nas Juntas a net não existe. As acessibilidades são menos referidas, mas há sugestões: acabar o IC8, criar cilovias, TGV, auto-estrada, aeroporto e adaptação dos acessos para os deficientes.

4. Finalmente, aqueles que consideram importante **contribuir no trabalho da Agenda 21** dizem poder fazê-lo da seguinte forma:

- Parcerias na e para a freguesia, através de contactos, base de dados, know How técnico (exs. Agenda 21 com actividades de várias Câmaras Municipais associadas; parceria com a Agência Regional da Energia)
- Dinamização cultural e desportiva
- Turismo Rural
- Apoio Social
- Sensibilização Ambiental (veículos “amigos do ambiente” e Parque Natural de Turismo Sustentável) e formação em Certificação ISO 9001 e 14001

- Integração no projecto educativo local
- Divulgação de eventos para um maior envolvimento (no jornal, junto das associações, na freguesia)

12.2. INQUÉRITOS AOS CIDADÃOS

Os Questionários aplicados pelo núcleo de trabalho de Castelo Branco ao longo dos meses de Abril, Maio e Junho de 2005, não tinham uma amostra fixa mas sim o critério aleatório. Desta forma, das 55 708²¹ pessoas que residem neste concelho, foram inquiridas 383. Muitos dos inquéritos chegaram aos seus respondentes pela via escolar (os professores que entregaram aos seus alunos que por sua vez pediram aos seus educandos para que os preenchessem), e nenhum foi aplicado de forma directa.

O objectivo deste questionário, era recolher informação sobre problemas e potencialidades tanto do espaço geográfico no seu conjunto enquanto concelho, quanto, das partes administrativas que o compõem (que para efeitos de análise foram agrupadas de acordo com a categorização criada aquando da realização do PDM: 1 – Zona Central/Eixo; 2 – Campo Albicastrense; 3 – Zona Ocidental/Pinhal; 4 – Zona Sul).

Como síntese da informação recolhida, registamos **quatro campos de informação relevante**:

I – Os **pontos fortes** do Concelho e respectivas Freguesias **assentam nos factores que têm mais proximidade às tradições deste concelho (Gastronomia, Património Histórico e Arqueológico, Produtos Locais, Agricultura e Caça)** e às quais os residentes estão em crer que se lhes forem aliadas condições de boa acessibilidade e a sua potencialização para efeitos turísticos (uma “batalha ainda não ganha”), poderão elevar no bom caminho a sua evolução. Por outro lado, toda a secção da produtividade económica onde se inserem o comércio e novas empresas, vistas aqui da perspectiva da fábrica que emprega muitos funcionários de uma só vez, não consideram ser algo que o concelho tenha capacidade para absorver ou criar, logo não deverá ser uma aposta.

II – As considerações finais que podemos tecer no capítulo dos **problemas do Concelho**, estão relacionadas com o **“envelhecimento”, “desemprego”, “lazer” e “saúde”**. Estes aparecem como os principais problemas que se devem contornar a fim de obter o desenvolvimento. Prevenir os efeitos do envelhecimento na população, de forma atempada, criando uma «política» de emprego aliada à fixação de jovens, criará a estabilidade necessária à constituição de família e que conduzirá às necessidades de espaços e momentos de lazer que lhes proporcionem estilos de vida saudável. Entre os aspectos ambientais mais referidos como capazes de lesionar a vivência de Castelo Branco, o item dos “fogos florestais” ressalta como aquele que por mais gente foi apontado. Consideram os respondentes que muito há por fazer na limpeza das matas, e esses actos passam por uma atitude também voluntária a

²¹ Censos de 2001

par da estatal (nomeadamente com a contratação de pessoal e meios aéreos) para que se minimizem os flagelos dos fogos. Esta consciencialização revê-se igualmente no apontar da questão da “baixa utilização dos transportes colectivos”, que deverá partir do exterior no que se refere à adaptação correcta dos horários e veículos não poluentes e adequados a portadores de deficiência, mas também, de si próprios que deverão fazer um maior esforço no sentido de utilizar menos o automóvel por uma questão de conforto, individualismo e comodismo.

III – **As obras** que merecem uma importância de relevo, são aquelas que foram feitas a favor das questões mais problemáticas do Concelho. Relembremos então, que o “desemprego” tem agora na Zona Industrial de Castelo Branco um apoio ao seu combate; e a “falta de espaços de lazer” e “actividades para crianças e idosos” poderá actualmente ser colmatada (pelo menos na sede de concelho) através da utilização das Zonas de Lazer e do Centro Cívico. Em relação à opinião dos residentes nas Freguesias, os projectos de mobilidade foram os mais importantes, já que com os acessos em condições de boa circulação as pessoas sentem que estão menos isoladas dos centros de acção. Outro factor fundamental para uma vivência de qualidade, são os espaços e/ou equipamentos de lazer e/ou cultura, que têm reconhecimento quanto à sua necessidade enquanto espaços de convivência em família logo são motivo de contestação quando não existem ou estão aquém das expectativas.

IV – **Sugestões de medidas a tomar**, com ou sem a colaboração das populações, nas vertentes que na sua perspectiva são deficitárias:

a) Emprego e Formação - investimento no turismo; mais fábricas e associações (gerar emprego); criação de cursos; repovoar as aldeias mais envelhecidas sensibilizando os seus jovens para o estudo, logo, permanência; desenvolvimento agrícola;

b) Apoio Social - promover a constituição de instituições que prestem serviços a idosos; melhores serviços de saúde e serviços administrativos mais eficazes; serviços para crianças e jovens;

c) Meios de Comunicação - horários de transporte adequados e estacionamento (maior mobilidade); central de transportes; auto-estrada; internet para todos; sensibilização sobre segurança rodoviária; loja do cidadão (informação);

d) Ambiente - educação ambiental mais forte no ensino escolar; recolha do lixo mais célere em zonas de maior produção, e selectiva; descentralizar as intervenções em espaços naturais como praias, barragens, espaços verdes; fiscalização regular das etar's; criar ciclovias e colocar passadeiras em locais de menor risco; aproveitamento das energias renováveis;

e) Lazer e Tempos Livres - recorrer aos cidadãos para acções voluntárias no apoio a actividades de lazer, principalmente envolvendo crianças e jovens, nomeadamente na educação cívica e promoção da participação; existir uma rentabilização pedagógica a par da lúdica, dos espaços existentes e criar novos com esse propósito (piscina, polidesportivo, parques naturais, parque de campismo; centro cultural, museu, teatro, cinema, centro de interpretação ambiental, tendo sempre em atenção a faixa dos cidadãos portadores de deficiência).

12.3. CONSIDERAÇÕES

TURISMO, AMBIENTE E LAZER

Prevenir flagelo dos fogos florestais; educação ambiental no ensino; fiscalização regular das Etar's.

Potenciar a gastronomia, património histórico e arqueológico, produtos locais, agricultura e caça; descentralizar intervenções em espaços naturais.

Diversificar as zonas verdes; aplicar uma política dos 3 r's; usar energia solar, eólica e bioconstrução; rentabilização pedagógica dos espaços lúdicos (piscina, polidesportivo, parques naturais, parque de campismo, centro cultural, museu, teatro, cinema, centro de interpretação ambiental); Agenda Cultural.

EMPREGO

Formar em cursos médios (informática, hotelaria, frio, automação, construção civil, cuidados pessoais, madeiras, metalomecânica).

Fomento de empresas privadas nas áreas da indústria transformadora, têxtil e energias renováveis.

Ligar o ensino superior ao tecido empresarial.

APOIO SOCIAL
Serviços com ocupação de tempos livres para crianças e jovens no sentido da educação cívica e promoção da participação.
Respostas à terceira idade como Apoio Domiciliário e serviços de fim-de-semana.
Habitação Social.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO
Adequar os horários dos transportes públicos; criar uma rede de transportes com fins turísticos.
Alargar o acesso à Internet.
Acabar o IC8; criar estacionamento, ciclovias, auto-estrada, aeroporto, loja do cidadão; apoiar o TGV; adaptar os acessos aos deficientes; construir uma central de transportes; sensibilizar para a segurança rodoviária.

Estas áreas deverão ser suportadas numa outra que se refere à orgânica funcional.

PARCERIA
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL
CONSULTA DA SOCIEDADE CIVIL

13. ANÁLISE PROSPECTIVA E CONCLUSÕES

Estamos em presença de um “primeiro relatório”. O documento em mãos tem que ser visto como tal. Nesta matéria, como em muitas outras, a Agenda 21 local é um programa completamente não convencional – diz não aos relatórios e diz sim à acção. Seguindo essa linha desenhámos e elaboramos um Diagnóstico para a Sustentabilidade simples e sintético que aponta, desde já, algumas pistas de reflexão estratégica. Assim é a Agenda 21. Todas as pistas e opções propostas não passam disso e só podem ser lidas como hipóteses de trabalho. Como todas as agendas, para serem úteis e válidas, também esta, deve ser muito selectiva. Assim deve ser a Agenda – Castelo Branco XXI. Castelo Branco aí está, pronta a receber um conjunto de acções estratégicas que com tempo darão os seus frutos. É isto e só isto que podemos assegurar. Temos que definir o caminho e caminhar. Sachamos a terra e lançamos as sementes, o tempo e o trabalho fará o resto.

É preciso tempo mas temos que ganhar tempo. A Agenda Castelo Branco XXI não pode esperar. O desafio é grande mas possível. É preciso fazer. Poderemos errar nas opções que viermos a tomar mas pior é ficarmos parados. Devemos quanto antes preparar a viagem e partir, com convicção. Observadores e prontos a corrigir ou a adaptar a rota.

Tratamos de uma matéria que por definição não tem conclusão. No fim deste primeiro passo sabemos que Castelo Branco tem diante de si um enorme desafio. Tem igualmente bons argumentos para o enfrentar. Tem pessoas, tem território e recursos naturais, tem massa crítica. O Instituto Politécnico e os próprios quadros da CMCB constituem um potencial que se pode transformar numa enorme mais valia para Castelo Branco.

Como qualquer Agenda, a Agenda Castelo Branco XXI deve ser selectiva e criteriosa: torna-se inexequível ambicionar desenvolver uma lista extensa de projectos/acções, os recursos são sempre inferiores aos meios. Temos que ser selectivos. Neste sentido, é necessário apostar nas prioridades, e os projectos subsidiários desenvolver-se-ão posteriormente de acordo com as suas oportunidades de acção.

Muito tem sido feito em Castelo Branco. Poderão ser sentidas algumas necessidades, ao nível da saúde, da educação, dos transportes, das freguesias rurais, mas, as principais infra-estruturas são uma realidade. A qualificação urbana e a modernização respira-se. E a sustentabilidade? Como está Castelo Branco neste desafio do Século XXI? Qual o caminho a seguir? O que desejam os albicastrenses? Quais são as suas aspirações?

Quais são as áreas estratégicas que podem fazer de Castelo Branco uma terra cada vez mais rica e sustentável?

Quais são as áreas estratégicas que poderão atribuir a Castelo Branco competitividade territorial?

Quais são as grandes apostas?

As respostas não serão únicas e simples. Como já se escreveu o caminho, o desafio, é complexo mas as soluções só podem ser simples. Alguma coisa já sabemos, Castelo Branco XXI, enquanto um modelo económico sustentável, deve ser integradora, cumulativa e evolutiva, seguindo um completo programa de actuações coerentes, interrelacionadas, multidisciplinares e policêntricas. Deste modo, a Agenda Castelo Branco XXI deve servir-se das opções estratégicas e acções anteriormente levadas a cabo e integrá-las e articulando-as num objectivo comum que potencie as sinergias do todo.

Castelo Branco espera por nós.

A Agenda Castelo Branco XXI precisa de todos. Precisa de nós.

Quem pode ficar de fora?

14. BIBLIOGRAFIA

- Afonso, S.L. (1993), Colchas de Castelo Branco, Instituto Português de Museus, Lisboa.
- Costa, J. C., C. Aguiar, J. H. Capelo, M. Lousã & C. Neto (1998) Biogeografia de Portugal Continental. Quercetea (0): 5-41.
- Cupeto, Carlos Alberto (2005): “Desafios Emergentes da A21L: do Conceito à Prática em Portugal”, workshop organizado pela APEA em Oeiras.
- Cupeto, Carlos Alberto (2005): “Como e por onde uma Agenda Sustentável?” – Curso Intensivo, Rota Jovem (Cascais).
- Ferrão, J. e T. S. Marques (2003) Sistema Urbano Nacional – Síntese. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
- Grupo de Trabalho sobre o Distrito de Castelo Branco - GTDCB (2003). Beira Baixa, Que Futuro? Governo Civil do Distrito de Castelo Branco, Castelo Branco.
- GTDCB - Grupo de Trabalho sobre o Distrito de Castelo Branco (2003). Beira Baixa, Que Futuro? Governo Civil do Distrito de Castelo Branco, Castelo Branco.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2004). Anuário Estatístico da Região Centro, 2003. INE, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2003), Censos 2001. Resultados Definitivos, INE, Lisboa.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2002). Anuário Estatístico da Região Centro, 2001. INE, Lisboa.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2001). Anuário Estatístico da Região Centro, 2000. INE, Lisboa.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2000). Anuário Estatístico da Região Centro, 1999. INE, Lisboa.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (1999). Anuário Estatístico da Região Centro, 1998. INE, Lisboa.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (1999). Recenseamento Geral de Agricultura de 1999. INE, Lisboa.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (1998). Anuário Estatístico da Região Centro, 1997. INE, Lisboa.

- INE - Instituto Nacional de Estatística (1997). Anuário Estatístico da Região Centro, 1996. INE, Lisboa.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (1989). Recenseamento Geral de Agricultura de 1989. INE, Lisboa.
- Moreno, L (coord.) (2003). Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local, 2003. ANIMAR, Lisboa.
- Maia, M. (2001), Gestão de Resíduos Sólidos Hospitalares, Relatório de trabalho de fim de curso, Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Castelo Branco.
- Ministério do Ambiente (1999), Plano Estratégico Sectorial de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos, Ed. Instituto dos Resíduos, Lisboa.
- OECD/UNDP (2002): Sustainable Development Strategies. EARTHSCAN.
- Planraia, Estudos e Consultadoria da Raia (2004), Revisão do PDM de Castelo Branco, Castelo Branco.
- PLANRAIA, Estudos e Consultoria da Raia, Lda. (2004) Revisão do Plano Director Municipal de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco, Castelo Branco.
- PLANRAIA, Estudos e Consultoria da Raia, Lda. (2004) Revisão do Plano Director Municipal de Castelo Branco. Câmara Municipal de Castelo Branco, Castelo Branco.
- Planraia, Estudos e Consultadoria da Raia (2004), Revisão do PDM de Castelo Branco, Castelo Branco.
- Ramos, S. (1999), Contribuição para a Caracterização do Sistema de Remoção da Zona Integrada no Circuito nº1 da Cidade de Castelo Branco, Relatório de trabalho de fim de curso, Escola Superior Agrária de Castelo Branco, Castelo Branco.
- Rivaz-Martinez, S. (1985) Biogeografía y vegetación. Publ. Real Acad. Cienc. Exactas, Físicas y Nat: 1-103, Madrid.
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (2004), Relatório e Contas da Gerência 2004, SMAS, Castelo Branco.
- Simões, MJ; Castela, AP e Jacinto, P (2000). Contra a Desertificação: os Desafios da Empresarialidade em Meio Rural. Em Simões, MJ e Rato, B. Potencialidades de Desenvolvimento de Concelhos da Zona da Serra da Estrela. Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa.
- Silveira, J.C. (1993), Colchas de Castelo Branco, Instituto Português de Museus, Lisboa.

Sites

- www.cm-castelobranco.pt consultado em várias datas
- www.min-edu.pt consultado em várias datas
- www.ippar.pt consultado em várias datas
- www.ipa.min-cultura.pt consultado em várias datas
- www.ipcb.pt consultado em várias datas
- www.portal.iefp.pt consultado em várias datas
- www.idesporto.pt/instalações consultado em várias datas
- www.arsc.online.pt consultado em várias datas
- www.hal.min-saude.pt consultado em várias datas
- www.hal.min-saude.pt consultado em várias datas
- www.anf.pt consultado em várias datas
- www.depp.msst.gov.pt consultado em várias datas
- www.depp.msst.gov.pt consultado em várias datas
- www.depp.msst.gov.pt consultado em 30 de Abril de 2005
- www.anf.pt consultado em 26 de Abril de 2005
- www.arsc.online.pt consultado em 26 de Abril de 2005
- www.cm-castelobranco.pt consultado em 24 de Abril de 2005
- www.hal.min-saude.pt consultado em 26 de Abril de 2005
- www.idesporto.pt consultado em 26 de Abril de 2005
- www.ipcb.pt consultado em 24 de Abril de 2005
- www.portal.iefp.pt consultado em 24 de Abril de 2005
- www.min-edu.pt consultado em 24 de Abril de 2005
- www.drec.min-edu.pt consultado em 24 de Abril de 2005

- www.cm-castelobranco.pt. consultada em 24 de Abril de 2005
- www.ippar.pt consultado em 24 de Abril de 2005
- www.ipa.min-cultura.pt consultado em 24 de Abril de 2005
- Movijovem. <http://www.pousadasjuventude.pt/>, consultado a 14 de Abril 2005.
- Naturtejo. www.naturtejo.com, consultado a 14 de Abril 2005.

Ficha Técnica

Título: Diagnóstico para a Sustentabilidade – Castelo Branco Agenda XXI

Data: Julho 2005

Realizado por:

- TTerra, Auditoria, Projectos e Técnicas Ambientais, Lda:
 - Carlos Alberto Cupeto, Prof. Dr. (Coordenação Geral)
 - Maria João Figueiredo, Eng^a (Directora de Projecto)
 - Maria Antónia Rodrigues, Dra. (Coordenação da Equipa Externa – Água e Resíduos)
 - Sónia Silva, Dra. (Recolha e Tratamento de Informação Biofísica)
 - Filipa Maldonado, Eng^a (Tratamento e Análise de Informação, Coordenação dos Trabalhos)
 - Olga Gomes, Dra. (Processo de Participação, Tratamento de Informação)

- Instituto Politécnico de Castelo Branco:
 - Deolinda Maria Fonseca Alberto, Prof. Dra. (Coordenação da Equipa IPCB)
 - Luís Cláudio Brandão Quinta Nova, Prof. Dr. (Tratamento e Análise de Informação)
 - Paulo Jorge Morgado Jacinto, Eng^o (Tratamento e Análise de Informação)
 - Marco Bruno Ganhão Plácido Carlos, Estagiário de Engenharia das Ciências Agrárias (Entrevistas aos Actores)

- **Consultores Externos (Água e Resíduos):**

- Ana Carla Silva, Eng^a
- Ana Filipa Gonçalves, Eng^a
- Inês Mateus, Eng^a
- Isabel Carvelho, Eng^a
- Susana Pedro Silva, Eng^a